



FCTUC DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA CIVIL
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Cultura: Comunicação e Desenvolvimento, Empreendimento do Museu do Côa

Dissertação apresentada para a obtenção do grau de Mestre em Engenharia Civil
na Especialidade de Construções

Autor

Lúcia Margarida Saldanha Nascimento Gonçalves de Brito

Orientador

Professor Doutor Fernando José Telmo Dias Pereira

Esta dissertação é da exclusiva responsabilidade do seu autor, não tendo sofrido correcções após a defesa em provas públicas. O Departamento de Engenharia Civil da FCTUC declina qualquer responsabilidade pelo uso da informação apresentada

Coimbra, janeiro, 2014

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Professor Doutor Telmo Dias Pereira, orientador desta Dissertação.

No âmbito interdisciplinar agradeço:

- *Arquitetura* – Manuel Lacerda (DGPC), Mário Fortes (DGPC) e Rita Gonçalves (DGPC)
- *Engenharia* – António Lamas (Parques de Sintra - Monte da Lua, S.A.), Jorge de Brito (IST/UL) e Raimundo Mendes da Silva (DEC/FCTUC/UC)
- *Geografia* – Álvaro Domingues (FAUP) e a João Ferrão (ICS/UL)
- *Direito* – Helena Amaro (FAUP) e Filipe Serra (UCP)
- *Comunicação* – Maria Teresa Cruz (CECL/FCSH/UNL)
- *História* – Anabela Carvalho (DGPC)
- *Arqueologia* – António Martinho Baptista (Fundação Côa Parque), Fernando Real (Fundação Côa Parque) e João Pedro Cunha Ribeiro (FL/UL).

A nível institucional agradeço à direção da Direção Geral do Património Cultural e da Direção de Bens Culturais da DGPC e também à Fundação Côa Parque.

Agradeço ao meu pai, à minha mãe e ao meu filho.

RESUMO

A crescente complexidade da sociedade atual, dos fenómenos da globalização e das redes de comunicação, revelam o peso do contexto cultural em diferentes processos de coesão e sustentabilidade social.

Numa perspetiva de valores e preocupações contemporâneos, e numa lógica de serviço, consciência e intencionalidade dos processos coletivos, esta dissertação explora e relaciona a natureza da *cultura* com o entendimento de *comunicação* e *desenvolvimento*, três temas convergentes, mutuamente inclusivos e influentes.

Através do estudo de caso da construção do Empreendimento do Museu do Côa, associado à salvaguarda de um património mundial, ilustra-se o caráter interdisciplinar das intervenções num domínio partilhado da *cultura*, *comunicação* e *desenvolvimento*.

Palavras-chave: cultura, comunicação, desenvolvimento, património cultural, construção, empreendimento, infraestrutura cultural.

ABSTRACT

Today's society increasing complexity along with globalization process and communication networks enlightens the cultural context weight on different problems concerning social sustainability and cohesion.

This dissertation approaches culture, communication and development in the context of today's concerning and values, and on the perspective of public service, awareness and propose of collective activities. The text explores and relates the nature of culture phenomena with the understanding of communication and development issues. Those are three converging subjects, mutually inclusive and with mutual repercussions.

The study presents "Museu do Coa" development process which is associated with a world monument site conservation project. The case study underlines the multidisciplinary character of the work in the sharing context of culture, communication and development.

Keywords: culture, communication, development, cultural heritage, project development, cultural infrastructure.

ÍNDICE

1 INTRODUÇÃO	1
2 CULTURA	4
2.1 Aceções de cultura	4
2.2 O universo simbólico	7
2.3 Transformações incontornáveis	8
2.4 A esfera global da cultura contemporânea	9
2.5 Aplicação ao caso de estudo	12
3. SOCIEDADE	14
3.1. Noção de sociedade	14
3.2. Consagração da identidade	15
3.3 Dar novo sentido à ação	17
3.4 Aplicação ao caso de estudo	20
4. VALORES, INSTITUIÇÕES	21
4.1 Valores	21
4.2 Instituições	22
4.3 Aceção de política cultural	24
4.4 Aplicação ao caso de estudo	28
5 COMUNICAÇÃO	29
5.1 A centralidade da comunicação	29
5.2 O carácter social da comunicação	32
5.3 Do local ao global	36
5.3.1 Convergência de <i>media</i> e as redes	36
5.3.2 Um “devir” global	38
5.3.3 Responsabilidade mediática	40
5.4 Aplicação ao caso de estudo	43
6 DESENVOLVIMENTO	44
6.1 Aceção de desenvolvimento	44
6.1.1 Ideia de desenvolvimento	44
6.1.2 Economia impura	48
6.2 Democracia e ideia de progresso	50
6.3 Construção de sociedades que partilhem o conhecimento	52

6.4 Equipamentos coletivos	54
6.5 Cooperação territorial europeia	56
6.6 Aplicação ao caso de estudo	58
7 EMPREENDIMENTO DO MUSEU DO CÔA	
- CONTRIBUTO DO PATRIMÓNIO CULTURAL PARA A SOCIEDADE E PARA O	
DESENVOLVIMENTO HUMANO	59
7.1 Objeto de estudo	59
7.1.1 O Empreendimento do Museu do Côa	59
7.1.2 Antecedentes empreendimento de construção do museu (1949-1998)	61
7.2 Financiamento e custo final do empreendimento	62
7.2.1 Investimento global	62
7.2.2 Importância na economia local	63
7.2.3 Importância na economia nacional	64
7.3 Conceção e projeto do empreendimento (1998-2006)	64
7.3.1 Projeto localizado na Canada do Inferno	64
7.3.2 Projeto localizado na zona norte do PAVC	66
7.4. Construção do empreendimento (2007-2010)	68
7.4.1 Consignação da obra	68
7.4.2 Reestruturação dos Serviços da Administração Pública	69
7.4.3 Cumprimento dos prazos do financiamento	70
7.5 Exploração e manutenção	72
7.5.1 O edifício	72
7.5.2 O espaço expositiva.....	74
7.6 Modelo de gestão adotado	76
7.7 Estratégia de comunicação	78
7.8 Impacto sociocultural	80
7.9 O Empreendimento e os referenciais analíticos	83
8 CONCLUSÕES	89
8.1 Principais conclusões do trabalho	89
8.2 Propostas para desenvolvimentos futuros	92
BIBLIOGRAFIA	93
ANEXO A - FICHA TÉCNICA EMPREENDIMENTO DO MUSEU DO VALE DO CÔA ..1	
ANEXO B - MAQUETAS, PEÇAS DESENHADAS E FOTOGRAFIAS DO	
EMPREENDIMENTO	7

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura Anexo B. 1 – Planta Piso 0 e Piso 1, sem escala	8
Figura Anexo B. 2 – Cortes transversais, sem escala	9
Figura Anexo B. 3 – Corte longitudinal, sem escala	9
Figura Anexo B. 4 – Alçado Sul, sem escala	9

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 7.9.1 – Resumo da relação nocional de <i>cultura</i> /Empreendimento do Côa.....	83
Quadro 7.9.2 – Resumo da relação nocional de <i>sociedade</i> /Empreendimento do Côa.....	84
Quadro 7.9.3 – Resumo da relação nocional de <i>valores, instituições</i> /Empreendimento do Côa	85
Quadro 7.9.4 – Resumo da relação nocional de <i>comunicação</i> /Empreendimento do Côa.....	85
Quadro 7.9.5 – Resumo da relação nocional de <i>desenvolvimento</i> /Empreendimento do Côa ..	86
Quadro 8.1 – Definição de vetores estruturais para o Empreendimento do Côa.....	91

ÍNDICE DE FOTOGRAFIAS

Fotografia Anexo B.1 – Maquete do Museu do Côa	9
Fotografia Anexo B.2 – Paisagem do Vale do Côa	10
Fotografia Anexo B.3 – Edifício em fase de construção	10
Fotografia Anexo B.4 – Implantação do edifício no cimo do vale	10
Fotografia Anexo B.5 – Parte superior do edifício e paisagem	11
Fotografia Anexo B.6 – Exterior do edifício	11
Fotografia Anexo B.7 – Entrada do museu	12
Fotografia Anexo B.8 – Exposição permanente, sala A e quiosque multimédia, sala F	12
Fotografia Anexo B.9 – Corredor sala E/sala F. Superfície espelhada, obra do artista Ângelo de Sousa	12
Fotografia Anexo B.10 – Visita guiada de uma escola, 2010. Observação de uma réplica ...	13
Fotografia Anexo B.11 – Exposição permanente, sala D	13
Fotografia Anexo B.12 – Reunião <i>Amigos do Côa</i> . cartaz <i>Douro '2011</i>	13
Fotografia Anexo B.13 – Área de restauração do museu	14
Fotografia Anexo B.14 – Cartaz do <i>CineCôa</i> . Anfiteatro do museu	14
Fotografia Anexo B.15 – Rally Fotográfico. Seção de painel expositivo, sala A	14

ABREVIATURAS

- APAP – Associação Portuguesa de Arquitetos Paisagistas
ARH - Administração da Região Hidrográfica do Norte, I. P.
CECL – Centro de Estudos Comunicação e Linguagem
CEG – Centro de Estudos Geográficos
CMVNFC – Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa
CNART – Centro Nacional de Arte Rupestre
DGEMN – Direção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais
DGPC – Direção Geral do Património Cultural
DRCN – Direção Regional de Cultura do Norte
DREMC – Direção Regional de Edifícios e Monumentos do Centro
EDP – Energias de Portugal
EMC – Empreendimento do Museu do Côa
FEDER – Fundo Europeu para o Desenvolvimento Regional
GOP – Gabinete de Organização e Projetos
GRDH – Gabinete do Relatório de Desenvolvimento Humano
IDH – Gabinete do Relatório de Desenvolvimento Humano
IGESPAR IP – Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico
IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana
IPA – Instituto Português de Arqueologia
IPM – Instituto Português de Museus
IPPAR – O Instituto Português do Património Arquitetónico
IPPC – Instituto Português do Património Cultural
IPPC-DRN – Instituto Português do Património Cultural- Direção Regional do Norte
MAAVC - Museu de Arte e Arqueologia do Vale do Côa
MC – Ministério da Cultura
OA – Ordem dos Arquitetos
OE – Orçamento do Estado
PAVC – Parque Arqueológico do Vale do Côa
PIB – Produto Interno Bruto
PIDDAC – Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.
-

POC – Programa Operacional da Cultura
PORC – Programa Operacional da Região Centro
PTR – Plano de Trabalhos de Recuperação
QCA – Quadro Comunitário de Apoio
QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional
RDH - Relatório de Desenvolvimento Humano
RNB – Rendimento Nacional Bruto
UE27 – União Europeia dos vinte e sete
UM – Universidade do Minho
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNL – Universidade Nova de Lisboa

1 INTRODUÇÃO

Um percurso profissional desenvolvido na esfera pública e privada, assente maioritariamente no setor da cultura, no âmbito da salvaguarda e valorização do património cultural, motivou o objeto desta dissertação.

Reconhecendo a inseparabilidade do referencial espacial e factual dos processos de intervenção no património cultural, no sentido de estabelecer leituras transversais, respondemos ao desafio com uma dupla tarefa, ilustrada através de um caso de estudo: uma, a apresentação de uma posição conceptual consonante com as necessidades e preocupações sociais contemporâneas, e outra, a definição de conteúdos relacionados que permitam criar condições essenciais à ação/transformação no âmbito do património cultural, no pressuposto de que, para agir, é necessário compreender o sentido, ou os diversos sentidos, dos acontecimentos.

A participação na concretização de diferentes equipamentos socioculturais, revelou-nos a indissociabilidade entre as problemáticas da *cultura*, *comunicação* e *desenvolvimento*. Esta associação evidenciou o peso do contexto cultural em diferentes processos de coesão e sustentabilidade social; realçou igualmente a premência que tal seja compreendido frente à crescente complexidade da sociedade contemporânea, dos fenómenos da globalização e das redes de comunicação. Numa lógica de cultura e valores, exploramos os três temas convergentes, mutuamente inclusivos e influentes.

Através da organização de um discurso articulado, a sistematização adotada traduz um *corpus* metodológico em que:

- Desenvolvemos e relacionamos *cultura* com *comunicação* e *desenvolvimento*;
- Apresentamos os acontecimentos e práticas específicas de um caso – Empreendimento do Museu do Côa (1998-2013), onde o relato da sua diversidade e o contexto fenomenológico relacionam a natureza da *cultura* com o entendimento de *comunicação* e *desenvolvimento*;
- Concluímos identificando alguns vetores direcionados para o futuro e apresentando também sugestões para a continuação do presente trabalho.

Ao contrário de uma aproximação normativa e instrumental, com perspetivas e modos de intervenção estandardizados, o exemplo apresentado não é necessariamente reprodutível; é um fenómeno singular, explicado através da narrativa. Reconhecendo que cada caso contém em si significados particulares, evoca especificidades próprias, com trajetórias planeadas, socialmente valorizadas e desejadas, revelando que “a história do caso é em si mesma o resultado” (Flyvbjerg, 2006).

Dada a natureza do objeto de pesquisa, o tempo previsto, os recursos materiais disponíveis e o nível de análise do quadro abrangente de estudo, o método de abordagem adotado será fenomenológico. A adoção do paradigma fenomenológico prende-se com o facto do estudo do caso do Empreendimento do Museu do Côa (EMC) ser uma exposição circunstanciada dos acontecimentos. Pretendemos reunir numa interpretação unificada os aspetos que integram a estrutura e o contexto do objeto pesquisado, enquadrado num referencial teórico. A técnica de pesquisa quanto à obtenção de dados centra-se na coleta e análise documental, complementada com a observação e alguns relatos.

A circunstância do EMC ter tido, na sua origem, a inscrição dos “Sítios Pré-históricos de Arte Rupestre do Vale do Rio Côa” na Lista do Património Mundial, concretizada pela UNESCO em 1998, assume um significado particular (como caso de estudo e temáticas associadas), pelo facto da Universidade de Coimbra, em 2013, ter visto reconhecido, como Património Mundial pela UNESCO, um património que inclui conhecimento científico, língua e cultura portuguesa e um notável conjunto de edifícios - «Universidade de Coimbra - Alta e Sofia». A definição de património comum da humanidade e a sua preservação é uma questão instituída no século XX, por um conjunto de convenções que deram corpo ao regime formal protetor de um Património Mundial que é suposto funcionar como acervo de uma herança comum e indivisível que, sendo insubstituível é, também, indissociável quer da História da humanidade, quer do seu futuro (Peixoto, 2000).

Ao examinarmos qualquer intervenção no domínio partilhado da *cultura - comunicação e desenvolvimento*, perspetivada numa lógica de serviço, consciência e intencionalidade dos processos coletivos, somos remetidos por Claude Mollard (Mollard, 2012), para a chamada “engenharia cultural”.

Ela conjuga consciencialização e racionalização, conjuga o estudo e a utilização de métodos de análise e de ação para a condução de projetos, na definição de objetivos, elaboração e implementação de programas, mobilização de financiamentos e realização técnica e artística de projetos. Assim, no exercício do poder (político, financeiro, simbólico) e na interceção dos campos culturais e artísticos, o autor diferencia a “engenharia cultural” pela capacidade de, na atividade de conceção e projeto, construir o problema e a solução, de conseguir as melhores

respostas, em qualidade, custos e prazos. No cruzamento de especialidades, e na transversalidade da atividade, valoriza o resultado através da ótica de multiplicador social, medido, em definitivo, pelo impacto sociocultural dos equipamentos no território.

Colocando a pessoa e os valores humanos no centro de uma aproximação alargada e interdisciplinar ao património cultural, privilegiamos como ponto de partida a “consciência de que a cultura é muito mais que negócio. De que sociedade é muito mais que mercado. Que responsabilidade é muito mais que imagem. Que viabilidade é muito mais que vontade” (Brant, 2004) querendo, através de uma narrativa, destacar o indivíduo como ator social influente e exemplificar através de um empreendimento público, que a construção de um equipamento coletivo não é um fim, mas sim um meio.

2 CULTURA

2.1 Aceções de cultura

As gravuras rupestres do Paleolítico revelam, de forma clara, o aparecimento do pensamento simbólico, assumindo, por isso, um valor indiscutível na origem de todas as manifestações da cultura, das mais arcaicas às mais atuais, das mais eruditas às mais comuns.

Essas gravuras dizem-nos, inequivocamente, que somos desde o primeiro momento os inventores da cultura da linguagem, da imagem e da arte. Se entendermos, de acordo com alguns especialistas de arte pré-histórica, que surge numa fase final da evolução humana “há algumas dezenas de milénios” e que a história humana se estende ao longo de cerca de três milhões de anos, percebemos a inseparabilidade entre a modernidade e uma permanente interrogação das origens (Cascais e Miranda, 2009). Nesta perspetiva percebemos que história e arte são indissociáveis. De acordo com a historiadora de arte Raquel Henriques da Silva, “todo o meio envolvente que o homem faz seu, tem, desde tempos imemoriais, a sua marca. Essa marca, simultaneamente técnica, plástica e simbólica, molda a interminável dialética entre o artificial e o natural ou entre arte e natureza que compõe, de modo essencial, a cultura” (Silva e Cruz, 2009).

Pensarmos hoje sobre o mundo, sobre a nossa sociedade, sobre o chamado progresso, sobre os meios mediadores de comunicação, sobre o sentido da ação, é pensar na cultura. Neste pressuposto consideramos como ponto de partida a dimensão estruturante da cultura e a ação um processo cultural.

Ao assumirmos esta premissa vamos-nos debruçar sobre a noção de cultura, de forma a compreendermos a sua dimensão na interação humana e, em particular, a nível do nosso quotidiano.

Edgar Morin escreve que “a questão da origem do homem e da cultura não diz unicamente respeito a uma ignorância que é preciso reduzir, a uma curiosidade a satisfazer. É uma questão com um alcance teórico imenso, múltiplo e geral. É o nó górdio que sustém a soldadura epistemológica entre natureza/cultura, animal/homem” (Morin, 1973).

Ao procurarmos as origens, citemos Raymond Williams que diz que “em todas as suas aceções originais, *cultura* constituía um substantivo processual: a tendência de algo para o crescimento”. Deriva de “*colere*” cultivar, habitar, tomar conta, cuidar e preservar – e primariamente associa-se à relação entre o Homem e a Natureza no sentido de a cultivar e cuidar com o objetivo de a tornar apta a ser habitada pelo homem. Revelando assim uma atitude de afetuoso zelo, oposta aos esforços de subjugação da Natureza ao domínio do Homem (Arendt, 2006).

No entanto, a evolução do significado desta palavra, afastado de “agricultura”, que surgiu a partir do século XVIII, determina “cultivar” ou “cultivar-se” como uma metáfora educativa, remetendo para a atividade que consiste no desenvolvimento da inteligência, dos conhecimentos e das vivências estéticas. Williams observa que o Iluminismo impôs a identificação desta noção de cultura com a de “civilização”, compreendida como um grau de “auto-desenvolvimento histórico da humanidade”, pressupondo indiretamente a superioridade da Europa culta sobre o resto do mundo, assim como das “classes letradas” sobre o resto da sociedade (Abril, 2010).

Mas refira-se o abandono generalizado das teorias da civilização - caracterizadas pela evolução de uma história em fases e etapas - pela universalidade das formas sociais e por uma razão abstrata e geral. Ele está na origem da dominância da ideia de cultura e do discurso que a envolve e produz. Um discurso que primeiramente estava ligado ao romantismo, com a sua insistência nas lendas e mitos nacionais, o privilégio das línguas históricas e a singularidade das tradições nacionais. Já durante o século XX, a ideia de “cultura” generalizou-se. “Herdeira crítica da noção de “civilização”, a categoria de cultura resulta em grande medida da secularização, na época moderna, da religião como princípio explicativo universal e fonte de autoridade moral. Essa secularização permitiu que não só a religião se tornasse objeto de inquirição cognitiva, como também a própria cultura enquanto facto humano essencial. A cultura passa a oferecer-se na qualidade de resposta à questão antropológica que a modernidade filosófica estabelece como fundadora de toda a empresa racional. Torna-se assim possível a emergência de teorias da cultura, em cujo seio a religião é objetivada como dado cultural” (Miranda e Cascais, 2010).

Reconhecemos a importância das faculdades humanas ao permitirem ao homem passar da utilização do mundo ao seu conhecimento e à sua transformação.

Na verdade, desde o início a humanidade investe-se na superação da procura de eficácia instrumental imediata; dessa superação resultaram práticas culturais distintas entre elas a arte.

Para além da perceção, o homem pode, sobretudo, criar - tanto na ordem do material como na do imaterial. Pode agir não apenas em função de uma lógica de sobrevivência imediata mas também em função de um projeto futuro que construiu de maneira simbólica, “na sua cabeça” (Prigogine *et al.*, 1998).

Jean François Roeux, enfatiza o facto da intencionalidade humana se orientar pela necessidade e pelo desejo, quer no domínio da cultura imaterial ou intangível (linguagem, normas, valores), quer no domínio da cultura material (técnicas, ferramentas e objetos produzidos) (Prigogine *et al.*, 1998).

Como veremos, a grande transformação da experiência cultural recente assenta em práticas comunicacionais contemporâneas, quer de organização e representação do tempo e do espaço (sentido da experiência do próximo e do distante), quer das estruturas de sentimento, vinculação e interação social.

Do ponto de vista de Gonçalo Abril (2010), sequente à perspectiva de cultura antropológica (Natureza e cultura) e à perspectiva de cultura sociológica (Civilização e cultura), muitos dos estudos e das opiniões relativas à cultura e às culturas da modernidade centram-se em duas conceções - uma centrada na dominação e outra na experiência cultural:

- o “campo cultural” é referido por Pierre, num âmbito de interação social no qual se estruturam e confrontam posições, produzidas pela distribuição desigual de certos bens (como o “capital cultural”) que conferem poder a quem os possui - imposição de representações, perspectivas, capacidade de tornar visíveis ou invisíveis determinados grupos sociais, modos de vida ou visões do mundo alternativas;
- a outra corrente teórica observa a cultura como um meio de organizar e transmitir a experiência de dar forma aos modos de viver e expressar-se - construção de significações no qual se objetivam os modos de conhecer, sentir, agrupar-se e realizar trocas próprias dos seres humanos, “não só o espaço em que, *de facto*, se expressam as suas recordações, vivências, expectativas e desejos, mas também o horizonte da sua *experiência possível*, de tudo aquilo que podem chegar a experimentar no interior de uma determinada forma de vida coletiva”.

Registe-se a definição de cultura como um “conjunto de informações não genéticas”, como a “memória” da humanidade ou de uma coletividade particular (Lotman, 1979) ou a que a equaciona como um “sistema adaptativo”, onde linhas gerais de conduta relacionam as comunidades humanas com o seu ambiente ecológico, com expressão nos recursos tecnológicos, os modos de organização económica e social, as formas de ocupação do território ou as crenças da sociedade (Keesing, 1974).

Noutra perspetiva, na aceção étnica da palavra cultura, são consideradas particularidades de costumes e tradições, da língua específica de cada grupo; traduz a diferença em relação a outros grupos e uma identidade e pertença em relação aos membros do próprio grupo.

No âmbito público moderno também se evidenciam novas diferenças culturais, tais como classe social, género, orientação sexual ou idade, também crenças, hábitos e rotinas de determinados grupos profissionais e corporativos, ou até mesmo com certas práticas de consumo, sendo comum o recurso a expressões como “cultura jornalística”, “cultura empresarial”, “cultura de consumo” ou mesmo “cultura do futebol”.

Neste percurso de diferentes leituras, assume particular importância a visão que a UNESCO tem de cultura, que incorpora claramente os domínios da sociologia e da antropologia. Assim, deu expressão às noções de diversidade e identidade cultural, numa fase inicial focada nos povos e nações, mas evoluindo no sentido da diversidade correspondente aos diversos grupos étnicos, de género e religiosos. É evidente a sua preocupação na constituição de sentidos e significados sobre o respeito da diversidade e dos direitos humanos, conforme as conclusões da MONDIACULT, Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais realizada no México, em 1982: no “seu sentido mais amplo, a cultura pode, hoje, ser considerada como o conjunto de traços distintivos, espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou grupo social. Ela engloba, além das artes e das letras, os modos de vida, os direitos fundamentais do ser humano, os sistemas de valores, as tradições e as crenças.”

2.2 O universo simbólico

A conceção “descritiva” de cultura evoluiu no sentido de uma conceção “simbólica”. Citamos a conceção “descritiva” de cultura do antropólogo Eduard B. Taylor, em *Primitive Culture*, que a definiu como uma “totalidade complexa que abrange o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, a lei, os costumes e quaisquer outras capacidades e hábitos adquiridos pelo homem como membro da sociedade”. John B. Thompson indica-nos como uma conceção “simbólica”, em que a cultura se entende, sobretudo, como um padrão ou matriz de significação incorporada no conjunto das atividades, expressões e objetos de uma sociedade. Em virtude desses significados partilhados, “os indivíduos comunicam entre si, partilhando as suas experiências, conceções e crenças” (Abril, 2010).

Podemos dizer, generalizando, que o universo simbólico está subjacente ao conjunto de representações de uma sociedade ou de determinado grupo social. Torna-se evidente que o símbolo ocupa o centro das teorias modernas da cultura.

Entendida como um sistema de signos passíveis de interpretação, para Clifford Geertz,” a cultura não é um poder, algo ao qual podem ser atribuídos casualmente os acontecimentos

sociais, os comportamentos, as instituições ou os processos; ela é um contexto, algo dentro do qual eles (os símbolos), podem ser descritos de forma inteligível – isto é descritos com densidade (Geertz, 1973).”

A ordem simbólica caracteriza, assim, a interação humana onde o indivíduo é, simultaneamente, um produto social e uma força ativa de estruturas sociais. Não obstante, a receção das formas simbólicas implica sempre um processo contextualizado e criativo de interpretação, no qual os indivíduos se servem de recursos de que dispõem, para dar sentido ao mundo que recebem (Ferreira, 2009).

Transcrevemos novamente as palavras de Geertz quando nos diz que “o conceito de cultura que eu defendo é essencialmente semiótico. Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura de significado” (Geertz, 1973).

Em particular, e com as palavras de Gil Baptista Ferreira, referimos a relevância da identidade como um projeto simbólico que os indivíduos constroem ativamente, manobrando os recursos e os materiais simbólicos que lhe são disponíveis, com os quais tecem narrativas coerentes entre si mesmos, enquanto membros de comunidades e participantes de formas e estilos de vida concretos – na procura incessante e decisiva pelo reconhecimento (Ferreira, 2009).

2.3 Transformações incontornáveis

Na atualidade, a circulação generalizada de formas simbólicas desempenha um papel fundamental, em simultâneo com a ciência e a técnica, que se tornaram referências incontornáveis da existência humana.

Não obstante, também é evidente que desde as investigações levadas a cabo por antropólogos como André Leroi-Gourhan que está provada a ligação entre técnica e cultura. Com efeito, o pressuposto que justifica a aplicação do prefixo «ciber-» à cultura contemporânea é o de que esta é moldada pelas «Tecnologias da Informação e da Comunicação». “Qualquer técnica, da mais rudimentar à mais sofisticada, tem repercussões sociais e culturais, a cibercultura é, (...) a mais recente metamorfose de algo tão antigo quanto a própria humanidade: a cultura” (Rosa, 2010).

Neste contexto, Lipovetsky apresenta-nos a época pós-moderna que transformou o relevo, o sentido e a face social e económica da cultura: “ a cultura transformou-se em mundo, em cultura-mundo do tecnocapitalismo planetário, das indústrias culturais, do consumismo total, dos *media* e das redes digitais.” Assinala a global e estrutural desorientação na civilização

consumista e enumera quatro polos universais do futuro hipermoderno: o hipercapitalismo, a hipertecnologia, o hiperindividualismo e o hiperconsumo (Lipovetsky, 2010).

Por outro lado, o professor de Ciências de Comunicação Francisco Cádima caracteriza-nos a situação atual que a nível global é, sobretudo, marcada “pela complexidade do “transpolítico” e pelas múltiplas fraturas do social, em diferentes dimensões. Uma crise de legitimação dos saberes dada pela crise das grandes narrativas, em grande medida porque, na pós-modernidade, a ciência produz não o conhecido, mas o “desconhecido”, o paradigma científico é dado pela multiplicação dos paradigmas (...). No limite, estamos hoje face ao obscuro, ao que se potencia para além da ordem natural das coisas e do mundo; da substituição da ordem do homem pela ordem dos símbolos e dos *pixels*. (...) O que significa que esta pós-modernidade se recompõe por adições complexas: o movimento mais a incerteza. Ou por oposições definitivas: o mundo da vida *versus* o sistema da eficácia” (Cádima, 2010).

Conforme as transformações com que somos historicamente confrontados, o significado coletivo de alguns fenómenos culturais adequou-se a marcos institucionais. Entender a cultura no plural é, na realidade, uma questão política moderna, onde a diferenciação e pluralidade das culturas tem como base a interpretação do contexto da constituição dos estados nacionais e dos processos de colonização e descolonização - por um lado, uma multiplicidade de culturas, mas, por outro, o predomínio da perspetiva normativa da “cultura nacional”, constituída por um conjunto de bens dotados de um “valor cultural” (língua oficial, património material e imaterial), de costumes (rituais e festas) e produtos (arte e literatura).

2.4 A esfera global da cultura contemporânea

As formulações anteriores permitem-nos relacionar o multiculturalismo relacionado com a coexistência de uma pluralidade de culturas, em oposição ao transculturalismo, que realça uma mistura de diversas culturas na contemporaneidade; este último, caracterizado pela sua compatibilidade com a globalização, na medida em que advoga o comércio livre. De facto, a mudança no discurso público do multiculturalismo para o transculturalismo, assenta numa perspetiva económica liberal de que as práticas de consumo são uma face visível (Kraidy, 2005) – diferença cultural e fusão cultural.

Reframos as chamadas “terceiras culturas” que se relacionam com o território transnacional de negociação e resolução de problemas e conflitos decorrentes do contacto intercultural (Featherstone *et al.*, 1995). Os seus protagonistas, ao atuarem no campo da retradução e acomodação dos sentidos e significados da cultura local e global, remetem-nos para um universo de referências cosmopolitas (Fortuna, 2002).

É neste enquadramento que entendemos o termo globalização, como um processo de crescente interdependência à escala internacional aos níveis político, económico, social, cultural e comunicacional (Álvares, 2010a).

Destaquemos que, com a pressão constante da globalização, acaba por ser no âmbito da cultura que explodem os grandes antagonismos do nosso tempo, das guerras da memória até à reivindicação das identidades, das fricções da laicidade até à multiforme irrupção do religioso, da defesa das línguas até aos conflitos de valores (Carrilho, 2013).

Na verdade, numa esfera global, a cultura de consumo contemporânea pôs em causa as relações tradicionais de género e de classe social. Obrigou a uma redefinição do mapa de mobilidade social a uma escala globalizada e desafiou as categorias identitárias anteriormente existentes, em relação aos novos espaços sociais, definidos em termos de estatuto, imagem corporal e riqueza (Álvares, 2010b).

“A Era do Vazio” (1983) do filósofo francês Gilles Lipovetsky, introduziu-nos uma visão das sociedades contemporâneas e das suas dinâmicas com a emergência de uma nova forma de cultura, onde a apatia, a indiferença e a sedução prevalecem face à convicção. Para o autor, as novas atitudes do indivíduo, que se manifestam no mundo ocidental, traduzem uma perda de importância da esfera pública, das suas instituições coletivas (sociais e políticas), que vai cedendo face à emergência do individualismo. Ora esta realidade central do nosso tempo altera drasticamente a natureza da vida social quotidiana e afeta os aspetos mais pessoais da experiência individual e coletiva.

Atendendo a que o processo de modelação da cultura está relacionado com o espírito e técnica, oralidade e forma escrita, sagrado e profano, religião, retórica, passado e progresso, e tudo quanto exprime a esperança e as inquietações humanas (Saraiva, 1993), não há dúvida de que os aspetos culturais podem ser identificados e seguidos através de todas as áreas humanas habitualmente reconhecidas como sociais: a economia e a ciência política são segmentos da cultura (Kroeber, 1952).

Ao falarmos da cultura entendida tanto como o saber e o fazer dos indivíduos, como campo da produção cultural ou do campo artístico, o campo cultural é, na terminologia bourdiana, definido como “lugar em que se produz e se reproduz incessantemente a crença no valor da arte e no poder de criação do valor que é o próprio artista”. O seu estudo implica a descrição do conjunto das condições sociais que possibilitam a constituição do campo, os seus índices de autonomia, “tais como a emergência do conjunto das instituições específicas que condicionam o funcionamento da economia dos bens culturais” (Bourdieu, 1988).

De acordo com Gonçalo Abril (2010), a produção e distribuição de produtos culturais foi crescentemente monopolizada, desde o século XIX, pela indústria cultural (conceito proposto por Theodor Adorno e a Escola de Frankfurt) que congrega, na atualidade, um grande número de meios de informação, produtoras de cinema, rádio, TV, discos, videojogos e todo o tipo de produtos audiovisuais, bases de dados, sistemas telemáticos e digitais, etc. Com efeito, o cânone nacionalista, sem se dissipar, teve de ceder perante as novas exigências de uma cartografia mundializada da cultura.

Luís Prieto, professor de economia aplicada, no âmbito disciplinar da economia da cultura, distingue três segmentos: as artes cénicas, as indústrias culturais e o património histórico, que têm como característica comum o seu significado como criação artística, sinal de uma identidade colectiva. Diferenciam-se pelas seguintes características: as artes cénicas constituem um bem ou serviço que se esgota em si mesmo (o consumo e produção realizam-se num momento único, uma peça de teatro, um concerto de música); as indústrias culturais consistem basicamente na mercantilização de objetos reproduzíveis (indústria do livro, do disco, do cinema, etc.) e por último o património histórico que representa a criação cultural com caráter acumulado, ou seja, com uma perspectiva histórica e com um sentido de herança que o constituem objeto único (Prieto, 2001).

Referindo-se à noção de mercado, António Pinto Ribeiro escreve que ela “não existe hoje como mero prolongamento histórico do que foram as trocas comerciais de tradição ancestral. (...) E quando se refere o mercado que alastra à escala global e às tecnologias que controlam e determinam respostas muito mais velozes do que a mente humana é capaz de executar (a bolsa de valores, por exemplo), o que na realidade se nomeia ainda são pessoas (...) que determinam, executam ordens, sejam num contexto de conflito ou de pacto.” (Pinto Ribeiro, 2013) Refere o mesmo ensaísta que, para haver cultura, nos seus múltiplos sentidos de afirmação de descontinuidades entre “o mercado” e a condição humana, é necessário descodificar a linguagem do mercado e defender a dimensão simbólica e a economia simbólica que estão subjacentes às práticas culturais - modos enigmáticos de conhecimento e convivialidade.

Numa lógica de contemporaneidade, Pascal Bruckner, questionando as novas condições da responsabilidade no contexto atual, afirma que o meio mais seguro de nos fortalecermos como indivíduos e de aceitarmos a disciplina de um grupo é restaurar uma cultura de cidadania, uma vida cívica participativa; devemos ser capazes de nos abstrairmos dos nossos interesses individuais para nos ocuparmos do interesse geral (Prigogine *et al.*, 1998).

Comummente os significados de cultura oscilam entre o conceito de um todo, um sistema total de vida e o de uma prática cultural diferenciada, parcelar, mas sempre relativa a uma unidade coerente, uma manifestação de sentido e de razão.

John B. Thompson dirige o estudo de fenómenos culturais sob a perspetiva de uma “conceção estrutural da cultura” onde dá ênfase ao caráter simbólico dos fenómenos culturais e ao facto de tais fenómenos estarem sempre inseridos em contextos sociais estruturados. Por isso, nesta perspetiva, define análise cultural como “o estudo das formas simbólicas – isto é, acções, objetos e expressões significativas de vários tipos – em relação a contextos e processos historicamente específicos e socialmente estruturados dentro dos quais, e por meio dos quais, essas formas simbólicas são produzidas, transmitidas e recebidas (Thompson, 1995)”.

Naturalmente percebemos que todos os fenómenos atuais decorrentes da desagregação da sociedade, da alteração dos costumes, do consumo de massa, da afirmação do indivíduo, onde variáveis novas associadas, e os seus efeitos controversos, reformulam (considerando os respetivos processos de constituição) as opções, as normas, os comportamentos, as tradições, as instituições e as identidades nas sociedades modernas. Sublinhamos a nossa leitura de cultura centrada no facto de, desde o seu nascimento todo o indivíduo começar a receber a herança cultural, que assegurará a sua formação, a sua orientação e o seu desenvolvimento de ser social. Esta herança cultural não virá sobrepor-se à hereditariedade genética, elas combinam-se (Morin, 1973). Assim, facilmente compreendemos que a cultura é uma dimensão sempre presente em toda a nossa vida, “uma realidade oculta” (Hall, 1996) que nos acompanha sempre.

Assim, nesta dissertação temos sempre presente, citando Hannah Arendt, que “podemos recordar o que os romanos – o primeiro povo a encarar a cultura com a mesma seriedade com que nós a encaramos - achavam que uma pessoa cultivada devia ser: alguém que sabe escolher quais os homens, as coisas e as ideias cuja companhia deseja frequentar, tanto no presente como no passado” (Arendt, 2006).

2.5 Aplicação ao caso de estudo

O caso de estudo objeto desta dissertação é o EMC. Todo o processo do Côa, testemunha o facto de a modernidade ser um tempo de programas e projetos, associados à ideia de que o real é programável e planificável. Nesse contexto, no quotidiano de uma sociedade plural, o caráter singular da patrimonialização dos referentes culturais inscreve-se num discurso de continuidade e, em simultâneo, de mudança.

Em Portugal, nas duas últimas décadas, assistimos a uma integração discursiva e à construção de visões espaciais partilhadas, decorrentes da europeização em curso. Mas as especificidades

históricas e culturais do país e das respetivas regiões, protagonizam percursos singulares, enquanto projetos e processos num território particular.

Assim, o estudo deste caso, no âmbito da “Convenção-Quadro do Conselho da Europa relativa ao Valor do Património Cultural para a Sociedade” (Faro, 27.10.2005) salienta a responsabilidade individual e colectiva perante o património cultural e exemplifica a circunstância de todas as formas de património cultural na Europa constituírem uma fonte partilhada de memória, compreensão, identidade e criatividade. Promove um conceito alargado e interdisciplinar de património cultural, fomentando a sua protecção como elemento central dos objetivos conjugados do desenvolvimento sustentável, da diversidade cultural e da criação contemporânea na região. Aposta na dimensão simbólica e na economia simbólica subjacentes às práticas culturais. O Museu do Côa é um exemplo de que toda a ação é um processo cultural.

3 SOCIEDADE

3.1 Noção de sociedade

Todas as pessoas têm um papel ativo na incorporação das formas culturais no seu quotidiano, retirando delas o seu conteúdo, de forma a potenciar essas ferramentas enquanto mecanismos de auto relação e de construção de identidade. Neste processo o indivíduo funciona como construtor de uma cultura reflexiva, identitária e relacional. A importância das formas simbólicas na vida humana é evidenciada na complexa interconexão entre indivíduo e estruturas sociais.

Na sua obra “Paradigma perdido: a natureza humana”, Edgar Morin aborda uma "teoria aberta" da natureza humana, baseada na ideia de auto-organização e numa lógica da complexidade, onde a cultura reúne, em si, um duplo capital: por um lado um capital técnico e cognitivo – de saberes e de saber fazer -, que em princípio pode ser transmitido a qualquer sociedade e, por outro lado, um capital específico, que constitui traços da sua identidade original e alimenta uma comunidade singular em referência aos seus antepassados, aos seus mortos, às suas tradições. Formula, assim, que o conjunto constitui o sistema generativo duma sociedade sapiential; por meio de regras, de normas, de proibições, de quase-programas, de estratégias, esse sistema controla a existência fenomenal da sociedade, de forma a assegurar a manutenção da complexidade social, e auto perpetua-se através da sucessão das gerações, reproduzindo-se em cada indivíduo” (Morin, 1973).

Consequentemente, verificamos que cada pessoa nasce numa sociedade modelada através de uma longa série de experiências, interações e processos de comunicação e igualmente dotada de uma tradição, de um património cultural, que se constituiu ao longo do tempo, integrando a memória coletiva e sendo transmitido através da linguagem, das narrativas e das explicações da realidade natural e social, das imagens ou representações da vida, do destino da humanidade ou dos modelos e normas de comportamento.

De acordo com o sociólogo Giovanni Busino, “a sociedade é um tipo e um modo de organização da coexistência, ligados a condições naturais e situações históricas dadas e a uma rede de razões simbólicas, de significados imaginários, mediante os quais se compõe e se forma a coesão específica que permite aos indivíduos conhecer-se, pensar e agir.” Acrescenta que é a faculdade primordial de criar relações entre elementos diversos que produz a

sociedade e torna possível a história. Evidencia este fazer criador que faz e refaz perpetuamente as suas próprias instituições e cria, continuamente, espaços e autonomia indefinidos e abertos, indivíduos distintos e grupos humanos diferentes com culturas opostas (Busino, 1999).

“Tudo é construção social” dizia Michel Foucault. A palavra sociedade, tradução do latino *societas* teve sempre associados ao seu significado, a união, o vínculo com os outros, a participação, a comunhão de interesses, associação e a aliança. O que nos remete para a questão das relações entre indivíduos e entre o indivíduo e o grupo, que são comandadas por um duplo princípio de cooperação-solidariedade, por um lado, e de competição-antagonismo, por outro. Ora a sociedade e a individualidade não são duas realidades separadas que se ajustam uma à outra; complementar e contraditoriamente, indivíduo e sociedade são constituintes um do outro (Morin, 1973).

De acordo com o antropólogo Alfred Louis Kroeber, o facto de as sociedades serem formadas por indivíduos implica que sejam profundamente moldadas pela sua cultura. E qualquer teoria que se especialize em cultura deve reconhecer que, no caso do homem, a sociedade e a cultura ocorrem sempre em simultâneo, pelo que os fenómenos disponíveis têm necessariamente um aspeto social e um aspeto cultural (Kroeber, 1952).

3.2 Consagração da identidade

A fenomenologia relacional e a consagração institucional de soluções e formas de intervenção, focam questões que são intrinsecamente interdisciplinares. Segundo o economista Vítor Neves, o lugar dos processos coletivos na organização social pode ser reconstruído a partir de pontos de origem diferenciados. Salienta que o facto de permanecer nas origens, em vez de se procurar soluções multidisciplinares, pode conduzir a grandes problemas de sustentabilidade disciplinar, como é hoje em dia ilustrado pela Economia. Esta, ao reduzir-se a uma disciplina de mercados, “minou profundamente a sua condição científica e a sua capacidade para interpretar a evolução social, tendo também sido altamente responsável por uma colonização do espaço público através de ideias profundamente perversas. Por isso o problema da sustentabilidade disciplinar pode procurar uma solução numa visão “indisciplinar” que se aproxime dos fenómenos e dos processos sociais. O mais profícuo programa interdisciplinar há-de ser porventura, uma aproximação ontológica à identificação e à interpretação de problemas, mais do que um quadro de relações “entre disciplinas” (Kerstenetzky e Neves, 2012).

Logo, identificamos a cultura e a História como referenciais indispensáveis na abordagem da dinâmica da sociedade e dos territórios, na forma como se transformam, tanto de forma espontânea como de forma organizada (Parque Expo 98, 2002). E encontramos assim, no

estudo das sociedades ao longo dos tempos, um elemento essencial para a compreensão do modo como, historicamente, o humano se foi relacionando com a experiência.

Destacamos aqui a memória, que se situa no cruzamento de tempos sociais, fruto do desenvolvimento da consciência coletiva e individual. É um elemento essencial do que apelidamos de identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje (Le Goff, 1997). “O processo da memória no homem faz intervir não só a ordenação de vestígios, mas também a releitura desses vestígios” (Saraiva, 1993). A memória coletiva não é somente uma conquista, é também um instrumento e um objetivo de poder (Le Goff, 1997), enquadrados na dimensão cultural da representatividade e da parceria de vida em comunidade.

Assinalamos o gradual afastamento do homem em relação à natureza e o consequente caminhar em direção à cultura, identificados como os motivos iniciais do aparecimento das sociedades modernas, mediadas por um pensamento e conhecimento científicos, enaltecendo as mudanças rápidas e da inovação tecnológica (Menezes, 2010).

É de notar, conforme refere o filósofo Daniel Innerarity, que o estudo da sociedade dá-nos hoje a imagem de um campo desestruturado e não a imagem de um objeto iluminado pelo saber e cujos elementos se inserissem num todo coerente. Vivemos hoje numa sociedade que existe mais sobre o contínuo desequilíbrio, sem um contínuo regresso de uma harmonia sem conflitos. Como sistema complexo, caracteriza-se por não se poder dominar em simultâneo e, da mesma maneira, todas as variáveis que neles intervêm. Mas, simultaneamente, a robustez das nossas sociedades reside na sua complexidade e indeterminação, na renúncia à soberania, na convicção de que o poder absoluto é o malogro da política – assim, a vulnerabilidade das nossas sociedades resulta de ela ser aquilo que as faz mais fortes (Innerarity, 2004).

Lembremos, conforme disse o ensaísta Pascal Bruckner, que o homem das sociedades tradicionais não tinha a liberdade de que gozamos hoje no mundo ocidental, mas beneficiava de um determinado número de solidariedades que já não existem. Mas constatamos, na atualidade, que o indivíduo moderno, homem ou mulher, exprime duas exigências contraditórias em relação à sociedade, “deixem-me em paz” e “tratam de mim”: gostaria de conservar as vantagens da liberdade (a independência) livrando-se dos seus inconvenientes (a responsabilidade) (Prigogine *et al.*, 1998).

Assim, a propósito dos mecanismos de identidade e referenciais estáveis que atuam em permanente equilíbrio com as instituições da modernidade, José Reis fala-nos das ordens relacionais ao caracterizar os subconjuntos estruturados que formam a matriz de relações interdependentes que origina o tecido social, político e económico contemporâneo. As ordens

relacionais superam a atomização individual, num quadro que relaciona indivíduos e instituições, conduzindo-nos a questões de governação. “Os atores que constituem e intervêm nessas ordens relacionais, possuem intencionalidade, consciência e identidade – na medida em que têm capacidade de formar contextos de ação e a sua inserção nos processos coletivos carece de “governo”, quer dizer, de processos pelos quais os diferentes mecanismos de ação convirjam para determinados objetivos”.

Resumidamente, podem considerar-se os seguintes instrumentos de governação: informação, organização e regras.

O autor propõe que entendamos por governação um conjunto de processos pelo qual se coordenam ordens relacionais diversas e parciais, através de relação de poderes diferenciados, de mecanismos plurais e de vocabulários cognitivos próprios, tendo em vista a criação de dinâmicas sociais e organizacionais. Acrescenta que a governação envolve hierarquia (poder e disseminação), proximidade (interações e co-presença) e mudanças (redefinições situacionais). Caracteriza a morfologia do poder e das interações nas sociedades de hoje como plural e complexa (Reis, 2009).

3.3 Dar novo sentido à ação

Enunciamos aqui Edgar Morin (1998) que alerta para o facto de a complexidade reclamar uma verdadeira reforma do pensamento, semelhante àquela provocada no passado pelo paradigma de Copérnico. Mas alerta-nos para a circunstância desta abordagem e compreensão do mundo, de um mundo que se “autoproduz”, dar também um novo sentido à ação: é fazer apostar, o que significa que com a complexidade ganhamos liberdade.

Na verdade, é no conjunto das relações sociais e das formas de mediação cultural presentes em cada contexto da sociedade que a faculdade de, a cada momento, introduzir pelo individual o incalculável e o imprevisível, torna possível a ação e mudança individual e coletiva (Ferreira, 2009).

O filósofo Peter Sloterdijk, numa entrevista com Gaby Reucher, salienta o facto de que, quando nada acontece durante um longo período de tempo, se cria uma espécie de calma ilusória. E atualmente estamos a ser convidados a acordar de um período de calma. Neste sentido, podemos considerar que não vivemos numa época má, pois ela está a confrontar-nos com o imperativo do despertar.

De facto, temos que aproveitar esta oportunidade para rever, reavaliar e fazer aquilo que faz sentido. Devemos concentrar-nos naquilo que depende de nós (Mateus, 2010).

E neste sentido, reproduzimos as palavras de Daniel Innerarity ao afirmar que “a crise – entendida como a situação de permanente questionamento dos valores e formas de vida tradicionais, a abertura e indeterminação dos enquadramentos políticos, a modificabilidade das instituições e dos consensos, das possibilidades de mudança que estão sempre à disposição dos consumidores, dos votantes e dos leitores, a rivalidade alternativa entre concepções do mundo, dos valores e dos interesses – é o estado normal das sociedades. A palavra “crise” não pode ser oposta à “normalidade”, nem o conflito ao consenso” (Innerarity, 2004).

Também Peter Sloterdijk, no ensaio “No Mesmo Barco. Ensaio Sobre a Hiperpolítica” reflete sobre este tempo de incerteza absoluta. Observa que os políticos em funções raramente estão “à altura dos desafios da nova situação – intelectualmente quase nunca, moralmente de vez em quando, pragmaticamente mais mal do que bem -, tal dá origem a um descontentamento massivo, que se vai agudizando cada vez mais relativamente à classe política. Ainda que não se saiba indicar detalhadamente o que este ou aquele político deveria fazer de diferente, qualquer observador do que se passa nas capitais modernas nota, porém, que não é suficiente. (...) Estou ciente, de um modo muito claro, da existência de um estado crepuscular, de alcance mundial, assente em insuficiências antropológicas. Pois aquilo que salta aos olhos dos seus contemporâneos – o eles tão raramente parecerem estar à altura dos desafios globais -, aplica-se, na mesma proporção, ainda mais aos não políticos. Seria de considerar se as crónicas recriminações contra a classe política não são a projeção de uma cultura mundial, que apenas se cristaliza nas personalidades políticas. (...) Não sabemos, de facto, que tipo de homem seria necessário para preencher os espaços vazios e que treinos deveriam ser desenvolvidos para que fosse reduzida a gigantesca lacuna entre a forma global do mundo e as psiques locais ” (Sloterdijk, 1999).

De um modo claro, o filósofo afirma que os interesses comuns voltados para a sobrevivência apontam na direção de uma macroestrutura da imunização global, “uma estrutura dessas chama-se civilização”. Sugere a mudança individual numa era de crise global: “assumir em exercícios diários os bons costumes da sobrevivência comum”. Propõe a conquista do improvável mediante a disciplina. “Se não puder mudar o mundo, mude-se a si mesmo” (Sloterdijk, 2009).

Entendemos que Portugal tem a sua própria cultura, onde um conjunto de comportamentos e características dão à sociedade portuguesa a sua configuração específica. A existência de um passado e o caminhar para um futuro, ou seja, a existência de um horizonte temporal reveste a ação presente de todo um sentido e de uma relevância indiscutível (Parque Expo 98, 2002). Consequentemente, todas as religiões, as atitudes políticas, as organizações administrativas

transportam com elas as dimensões temporais e simbólicas, caracterizadas nos aspetos de cariz intencional, convencional, estrutural e contextual.

A nível nacional, a delicada situação da sociedade portuguesa na atualidade, a nível social e económico, sintoniza-se com a crise da sua própria convergência europeia, no quadro mais amplo de manifestação de progressivas dificuldades da Europa em equilibrar os custos e as vantagens da globalização.

A crise financeira do Estado português articula-se com uma crise específica da construção e governação europeia. O regime macroeconómico da União Europeia obrigou Portugal a uma profunda transformação dos mecanismos de regulação.

Assinalamos a dualidade de Portugal, considerada uma sociedade de desenvolvimento intermédio, onde algumas características sociais (taxas de crescimento populacional, leis e instituições, algumas práticas de consumo, etc.) a aproximam das sociedades mais desenvolvidas, enquanto outras (infraestruturas coletivas, políticas culturais, tipo de desenvolvimento industrial, etc.) a aproximam das sociedades menos desenvolvidas” (Santos, 1994).

Assim, aquilo que comumente se designa por problemas endémicos são, no nosso caso, a baixa qualificação da sua força de trabalho, excessiva litoralização e fraca densidade populacional do restante território, “permanente sociedade dual em permanente transição” (Albuquerque, 2011).

Portugal, situado na Europa e no Mundo, necessita de valorizar o seu potencial, os seus recursos naturais e humanos em termos estratégicos, de pensar soluções possíveis e caminhos realistas de existência pacífica equilibrada.

Destaquemos, para efeitos do presente trabalho, entre os diferentes resultados da plena integração europeia, a utilização dos fundos estruturais. Estes fundos comunitários foram um fator decisivo na construção do nosso caso de estudo: o Museu do Côa. A sua concretização constitui uma oportunidade, consequência da classificação da Arte Rupestre do Vale do Côa como Património da Humanidade.

Completamos, destacando a sociedade portuguesa, e a cultura que lhe está subjacente, como parte de um sistema simbólico. Sociedade e cultura estão assentes em sistemas estruturados no âmbito da materialidade e da imaterialidade que regem o nosso mundo social.

3.4 Aplicação ao caso de estudo

Em resposta aos desafios sociais do presente, refletirmos aqui sobre o EMC é aceder a uma multiplicidade de acontecimentos e significados que traduzem vários níveis de sentido implícitos, que resultaram na criação de um polo cultural reconhecido nacional e internacionalmente, onde o passado é projetado através de ideias e tendências atuais. Um passado que está refletido na atividade e ocupação humana no Vale do Côa e no equilíbrio conquistado de bens tangíveis e intangíveis.

Como todos os projetos museológicos, é um projeto único, produto de uma história única. Ilustra uma apropriação do território que cria uma ordem anteriormente inexistente, não como um objeto isolado, mas em relação com o contexto natural, introduzindo os sítios arqueológicos do Vale do Côa, numa fusão com a paisagem (Brito, 2011). Tendo em vista o enfoque na cultura como elemento estruturante deste processo sociocultural narramos a construção de um edifício contemporâneo, inserido no ambiente do vale, sem pôr em causa os seus valores intrínsecos. Examina-se um projeto que, na sua génese e num sentido de responsabilidade partilhada, conciliou ambiente, património e qualidade de vida. Nele são pensados e geridos os efeitos de um empreendimento público no que diz respeito às relações entre identidade, memória social, meio ambiente e património cultural material e imaterial da sociedade.

4 VALORES, INSTITUIÇÕES

4.1 Valores

A configuração das sociedades modernas como entidades relativamente independentes é simultânea à sua incorporação num sistema social global. Ora, nestas sociedades, não consideramos como algo indiscutível todas as questões formuladas em termos universais; e este facto distingue-nos claramente dos nossos antepassados, em termos de identidade. Desejamos, assim, evidenciar o facto de sermos moldados pelo que julgamos enquanto compromissos universalmente válidos, e por aquilo que compreendemos como identificações particulares (Ferreira, 2009).

De facto, sabemos que o Ocidente se construiu a partir da herança grega e cristã, sobre o sistema de valores que Platão designou por Bem, Belo e Verdadeiro. Mas Eduardo Lourenço, na conferência “Que Valores para este tempo?” realizada na Fundação Calouste Gulbenkian em Outubro de 2006 - momento de reflexão, de produção de pensamento e de debate sobre temas atuais - disse que “Nietzsche, o mais inatual dos pensadores deste tempo de crise cuja essência é a oposta ao seu diagnóstico, é também, sem contradição, o mais atual, o mais profético e com mais futuro à espera dele, por ter deslocado a preocupação ocidental por excelência, a da questão da Verdade, para a mais obscura, mas não menos incontornável, do Valor” (FCG, 2007).

Assim, Danièle Cohen, ao interrogar-se sobre o sistema atual de entendimento do mundo, refere os riscos em que incorremos ao praticarmos axiologias insensíveis, ao pretender desenvolver continuamente valores autónomos e cada vez mais específicos, sob o pretexto de aperfeiçoar as racionalidades “instrumentais” (a expressão é de Max Horkheimer). Estes valores, cada dia mais autónomos e nunca partilhados, acumulam *handicaps*. Referiu a bioética, a ecologia, a democracia que tentam atenuar o efeito, introduzindo tanto a nível das reflexões como das ações, a necessidade de uma união entre liberdade e responsabilidade. A necessidade do sentido de um “nós”, da existência de valores comuns, garante a elevação da pessoa e o respeito por um mundo em que a vida cresce, morre e renasce. Concluiu que as ordens, os sistemas de valores e de evidências são frequentemente abalados, mas as forças obscuras não aniquilam a esperança (FCG, 2007).

Vivemos numa época de mudanças marcadas pelo fim de um período caracterizado por certezas, ilusões e determinismos; o fim das ilusões evidencia o facto de que a História, progresso e moral não caminham forçosamente a par (Prigogine e Morin, 1998). Esta

circunstância é agravada pelo “fundamentalismo cultural” que dificulta a possibilidade de construção de identidades por parte do indivíduo, impingindo valores e estilos de vida que são considerados “próprios” do grupo (Kuper, 2000).

Quando somos questionados por André Comte Sponville, “Que valores?”, obtemos a resposta que são aqueles que vão no sentido da vida, no sentido da sociedade e dos seus interesses, no sentido da razão e do universal (Morin *et al.*, 1998). Consequentemente, reconhecemos a importância de reencontrar um tempo que não separe o homem do universo mas que, pelo contrário, assinala a sua pertença a esse universo (Prigogine e Morin, 1998).

Citamos Eduardo Lourenço quando nos diz que “os chamados valores são os nossos valores e os nossos valores, em última análise, além do caráter de polaridade que os caracteriza (um valor vive do que nega e é inseparável dele – o Bem do Mal, o Belo do Feio, o Justo do Injusto) são sustentados pela nossa vontade de os afirmar ou negar, afirmando através deles o sentido da vida, não em função de um fora dela, de um céu para ele imaginário, mas da vontade, da capacidade, do desejo de os encarar, efetivamente como tais” (FCG, 2007).

Desta forma, a ponderação de interesses – de natureza pública, coletiva e privada – ocupa uma posição central no funcionamento da sociedade. Define determinadas prioridades – sociais, económicas e ambientais – em nome do interesse público e do bem-estar coletivo. Pressupõe sempre uma arbitragem entre diferentes opções. Não existindo uma fórmula que garanta decisões adequadas, pressupõe contudo convicções éticas e valores definidos de forma explícita em relação tanto a processos e procedimentos de decisão como aos resultados visados (Ferrão, 2011).

4.2 Instituições

Desta forma, o economista José Reis, na publicação “Ensaio de Economia Impura”, escreve que, numa aceção abstrata, instituições são regras formais e informais que definem o nosso contexto de ação e o jogo da vida. Entendemos que é através delas que se estabelece a substância da vida social e os valores prioritários em que ela assenta. O autor define que são igualmente instituições o *Estado* e a sua estrutura, natureza e forma de representar os cidadãos e o coletivo, o *mercado* e o significado da troca e do negócio na calibragem da sociedade, a *comunidade* e as relações horizontais de proximidade que nos integram socialmente e criam densidades territoriais específicas, de que as cidades e as regiões são exemplos, as *empresas* e os modos como se organiza a produção e a criação e distribuição de riqueza, as *associações* e as formas de expressão da organização coletiva dos cidadãos, as *redes* e o desenvolvimento de formas relacionais de organização de atores, processos e territórios. Acrescenta que é em função de como se estabelecem certas regras em que a vida coletiva assenta, e da proporção

com que se mobilizam estes dispositivos de organização (e que não se limitam ao simplismo de mais Estado ou mais mercado), que identificamos:

- os sistemas de proteção social e a lógica de solidariedade ou de mercado mobilizada para as políticas de saúde, segurança social, imigração ou família;
- os sistemas educativos e o lugar atribuído à esfera pública ou às estratégias privadas para formar habilitações e capital humano;
- a importância relativa entre países e sistemas sociais, de domínios institucionais concretos (como as *relações de concorrência* no mercado dos bens e serviços);
- os valores associados ao emprego e ao trabalho ou o significado das qualificações e da formação na *relação salarial* que estrutura o mercado do trabalho;
- o papel desempenhado pelo *sistema financeiro* e o tipo de intermediação que este privilegia (consumo ou criação de riqueza, crédito para o curto prazo ou investimento para o longo) e pela *corporate governance*, através da finalidade que se atribui à empresa (criar riqueza e emprego ou obter valor bolsista) (Reis, 2009).

É interessante o que afirma Loomes ao exprimir que “o grande desafio para o futuro é desenhar experiências que permitam heterogeneidades no comportamento humano, e desenvolver técnicas que forneçam melhores pistas quanto à interação entre os valores imprecisos das pessoas e o ambiente que operam, identificando o modo como elas *constroem* respostas e/ou as modificam” (Loomes, 1999).

Ora é a partir dos valores e da ideologia dominantes que a mudança institucional se inicia. O sistema de crenças constitui a representação interna da paisagem humana, e as instituições, como estrutura que os indivíduos criam nessa paisagem, são a sua representação externa.

Pensamos que, embora as instituições tendam a formar um cenário consensual sobre o qual a ação é negociada e os sentidos ganham forma, todas as transformações nas regras, normas, valores e hábitos provocam uma reconfiguração dos arranjos institucionais, conduzindo a mudanças sociais, com relações de poder ou com o conflito em sociedade.

Desta forma, sob um ponto de vista político, as instituições medeiam os conflitos sociais e resolvem conflitos entre atores desiguais com interesses divergentes. Aqui, embora os indivíduos tenham o papel do ator individual, é através da ação consciente e intencional que os atores individuais criam as próprias instituições (Kerstenetzky e Neves, 2012).

Naturalmente, as instituições dependem dos indivíduos, que as reproduzem, transformam ou criam, mas também elas influenciam o comportamento e o pensamento individual de maneiras cruciais e, às vezes, constitutivas. Entendemos aqui as instituições, de modo amplo, como padrões socialmente compartilhados de comportamento e/ou de pensamento (Dequech, 2009).

A rede de instituições modernas, cujo modelo passará por um conceito de Estado protetor e centralizador, procura ser uma autêntica rede de segurança, num processo de tensão com as energias do indivíduo (Ferreira, 2009).

José Reis convida-nos a repensar a tendência “separatista” que concebe o Estado e a sociedade como entidades opostas. Propõe-nos, em alternativa, pensar o Estado – a que chama a instituição-das-instituições - com base numa perspetiva holística e relacional na qual as dinâmicas materiais e relacionais da sociedade e o papel do Estado como instituição configuradora das dinâmicas económicas e sociais são compreendidos. Entende o Estado como ator imerso na sociedade, e na sociedade ele define e consolida infraestruturas coletivas de funcionamento e inovação sociais, influencia os padrões coletivos de desempenho económico e social, e corporiza orientações estratégicas configurando trajetórias (Kerstenetzky e Neves, 2012).

4.3 Aceção de política cultural

Interpretamos a noção de política como sendo um processo através do qual um grupo de pessoas chega a decisões coletivas que, de algum modo, vinculam esse mesmo grupo e destacamos o processo dinâmico de decisão como o carácter fundamental desta atividade. No decurso deste processo negocial, a política (*politics*) transforma-se, assim, numa determinada política (*policy*), isto é, num conjunto de decisões tomadas num (e para um) dado campo da esfera social.” (Albuquerque, 2011b). É neste contexto que assumimos a vocação dos conceitos, de interesse público como valor, de planeamento como atividade e de território como referencial de intervenções. A corporização e concretização destes conceitos varia no tempo e entre países, com culturas políticas e modelos sociais distintos. Percebemos que os processos de definição, sustentação técnica e salvaguarda de interesse público traduzem uma cultura política e valores sociais, associados a cada país (Ferrão, 2011).

Assim, entendemos como fundamental para a obtenção de resultados consensuais, o interesse e o envolvimento efetivo, a nível individual e coletivo, nos processos públicos.

Nesse sentido, generalizando as palavras do geógrafo João Ferrão, o problema que se coloca ao futuro da política pública é uma questão cultural; são necessárias mudanças profundas por parte dos atores que mais contribuem para o êxito ou o insucesso da política pública - a comunidade profissional, decisores políticos e cidadãos em geral (Ferrão, 2011).

É importante ser-se exigente face ao Estado - na eficácia e defesa do bem comum -, mas não se lhe deve exigir mais do que ele tem possibilidade de dar. O discurso actual, em que é recorrente a necessidade de mudança da administração pública, pressupõe uma mudança

profunda na maneira de se fazer política. E mudar a maneira de fazer política implica um novo modo de se fazer opções a nível individual e de grupo, e conseqüentemente, uma forma distinta de se elaborarem os orçamentos do Estado.

Falamos então de “políticas culturais”, designando-as como “processos sociais institucionais, ou seja, práticas de intervenção que vêm agregar e dar sentido a um conjunto necessariamente heteróclito de atos, discursos, despesas e práticas administrativas (Dubois, 1999), onde se jogam duas dimensões fundamentais das relações sociais: a cultura e o poder (Costa, 1997)” (Albuquerque, 2011b).

Dado a política cultural produzir uma “resposta” de uma autoridade política a um determinado problema ou fenómeno do campo social da produção cultural ou artística, produzindo medidas que afetam esse mesmo fenómeno (Lopes, 2000) e, na medida em que depende da “convergência e da coerência entre as representações do papel do Estado na relação com a arte e a cultura e a organização de uma intervenção pública que tenha subjacente um mínimo de unidade de ação do poder político” (Lopes, 2000), ela condiciona, na realidade, uma economia dos bens culturais e as suas instituições, determinando, igualmente, a génese e a história do campo de produção cultural.

Por assim dizer, a política cultural inclui uma visão e um reconhecimento do campo cultural, “entendido como sistema de relações entre lugares, recursos e sujeitos, dotado de autonomia estrutural” (Silva, 2003), dos quais resultam, um conjunto de medidas estratégicas produzidas de modo sistemático e articulado (Albuquerque, 2011b).

Embora possamos reparar num acentuar da valorização social “das coisas culturais”, as condições sociais de funcionamento da nossa política pública, num contexto de mudança em que as concepções modernas de Estado, sociedade e economia surgem crescentemente postas em causa, não corresponde a uma política cultural que de forma articulada e sistemática acompanhe e estimule as mudanças emergentes na sociedade civil (Santos, 1998).

O estímulo à aprendizagem, à mudança e à inovação social que os atuais processos de convergência transnacional de diferentes culturas e sistemas representam, podem contribuir para a constituição de uma política pública mais eficiente, que ultrapasse o *deficit* de cultura geral e cultura territorial dos indivíduos.

O facto de muitas vezes a cultura ser colocada nos últimos patamares da hierarquia das prioridades políticas, de ser fortemente sacrificada nos tempos de austeridade orçamental, de oscilar ao sabor dos ciclos eleitorais, dificulta o traçado de uma política cultural com visão e consequência (Silva, 2003).

As políticas culturais no nosso país devem contribuir para a formação base da população em geral, com acesso à cultura de forma ativa e esclarecida; devem igualmente promover um setor cultural e artístico qualificado e dinâmico.

Com um sentido de unidade e coerência quanto aos objetivos finais, estas políticas culturais não podem ser alheias e desarticuladas das restantes políticas setoriais nacionais.

Atualmente, o discurso a nível do país incide no aumento da produtividade, no desenvolvimento da inovação e competitividade e no da aceleração da qualidade e do ritmo de criação de riqueza. Este discurso, no nosso entender, deve ser conciliado com a preocupação de que o dinheiro deve servir e não governar, conforme proferiu em 2013 Jorge Mário Bergolino, e que a visão prevalecente é do bem comum, ultrapassando, ultrapassando a mera expectativa individual.

Maria de Lurdes Lima Santos considera que os aspetos de mudança identificados nos últimos anos no âmbito cultural, se situam na interceção de três planos:

- Documental (documentos programáticos diversos);
- Programas e projetos;
- Agentes culturais envolvidos.

No investimento efetuado a nível da qualificação de políticas públicas, as políticas culturais concorreram no âmbito da qualificação nos seguintes níveis:

- Formação e profissionalização;
- Equipamentos culturais;
- Territórios – para melhoria da qualidade de vida das populações e valorização dos lugares (Santos, 2007).

No espaço da qualificação pela cultura, assinala-se a relevância a nível de formação de todos os esforços efetuados e a efetuar para uma articulação visível e efetiva entre política cultural e política da educação. Dentro deste aspeto, referimos ainda, as três vias utilizadas e a utilizar na sensibilização para as artes:

- Presença da dimensão cultural e artística na escolaridade obrigatória;
- Desenvolvimento de serviços educativos para lá do contexto escolar;
- Distribuição descentralizada da oferta cultural/artística.

Salientamos aqui no âmbito desta dissertação, a importância do aumento das redes de equipamentos e de serviços culturais, comumente assentes em parcerias (setor público – a administração central e local-, setor privado e terceiro setor) e redes de programação.

O espaço da qualificação da cultura remete-nos para a profissionalização, para os artistas e outros agentes. “Verifica-se em Portugal uma tendência idêntica à União Europeia relativamente às novas configurações do trabalho cultural e artístico, que é a da emergência de empresas micro, que ao mesmo tempo que viabilizam projetos que, nalguns casos, de outro modo não se realizariam, por outro lado sofrem em geral de subcapitalização e falta de acesso ao mercado” (Santos, 2007).

Aludindo ao mercado, transcrevemos as palavras de António Pinto Ribeiro que diz que “no centro dos debates políticos, artísticos e culturais, o mercado é inevitavelmente nomeado como instância supra real, e não como a expressão dos interesses de pessoas e grupos”. Nomeia concretamente dois erros cometidos pelos discursos culturais e artísticos: seguem e utilizam a mesma linguagem do omnipresente mercado e recorrem às provas de valor económico da cultura e da criação artística, em termos de lucro, para justificarem a sua existência. No mesmo texto escreve que “para haver cultura, nos seus múltiplos sentidos de afirmação de discontinuidades entre o “mercado” e a condição humana, entre a sedução do dinheiro e uma economia mais justa, entre a tendência para o *kitsch* universal e o necessário debate sobre o gosto dos outros, é necessário desmistificar esta ideia de um mercado como religião universal” (Pinto Ribeiro, 2013).

Falemos igualmente da qualificação da cultura através dos equipamentos culturais, aspeto que assume particular relevo neste trabalho, por no seu desenvolvimento apresentarmos como caso de estudo o Museu do Côa. Estes equipamentos culturais combinam os planos material e imaterial, a oferta de infraestruturas e oferta de iniciativas com a sua programação, passível de proporcionar a apropriação desses espaços e conteúdos pelas populações (Santos, 2007).

Finalmente abordamos a qualificação da cultura a nível dos territórios, que são um referencial das intervenções e a base estratégica das dinamizações associadas à descentralização da diversificação e volume da oferta cultural.

Vivemos hoje na dimensão dita global, e ao contrário das metáforas que anunciam o “mundo sem fronteiras”, “o fim da geografia” ou o “mundo plano”, vivemos cada vez mais numa realidade que designada “por polimórfica, onde território, lugar, escala geográfica e rede se articulam entre si, de forma contingente e por vezes volátil mas decisiva para a evolução das sociedades e economias contemporâneas (Ferrão, 2011).

4.4 Aplicação ao caso de estudo

A ideia dos sítios arqueológicos inscritos na paisagem como um bem público, remetendo para um património fundador da existência de uma sociedade, é recente, assim como a ideia de salvaguarda deste património face a uma transformação, ou seja, face à inevitável escolha do que deve permanecer. Governar é optar. Daí o propósito da construção do museu surgir associada à classificação, pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), da Arte Rupestre do Vale do Côa, como Património da Humanidade. Aqui, importa-nos realçar a circunstância desta unidade orgânica, se relacionar com uma multiplicidade de componentes integradas num sistema, cuja origem, remete para 25.000 anos antes de Cristo.

O EMC resulta da organização das responsabilidades públicas e institucionais relativamente às Gravuras Rupestres do Côa, perante o reconhecimento dos seus valores patrimoniais relacionados:

- Valor intrínseco – pelo seu próprio valor e pela informação que contem;
- Valor institucional – constituindo um foco catalisador para uma ação comunitária, para um fortalecimento de laços e das funções sociais;
- Valor instrumental – contribuir para diferentes objectivos sociais, nomeadamente educação ou desenvolvimento de competências particulares;
- Valor económico – possibilidade de obter benefícios de uma forma sustentada, quer para o Estado, quer para empresários, quer para a população.

Nas últimas décadas a indústria da construção (e os vários setores da engenharia e da produção) fortaleceu-se significativamente com este tipo de investimentos. Verificamos que muitas das situações atuais de crise na indústria, designadamente falências e desemprego, decorrem do forte desinvestimento nestes empreendimentos.

Este projeto sociocultural envolveu a participação e contributo de pessoas e instituições cuja compreensão e mobilização, pelo sentido e pelos propósitos do empreendimento, influíram na sua conclusão, e na fase de exploração estão diretamente relacionadas com o seu potencial êxito.

5 COMUNICAÇÃO

5.1 A centralidade da comunicação

O presente confirma-nos incessantemente a centralidade da comunicação para a espécie humana. A modernidade é a era da construção de “visões do mundo” (Heidegger, 1938), da valorização de ofertas de sentido para a existência humana e, por conseguinte, da pluralidade e comunicação no centro deste processo, inseparável do lento movimento de emancipação do indivíduo e do nascimento das sociedades modernas (Ferreira, 2009).

O filósofo e sociólogo Jürgen Habermas descreve esta racionalidade moderna como a razão comunicativa que “o mundo da vida forma um horizonte e ao mesmo tempo oferece uma quantidade de evidências culturais das quais os participantes no ato de comunicar, nos seus esforços de interpretação retiram padrões de interpretação consentidos. (...) É necessária uma perspetiva teoricamente construída para que possamos ver a ação comunicativa como meio através do qual o mundo de vida se reproduz. (...) É que o mundo de vida reproduz-se na medida em que se cumprem estas três funções que transcendem a perspetiva do ator: a propagação das tradições orais, a integração de grupos por normas e valores e a socialização de gerações vindouras. O que assim fica à vista são as propriedades dos mundos de vida estruturados do ponto de vista comunicativo geral” (Habermas, 1990).

Para Castells (2013), comunicar é distribuir significados mediante o intercâmbio de informação. Neste âmbito, a UNESCO distinguiu como funções essenciais da comunicação a informação, a persuasão, a distração, a educação e a socialização (Rodrigues *et al.*, 1981):

- Informação – refere-se à colheita, reunião e tratamento de dados. Facilita a transferência das relações sociais e assegura a difusão dos elementos de conhecimento, de juízo e de opinião, necessários à compreensão da sociedade, ambiente e do mundo na sua totalidade;
- Persuasão – refere-se à motivação e interpretação ligada ao controlo social, à organização das atividades coletivas, à coerência das ações públicas e, sobretudo, ao esforço de convencer, que supõe a realização de objetivos;
- Distração - associada à melhoria da qualidade de vida, aos tempos livres, segundo modalidades variáveis, de acordo com a diversidade dos contextos culturais e níveis de desenvolvimento económico;

- Educação – a transmissão da herança social e cultural é uma função que deve ser exercida na ampla fidelidade aos objetivos da informação, bem como aos objetivos da educação. Embora esses objetivos possam ser convergentes, devem permanecer distintos na sua coerência e complementaridade – a informação fornece os dados e desperta a curiosidade pelos problemas e a educação facilita a sua compreensão, favorecendo a tomada de consciência e preparando a solução;
- Socialização – destinada a facilitar a participação dos indivíduos, dos grupos e das coletividades na vida pública e na elaboração e tomada de decisões. A troca e a difusão das informações e dos dados da experiência favorecem a interação social e permitem a um número crescente de cidadãos tomar parte ativa na solução dos problemas que lhe dizem respeito. Esta função faz parte integrante da democratização da vida pública.

Segundo Castells, o processo de comunicação define-se pelas tecnologias da comunicação, pelas características dos emissores e os recetores da informação, pelos códigos culturais de referência, pelos protocolos de comunicação e pelo âmbito do processo. Explica Castells, que o significado só se pode compreender no contexto das relações sociais onde se processam a informação e a comunicação (Castells, 2013). Emissores e recetores têm que ter códigos comuns.

O sociólogo adianta que, como processo, a comunicação pode ser interpessoal (interativa) ou social (interativa ou unidirecional), salientando que, na comunicação social, o seu conteúdo pode difundir-se pela sociedade, o que chamamos habitualmente comunicação de massas. O autor salienta que, com a Internet, surgiu uma nova forma de comunicação interativa, caracterizada pela capacidade de enviar mensagens de muitos para muitos, em tempo real ou num determinado momento, com uma amplitude de difusão, função das características das práticas de comunicação exercida. Denominou esta nova forma de comunicação de autocomunicação de massas, reconhecendo que ela tem grandes consequências na organização social e na mudança cultural. Admite que estas três formas de comunicação, são complementares entre si (Castells, 2013).

Nos dias de hoje, observamos ainda a incontornável omnipresença dos interfaces ecrãs na nossa sociedade, do telemóvel ao *tablet*, do computador ao televisor. Eles acompanham-nos no dia-a-dia, em família, no local de trabalho e na escola. Através deles acedemos ao entretenimento, aos negócios, à ciência, e aos amigos. Protesta-se nas redes sociais, toma-se posição perante a opinião pública em comentários às notícias ou, por exemplo, faz-se angariação de fundos para lançamento de um projeto (Cardoso, 2013).

Verificamos, assim, o papel privilegiado das tecnologias e da comunicação e informação na nossa cultura, as quais determinam um novo ideal do indivíduo informado. Assim, os novos *media*, enquanto pilares da experiência moderna fazem emergir novos mecanismos de identidade e simultaneamente promovem influências sociais, com consequências globais. Como mediadores da comunicação incorporam novas dimensões tecnológicas e combinam, numa mesma plataforma, dimensões de comunicação interpessoal e de massas. São manifestamente meios indutores de mudança organizacional e de novas formas de gestão do tempo e do espaço, de diversas sínteses da comunicação textual e visual, promovendo desta forma novas modalidades de transmissão e ferramentas de reconstrução social (Ferreira, 2009).

A partir da segunda metade do século XX, a compreensão dos fenómenos da comunicação, anteriormente centrada na ideia de linguagem (como o estruturalismo e a semiótica), foi ultrapassada pelo domínio dos dispositivos técnicos da mediação sobre as linguagens e as mensagens. Esta viragem foi assinalada por Marshall McLuhan com a célebre frase: “o *medium* é a mensagem”. O meio, geralmente pensado como simples canal de passagem do conteúdo comunicativo, um veículo de transmissão da mensagem, tornou-se um elemento determinante da comunicação. Hoje, os estudos dos *media* ou dos fenómenos da mediação tornaram-se centrais nos estudos da cultura, assumindo algum determinismo tecnológico. Na idade do computador, este contexto mediático é por sua vez dissolvido numa espécie de convergência de todos os *media*, deixando de ser possível uma correspondência determinante entre cada *medium* e certas formas culturais, uma vez que o computador simula todas elas. A isto se tem chamado a condição pós-*media*. A família cibernética, com origem em Claude Shannon e Weaver e na teoria matemática da informação, ou no que a nossa era descreve como as novas tecnologias da informação, teve no computador a origem de um novo tipo transversal de tecnologias de registo e de transmissão, que permitem também a simulação.

Para além das transformações tecnológicas das últimas décadas, já assinaladas, verificam-se transformações da estrutura institucional e organizativa da comunicação, em especial da comunicação social, que Castells enumera do seguinte modo: “1. A comercialização generalizada dos *media* em quase todo o mundo; 2. A globalização e concentração das empresas de *media* de massas através de grupos e redes; 3. A segmentação, personalização e diversificação dos mercados de *media*, com especial ênfase na identificação cultural da audiência; 4. A formação de grupos empresariais multimédia que abarcam todas as formas de comunicação e, claro, a Internet; 5. E uma maior convergência empresarial entre operadores de telecomunicações, fabricantes de computadores, operadores e fornecedores de Internet e empresas proprietárias do *media*” (Castells, 2013).

Este campo de comunicação é sustentado pela rede de computadores que falam a linguagem digital e cujos emissores estão repartidos e conectados por todo o mundo. Esta rede não determina o conteúdo nem o efeito das mensagens, mas tem potencial para tornar possível uma diversidade ilimitada e a produção autónoma da maioria dos fluxos de comunicação que constroem o significado do imaginário coletivo. Castells refere que, no entanto, são as organizações e instituições (influenciadas em grande medida, pelas estratégias empresariais de rentabilidade e expansão do mercado), quem processa e molda (mas não determina) a revolução das tecnologias da comunicação e as novas culturas de comunicação autónoma (Castells, 2013).

Todos comunicamos diariamente em rede ou individualmente. A comunicação é, certamente, um dos fatores dos nossos êxitos e fracassos coletivos e individuais. Assim, quer a nível pessoal ou de uma organização, importa definir, a nível comunicacional, a quem nos dirigimos, o que pretendemos comunicar, o meio que vamos utilizar, quando o fazemos, qual a razão de o fazermos e como garantimos o *feedback*. No contexto de uma organização (pública ou privada), a comunicação organizacional inclui o conhecimento e estudo de grupos de interesse da instituição (públicos), o planeamento de práticas de comunicação nos âmbitos interno (comunicação interna) e externo (comunicação externa), envolvendo a escolha e os usos dos meios empregados, a sua implementação e a sua contínua avaliação. Associamos pois, a este tipo de comunicação, uma cultura organizacional, uma lógica do discurso e práticas institucionais e uma gestão estratégica. Por sua vez, a comunicação institucional é uma modalidade da comunicação integrada (para públicos interno e externo), sendo responsável pela construção de identidade e imagem organizacional, com credibilidade e influência na sociedade.

A experiência contemporânea revela-nos, então, que nas suas vertentes quantitativa e qualitativa, a comunicação é hoje um dos fenómenos fundamentais da dotação de sentido da realidade social e cultural e também da atividade e das estratégias das instituições; o único fenómeno que porventura acompanha, pela sua omnipresença a aceleração, o ritmo da própria evolução e das transformações do mundo de hoje (Brito, 2002).

5.2 O carácter social da comunicação

As linguagens e a comunicação, as representações coletivas e a construção social da realidade possibilitam a compreensão do carácter simbólico da experiência humana e do carácter simbólico da nossa sociedade.

João P. Esteves enumera-nos três dimensões dessa atividade simbólica: a linguagem, a razão e o conhecimento, “que correspondem a outras tantas funções próprias dos símbolos: meios de

comunicação, meios de exploração (com elevado nível de síntese) e meios de orientação. E que se traduzem em outras tantas aptidões fundamentais do homem: falar, pensar e conhecer” (Esteves, 2011).

Sendo que a comunicação e a linguagem se efetivam no contexto da realidade social, os estudos da linguagem e da comunicação em geral, evidenciam a relevância de o sentido de um enunciado ser sempre indissociável de um determinado discurso. “Aos enunciados encontra-se sempre subjacente uma dada relação (social) de comunicação, definida como situação de interlocutores sociais concretos: esta é a dimensão pragmática da linguagem que, em concomitância e articulação com as dimensões sintática e semântica, permite definir o sentido da vida social – seja dos enunciados, seja dos comportamentos individuais, bem como, ainda, da ação social de uma forma geral” (Esteves, 2011).

A comunicação e a aquisição da linguagem traduzem um processo de emancipação, que reflete a libertação do homem de um conjunto de sinais essencialmente inatos. Nesta dinâmica, as representações coletivas sintetizam a forma como os indivíduos observam o mundo, a sua relação com ele e também o modo como se veem enquanto membros de uma comunidade. Neste plano, as representações coletivas relacionam-se diretamente com um investimento de sentido, “ pelo qual se delimitam esferas próprias de realidade construídas a partir do fundo dos conhecimentos que se encontram sedimentados na consciência coletiva. O acesso a este conhecimento fundamental está disponível no quadro da vida quotidiana, ocorrendo o seu processamento, sobretudo através de mediações linguísticas e visuais, e da interação social comum. Com ele se define a “realidade”. (...) A realidade de senso comum de uma dada sociedade, a qual confere um sentido ao mundo e dá uma certa forma às relações sociais quotidianas” (Esteves, 2011).

Acedemos, assim, à realidade quotidiana, através de diversas linguagens e sistemas de referência, que permitem ao indivíduo definir o seu posicionamento no mundo, investir de intencionalidade esse posicionamento, e definir estratégias de reconhecimento e de trajetórias sociais. Cada sociedade assume, assim, o seu próprio caminho e ritmo de evolução, com base nos seus sistemas simbólicos e comunicacionais. Mas estes podem ser também a base para a imposição e a mobilização, nomeadamente ideológica, dos indivíduos e das comunidades. A proximidade entre comunicação e propaganda, em muitos momentos e contexto da história, é uma evidência disso mesmo. Tal não nos autoriza porém, a diabolizar simplesmente os processos comunicacionais e mediáticos.

Quando Ramoneda põe a seguinte questão “Da propaganda à comunicação, o que mudou?”, o jornalista e filósofo responde que foi a sociedade. E acrescenta que para convencer o cidadão NIF (consumidor, competidor e contribuinte) pouco dado ao “ruído” ideológico, requerem-se

hoje formas de sedução mais rebuscadas. Ramoneda explica que a propaganda procurava a doutrinação e o enquadramento direto: pôr as pessoas ao serviço de uma causa, apelar às adesões incondicionais, mobilizar a guerra contra o inimigo. Expressa-nos que o que agora se procura é que comprem, que adquiram o seu produto e não o do outro, tratando de converter subtilmente a compra em hábito. E isto, explica, tanto ocorre para uma marca como para um partido político. Segundo este autor, a ideologia fez-se marca, como o produto, permitindo impor uma determinada maneira de entender e organizar o mundo, sem que o cidadão tenha plena consciência do que significa e as consequências que pode ter nas suas vidas. “Quando a comunicação abre mão e distância entre o que promete e o que faz (...), fala-se de demagogia e populismo. Naturalmente, logo se descobriu que a melhor comunicação – a melhor propaganda – é aquela que consegue que o cidadão tome ele mesmo iniciativa de adotar os comportamentos que lhe querem impor. Quer dizer, criar um meio de mensagens que configurem o modo de agir dos cidadãos” (Ramoneda, 2013a).

Colocamos hoje, frequentemente, o problema de saber se as novas condições tecnológicas da comunicação acentuam este tipo de mobilização e dominação dos indivíduos e dos seus comportamentos ou se, pelo contrário, possibilitam novas formas de emancipação. Este tipo de debate é na verdade recorrente em todos momentos de mudança das condições da comunicação pois, num sentido ou no outro, elas são sempre realmente modeladoras da realidade social.

Baptista Ferreira refere as novas tecnologias da comunicação como precursoras de novas formas de organização da produção, de acesso ao conhecimento, de funcionamento da economia e, conseqüentemente, novas formas de cultura, possibilitando uma gestão diferente do tempo e do espaço, das novas redes de relacionamento, sejam elas entre empresas, entre familiares, entre amigos, entre Estado e cidadãos ou entre nações. Afirma que na realidade, a tecnologia e as relações técnicas de produção se difundem por todo o conjunto de relações e estruturas sociais, penetrando no poder e na experiência, modificando-os. Assim, os modos de desenvolvimento modelam toda a esfera de comportamento social, incluindo a comunicação simbólica, havendo no desenvolvimento informacional uma relação íntima entre cultura e forças produtivas, e entre espírito e matéria, fomentando novas formas históricas de interação, controlo e transformação social (Ferreira, 2009).

Mark Poster refere as inovações tecnológicas que, para além de uma “eficiência” acrescida no intercâmbio – permitindo novas vias para o investimento, um aumento de produtividade no trabalho e novos domínios de lazer e consumo –, induzem uma mudança vasta e extensiva na cultura, nos modos de estruturação das identidades (Poster, 2000). Assistimos, então, a uma mudança profunda das funções psicológicas e sociais, associada à dinâmica dos processos tecnológicos e ao aparecimento de novos níveis de reflexão e de exercício crítico.

Encontramos novas dinâmicas entre produção/recepção discursiva. “Num tempo em que a experiência pode ser *estruturada* pelo computador” (Lévy, 1995), todas estas questões adquirem nova dimensão.” (Ferreira, 2009). Os novos *media* e as novas modalidades mediatizadas da comunicação colocam questões culturais, sociais e políticas de importância essencial. Contudo, não se conhece a proporção do seu impacto nas dimensões da experiência, na nossa vida quotidiana, nas nossas mentes, nas formas de sociabilidade ou mesmo no futuro da democracia (forma de ser sujeito em sociedade); desconhece-se o potencial que têm em mudar as nossas vidas, nomeadamente as comunicações mediadas por computador. Howard Rheingold enuncia este potencial em três níveis, interdependentes, mas distintos:

- num **nível individual**, as comunicações mediadas por computador apelam (estimulando) a certas necessidades intelectuais, materiais e emocionais que os indivíduos sentem enquanto marca da sua vitalidade;
- num **nível social**, é a partir da implementação de uma comunicação multilateral (de muitos para muitos) que passam a colocar-se os desafios para construção de relações interpessoais e de novas comunidades;
- num **nível político**, os novos *media* podem mudar as nossas vidas, enquanto visão utópica de rede de telecomunicações delineada e controlada pelos cidadãos do mundo, espécie de *ágora eletrónica*, particularmente importante nas sociedades democráticas (Rheingold, 1997).

Reconhecemos que as sociedades humanas são sempre basicamente imensas redes de relações sociais nas quais os indivíduos se ligam entre si, a partir de posições distintas e tipificadas, não perdendo de vista porém a possibilidade de definir as suas próprias trajetórias (Esteves, 2011). Ramoneda considera os mecanismos de organização do sistema muito poderosos, acabando, geralmente, por impor a hegemonia ideológica e um poder financeiro (com os seus muitos interesses, muitos meios e muitas mudanças). Exemplifica, com a televisão de hoje em dia, que provoca um mecanismo de banalização de tudo, e relaciona-a com o desenvolvimento da cultura da indiferença. Alerta-nos igualmente para o facto de as personalidades mediáticas estarem, hoje, a substituir o pensador, o filósofo. Simultaneamente refere a importante contribuição dos meios de comunicação para a configuração da opinião pública e destaca a grave circunstância de estarem a viver uma grave crise, que os torna vulneráveis e por vezes dependentes; refere igualmente a circunstância de eles perceberem que os meios convencionais se estão a esgotar e não saberem em definitivo como prosseguir e mover-se em rede. Conclui que “por muito que na *net* se fale de tudo, por muito que haja uma grande quantidade de espaços, na hora de decidir quem define o rumo são os meios convencionais.” Acrescenta que “faz falta uma autocrítica profunda e uma evolução das coisas. Na medida em que elas mesmas se convertem em impossíveis vão gerando caminhos novos. A humanidade sempre encontrou caminhos novos, não de uma maneira linear, quase sempre com retrocessos

e momentos difíceis. O problema não está só na política está também na sociedade” (Ramoneda, 2013b).

5.3 Do local ao global

5.3.1 Convergência de *media* e as redes

Algumas das temáticas mais presentes a respeito das sociedades contemporâneas, tais como a da convergência dos *media*, a da globalização e a da transformação da cultura de massas numa cultura de produtores, decorrem de modo fundamental do suporte transversal das novas tecnologias da informação ou do digital.

“A globalização, o multiculturalismo e a alteridade da cultura são inseparáveis da técnica contemporânea, crescentemente digital e virtual. É a técnica que está a determinar a aceleração crescente da cultura, ao mesmo tempo que implementa um intenso programa de globalização (Miranda e Cascais, 2010).”

Para Martins Rosa o elemento-chave é, portanto, a informação. Como o ilustra a diferença entre «eletricidade» e «eletrónica», a informação é algo da ordem do impercetível e, embora precise de matéria ou energia para ser veiculada, a sua função pode ser abstraída do respetivo suporte. Como diria mais tarde o antropólogo da comunicação Gregory Bateson, a informação é uma diferença (local) que, quando devidamente interpretada por parte dum recetor (humano, animal ou maquinal), representa ou produz diferenças (globais) significativas (Rosa, 2010).

A nossa sociedade é apelidada de sociedade mediática, precisamente por ser uma sociedade onde os *media* têm um papel dominante, gerando superabundância de informação e múltiplas tensões (Parque Expo 98, 2002). A convergência dos *media* é um processo que está a alterar e esbater as fronteiras entre sistemas de comunicação (incluindo as formas de comunicação ponto-a-ponto tais como o correio, o telefone, o telégrafo) e os *media* de massas ou *mass media* (como a imprensa, a rádio e a televisão). Hoje em dia, um só meio físico (por cabo ou ondas eletromagnéticas) pode transportar serviços que no passado eram fornecidos separadamente (Pool, 1983).

Nas modernas redes de comunicação, todos os participantes estão potencialmente unidos uns aos outros. A consequência desta densificação é o desaparecimento da centralidade do sistema. A densidade de comunicação e a mobilidade espacial fazem que o acesso à informação e a bens seja potencialmente universal e sem centro (Innerarity, 2004). Da difusão e dos *media* passámos então a falar da comunicação em geral. Aos *media* tradicionais sucederam os *media* interativos - as comunicações sem fios, a Internet, a *World Wide Web*.

“A imagem da convivência em família em torno da “lareira eletrónica” parece, hoje em dia, dar lugar à rede convival, real e virtual permitida pela emergência dos novos *media* e das novas tecnologias da informação e comunicação” (Espanha *et al.*, 2006). Observamos que gerações mais novas têm crescido no meio de mudanças no domínio da interatividade da comunicação e no meio de um sistema de múltiplos produtores e distribuidores; assim, os jovens são particularmente suscetíveis a uma socialização entre várias realidades mediáticas, concorrentes ou complementares, e crescem entre uma multiplicidade de escolhas no que respeita às formas de comunicação, entretenimento e informação, nomeadamente associadas à *Web 2.0*. Os mais novos adquirem intuitivamente novas competências, como a forma de explorar a interligação entre as várias realidades mediáticas e a forma de operar vários expedientes mediáticos simultaneamente (Cardoso *et al.*, 2008).

Segundo Castells, os adolescentes não vêm televisão num horário programado, vêm sim, cada vez mais, programas no monitor do computador ou em dispositivos portáteis. Assim, embora a televisão continue a ser um meio de comunicação de massas importante, o seu formato e receção estão a mudar, face à receção que se personaliza. Um fenómeno idêntico está a acontecer com a imprensa, com a adoção da leitura de jornais *online* (maioria de utilizadores com menos de 30 anos); o jornal continua a ser um meio de comunicação de massa, mas a sua plataforma de difusão está a mudar. Constatamos pois, que a comunicação de massas no sentido tradicional é também hoje uma comunicação baseada na *Internet* tanto na produção como na sua transmissão. Além disso, a combinação de notícias *online* com o *blogging* interativo e o correio eletrónico, assim como os conteúdos RSS de outros documentos de rede, transformaram os jornais num dos elementos de uma forma diferente de comunicação: a autocomunicação de massas. A autocomunicação de massas é uma comunicação de redes, chega a uma audiência potencialmente global através das redes *Peer-To-Peer* (ponto a ponto ou P2P) e da ligação à *Internet*. “Além disso o seu conteúdo é autoproduzido, a sua emissão autodirigida e a sua receção auto selecionada por todos aqueles que se comunicam.” (Castells, 2013)

A «ciber-revolução» coincidiu com o advento do digital e, mais concretamente, com o computador (que serve para processar todo o tipo de informação numérica). A *Internet* é, geralmente, identificada com a cibercultura, tanto mais quanto daí não cessam de emergir, a uma velocidade crescente, inovações tecnológicas de que resultam consequências a nível cultural. O correio eletrónico alterou as formas e os ritmos de comunicação, e os sistemas de mensagens instantâneas aceleraram-na a ponto de a escrita alcançar essa característica que era única do diálogo falado: a possibilidade de comunicar bilateralmente em tempo real. “Por sua vez, a *world wide web* alterou os modos de acesso a todo o tipo de informação, seja ela de carácter noticioso, científico, pedagógico – pense-se por exemplo em algo como a Wikipedia – ou tão-só destinada ao entretenimento. Já neste século, os blogs trouxeram para primeiro

plano as potencialidades de publicação através da Internet, obrigando a repensar o direito à liberdade de expressão (mas também, pelas razões contrárias, o direito à privacidade) e a atualizar a noção de espaço público. A um outro nível – tomando-se o indivíduo como recetor, mais do que como produtor –, levantam-se também questões que atravessam os foros jurídico e económico, dado que a livre cópia e troca de todo o tipo de informação (música em formato MP3, por exemplo) põe em causa o modo como classicamente se entendiam o *copyright* e os direitos de autor” (Rosa, 2010).

Depreendemos então que a comunicação sem fios se converteu numa plataforma de difusão de muitos tipos distintos de produtos digitalizados: jogos, música, imagens e notícias, mensagens instantâneas. Encontramos redes de comunicação eletrónica desde o apoio pessoal, até às atividades profissionais e mobilização política. Observamos uma crescente interação entre redes verticais e redes horizontais de comunicação, que ilustra o processo de complementaridade que promove uma nova realidade mediática. Os seus contornos e efeitos desta realidade, decorrem, em última instância, do poder político e empresarial, através das posições de controlo do acesso e tráfego. Castells adianta que o crescimento e a prosperidade das redes de *media* globais não dependem apenas da sua capacidade para configurar as suas redes internas e ampliar os seus mercados e redes de fornecedores, dependem também da sua capacidade para estabelecer ligações com redes cruciais noutras áreas da economia, da política e da sociedade em geral (Castells, 2013).

Parecem-nos incontornáveis as questões que a «sociedade dos ecrãs» nos coloca, na área das ciências da comunicação, da sociologia e da economia, e a compreensão de como funciona o atual mundo em rede, desde as famílias, as relações interpessoais, até às mudanças culturais que se têm verificado, na literatura, no cinema, etc., até ao jornalismo que se pratica hoje (Cardoso, 2013).

5.3.2 Um “devir” global

Muitas vezes a linha que separa atividades culturais das atividades informativas não é claramente perceptível, dado a emissão e a receção de informação serem moldadas pela cultura, e a cultura ser moldada pela informação. Tal é o sentido e o lugar central na cultura daquilo que designamos como tecnologias da informação: da escrita alfabética ao digital.

A transformação da comunicação, quer a nível tecnológico, quer a nível da sua estrutura institucional e organizacional, ou ainda da sua dimensão cultural, constitui a expressão das relações sociais. A dimensão cultural de todo o processo influi significativamente no desenvolvimento de uma cultura global e de múltiplas identidades culturais e também no crescimento simultâneo do individualismo e associativismo.

A globalização cultural, segundo Castells (2013), refere-se ao aparecimento de um conjunto de valores e crenças específicos que são, em grande medida, partilhados em todo o mundo. Contrapõe-se a esta, a existência de conjuntos de valores e crenças específicos em que se reconhecem determinados grupos humanos. Denominamos isto como identificação cultural. Esta resulta, em grande medida, da geografia e da história da organização humana, que também se forma a partir de projetos concretos de construção de identidade.

Ao conjunto de valores e crenças que dão prioridade à satisfação das necessidades, desejos e projetos de cada indivíduo na orientação do seu comportamento, opomos o conjunto de valores e crenças em que se situa o bem coletivo de uma comunidade acima da satisfação pessoal de cada um dos seus membros, sendo a comunidade, neste contexto, um sistema social organizado em torno de um subconjunto de atributos culturais ou materiais comuns.

Estas duas grandes tendências bipolares (globalização cultural/identificação cultural, individualismo/comunalismo), criadoras de oposição e tensão, caracterizam a sociedade de rede global. Da sua interação resultaram quatro configurações culturais: “consumismo (representado por marcas), individualismo em rede, cosmopolitismo (quer seja ideológico, político ou religioso) e multiculturalismo. (...) Os quatro modelos estão presentes nos *media* de massas e na autocomunicação de massas, e todos subjacentes às práticas comunicativas em toda a gama de tecnologias e plataformas de difusão” (Castells, 2013).

O resultado revela-se numa cultura de mercantilismo global diversificada, contestada por outras expressões culturais. Referimos, no entanto, que o sistema de comunicação digital global reflete as relações de poder, mas não se baseia na difusão hierarquizada de uma cultura dominante.

O devir “global” do mundo é simultaneamente composto de fenómenos de uniformização e de fenómenos de afirmação de identidades e de valores locais. “O palco virtual das redes de informação e a sua lógica reticular (feita de meros pontos e ligações) acentua as possibilidades de comparecimento e de tensão entre o “universal” e o “particular” que compõem a cultura global. Toda a estratégia de internacionalização, necessariamente mediada pela lógica da comunicação contemporânea, deve obrigatoriamente mover-se na escala (local, nacional e internacional), mas também usar da possibilidade de fazer diretamente irromper o local no global.” (Cruz, 2011).

Como referia em 1977 Eduardo Prado Coelho, a ideia de “política da cultura” era ainda uma invenção recente. Uma das suas continuações atuais é, por sua vez, a ideia de “diplomacia cultural”. Um tipo de posicionamento da diplomacia, entendida como uma forma de comunicação de massas, motivada pela necessidade de interação com outras culturas e países

estrangeiros, com os quais se pretende comunicar. Uma espécie de *soft power* determinado a tornar um país mais atraente. Este processo de comunicação com o grande público envolve o governo, o setor privado, organizações não-governamentais, profissionais, e outros. No atual contexto de comunicação, em que a palavra e a imagem têm centralidade do discurso, verificamos a divulgação e afirmação de países enquanto marcas (*nation-branding*) com vista à sua promoção no exterior, recorrendo desde imagens associadas ao turismo, à cultura, arte e educação, indústria, comércio, entre outros, reforçando a identidade e expectativas nacionais. Exemplificamos com a China, que promoveu a abertura de agências do Instituto Confúcio em vários países, a Índia, que abriu os centros Indian Council for Cultural Relations, ou a Rússia, com filiais do Museu Hermitage de São Petersbourg e exposições itinerantes do museu. São exemplos da emergência e importância da *diplomacy of ideas* (diplomacia das ideias), no contexto de um conflito global de ideias e crenças que caracterizam o início deste século.

O mundo pós-guerra fria, que passou de bipolar para multipolar, é um mundo onde cada potência quer definir o seu espaço e aumentar a sua esfera de influência e onde as grandes distinções entre nações são sobretudo culturais. A nível da influência, observamos que, em paralelo à riqueza e ao poder, se situam as diferenças e as afinidades culturais (Teles, 2009).

5.3.3 Responsabilidade mediática

Atualmente, os termos razão e comunicação associam-se naquilo a que Jean-Marc Ferry chama a razão comunicacional. O seu princípio de discussão, que assenta sobre “meta-convicções” comuns, permite repensar o espaço público atual (um espaço público multidimensional e multinacional) e compreender a formação da opinião pública. De acordo com o autor, aquilo que o sociólogo Herbert Marcuse disse da ciência no início dos anos 60, poderia ser aplicado à comunicação a partir dos anos 80: a comunicação tornou-se simultaneamente numa força produtiva de primeiro plano e uma ideologia (Prigogine *et al.*, 1998).

Para Wilfrid Sellars, toda a consciência é uma questão de linguagem; o filósofo americano afirma que nunca seremos capazes de alcançar a realidade sem que ela seja mediatizada por uma descrição linguística. Raux indica-nos que a procura da verdade já não é uma correspondência com o absoluto inacessível por essência, mas de um consenso; aquilo que é justificado é-o para que uma maioria de homens possa chegar a um consenso. O mesmo autor acrescenta que o caminho da justificação se constrói pelo debate que favorece o aparecimento de consenso. Assim, aquele que pelas suas questões, pela sua capacidade de visão, apresenta os problemas, mostra as escolhas possíveis, favorece a resolução de oposições, leva a uma reflexão sobre a construção coletiva, sobre um futuro melhor, põe-nos no centro daquilo que Habermas chamou “o agir comunicacional” (Prigogine *et al.*, 1998).

A comunicação, como a razão em geral, por um lado, apresenta promessas de emancipação, por outro, potencialidades repressivas. Habermas enuncia a razão comunicacional como uma razão prática, daquilo que permite, fundamentalmente, coordenar planos de ação para que uma sociedade seja simplesmente possível. Para tal, definimos situações, acriticas de práticas anteriores, avaliamos objetivos e a sua pertinência, pronunciamos-nos sobre a matéria em questão. Assim, o poder de coordenar ações, surge como um poder de problematizar enunciados, com referência á validade. Habermas procura descobrir a razão através de processos em que os atores tentam coordenar entre si as suas ações e os seus planos de ação, tendo que se entender. O que leva à ideia de ética comunicacional: todos devem escutar-se, reconhecer-se reciprocamente, mesmo nas situações de desacordo, na procura comunicacional de um entendimento. Qualquer pretensão deve estar fundamentada para poder ser reconhecida.

Para Jean-Marc Ferry, há uma diferença entre um consenso fatural e um consenso racional, entre um acordo contingente de interesses que se conjugam, ou mesmo que se conciliam, de acordo com métodos de *bargaining*, e um acordo fundado na adesão a argumentos que são considerados como os melhores. É aqui que a discussão se junta à razão prática e que, então, podemos falar de razão comunicacional (Prigogine *et al.*, 1998).

Para Lipovetsky, é necessário um compromisso sábio entre o possível e o ideal, o presente e o futuro, a eficácia e a justiça social. Para o filósofo, o nosso mundo da sociedade consumo-comunicação, onde o indivíduo não parece ter outro horizonte que ele próprio, tem necessidade de uma ética da responsabilidade, que privilegie lógicas dialogadas e não autoritárias, pragmáticas, não encantatórias (Lipovetsky, 2010).

Segundo Bruckner, todos os dias nos confrontamos com a responsabilidade mediática sempre que olhamos para a televisão, ouvimos rádio ou lemos os jornais, sendo informados em direto do que se passa no mundo. Os *media* desenham quotidianamente uma espécie de “dever abstrato”, confrontando-nos permanentemente com tudo o que corre mal no mundo. O filósofo reconhece que este entorpecimento das nossas responsabilidades combina com uma consciência da nossa própria impotência e, também, que “a atomização da sociedade ocidental suprimiu a mediação entre o indivíduo e a sua responsabilidade” (Prigogine *et al.*, 1998).

A um juízo formulado a respeito de qualquer facto, cuja dimensão pública surge quando essa opinião é partilhada com um largo número de indivíduos, podendo a observação realizada ser de qualquer um deles, chama-se opinião. A opinião pública é uma força abstrata, uma expressão da democracia, que muitos autores associam à ascensão da classe média, à difusão e desenvolvimento de instituições democráticas, ao aumento das taxas de alfabetização e literacia e aos meios de comunicação.

Na realidade, os *media* não são veículos neutros da informação transmitida, nem da opinião pública. Fazem um trabalho de enquadramento temático das questões que divulgam ao público, mas nem sempre informam atribuindo a mesma importância aos factos que as fontes enfatizam, tal como na seleção interessada dos conteúdos, muitas vezes a mensagem aparece mutilada ou reduzida nalguns dos seus aspetos secundários, ou fora do contexto que lhe dá sentido. Paralelamente o que é proclamado como opinião pública é simplesmente a “opinião publicada”.

Ao examinar a formação da opinião pública e o espaço público percebemos que muitos acontecimentos não existiriam sem a dimensão de assimilação pública. A sua publicitação faz do conteúdo uma entidade identificável no espaço público e conduz à formação de uma opinião pública. Hoje, dificilmente os acontecimentos com importância atribuída e visibilidade pública, não têm uma correspondente interpretação e publicitação mediática.

A problematização da opinião pública prende-se, naturalmente, com o exercício da cidadania, da participação política e da vida democrática, mas também com a ação das instituições e dos *media* (Landowski, 1980). “A opinião pública, longe de representar qualquer entidade supra-individual, resulta de processos interpessoais complexos, que se jogam nas consciências e na relação que estabelecem com as estruturas sociais e o funcionamento das instituições” (Stoetzel e Girard, 1979), nomeadamente as dos *media*.

A noção de “espaço público”, que tem origem no discurso filosófico moderno, deve conter hoje toda esta complexidade. As noções de esfera pública ou espaço público situam-se na interação entre os cidadãos, o processo político, e o campo dos *media*. As abordagens de Dewey, Arendt e Habermas de “espaço público” têm, sobretudo em consideração as relações e processos democráticos. As de Dewey e Habermas destacaram também aspetos associados à problemática dos *media*.

Hoje, as reflexões sobre o espaço público baseiam-se, em grande medida, na mediatização e respetivos efeitos na vida pública, nas funções de agenda dos *media*, relacionando a priorização dos assuntos na cobertura mediática e o interesse dos cidadãos, e na análises da receção pública dos conteúdos veiculados pelos *media* e a construção da mediatização da matéria.

Mas acreditamos que, apesar de todas as circunstâncias, o serviço público prestado pelos meios de comunicação pode e deve traduzir-se num exercício de ética e de responsabilidade, na construção de sociedades reflexivas, vocacionadas para a participação cívica, constituídas

por indivíduos informados, indivíduos cultivados, capazes de escolher pessoas, ideias e coisas, capazes dar prioridade aos interesses e ao bem comum.

5.4 Aplicação ao caso de estudo

O EMC nasceu de uma decisão e de um ato de reconhecimento e de comunicação - uma forma de posicionamento e de responsabilidade cultural e social. Inscreve-se num amplo processo interinstitucional, integrado e multidisciplinar, onde toda a problemática da comunicação transparece no seu decurso, quer a nível da comunicação interna e externa das instituições, quer a nível da opinião pública, da manifestação das populações, e também da comunicação dos *mass media*. O contexto dos processos e metodologias de convivência e resolução de conflitos implicados na gestão e operação deste empreendimento, evidenciou um ativo diálogo interinstitucional e interdisciplinar. As novas tecnologias, a interactividade, a comunicação digital e a convergência de meios ampliaram os potenciais de comunicação no âmbito projeto.

Ao aproximar-se do modelo de um museu virtual, não apostou numa estratégia essencialmente de simulacro ou hiper-real. Entendemos que a sua criação ultrapassou qualquer abordagem tradicional. Neste caso, referimos que a noção de coleção foi substituída pela de património. Assim, os sítios arqueológicos (ao ar livre) do Vale do Côa, parte integrante da paisagem, representaram o 'objeto' musealizado. O recurso ao uso alargado dos *media* e às tecnologias da comunicação (textuais, gráficos, fotográficos, videográficos e multimédia) favoreceu possibilidades de recepção diversificadas e não meramente contemplativas, nomeadamente, exploratórias, formativas e lúdicas.

O diálogo das ações com agendas públicas locais, nacionais e internacionais, geraram sinergia com os desafios sociais e políticos, tanto nas esferas de governo quanto em instituições como a UNESCO. Além disso, aborda-se um empreendimento onde assume particular significado o envolvimento de outros setores socioeconómicos, a ampliação da participação comunitária e o facto de trabalhar em rede com outros empreendimentos a nível local e global.

6 DESENVOLVIMENTO

6.1 Aceção de desenvolvimento

6.1.1 Ideia de desenvolvimento

De acordo com a investigadora Teresa Cruz, “no essencial, é sempre a um presente e a uma dada atualidade que o passado se revela, sendo nesse movimento que se constitui os exercícios do conhecimento, do reconhecimento e também da estranheza, centrais no desenvolvimento da cultura” (Cruz, 2011). A mesma autora acrescenta que “a mesma crise que afeta as ideias de “Humanidade” e de “Património da Humanidade” levanta também questões à ideia de uma totalidade que vamos ainda designando como “Mundo” ” (Cruz, 2011). Também Stéphane Hessel e Edgar Morin, teórico da complexidade e defensor da interligação de todos os conhecimentos, falam de todas as crises (seja económica, social, política, ética ou cognitiva) como reflexos de uma crise maior da humanidade. Acrescentam que não podemos escapar á incerteza, mas que é sempre possível encontrar um caminho diferente, uma nova via para um mundo novo (Hessel e Morin, 2011). Com efeito, a mudança social e as suas realidades culturais são incontornáveis.

As novas tendências do pensamento sobre o desenvolvimento, reconhecem que não há soluções universais, que os efeitos das reformas políticas diferem com as circunstâncias e que é necessário identificar e desenvolver localmente as estratégias apropriadas (HDR, 2010).

Na atualidade, o conceito de desenvolvimento traduz simultaneamente uma dimensão temporal e uma nova dimensão participativa na configuração de modelos de regulação, gestão e operação a nível regional e supranacional. Assim, qualquer modelo cultural de ordenamento, gestão e vivência territorial pressupõe a experiência e o conhecimento adquirido, através de uma avaliação de resultados (Brito, 2010). Apesar de todas as dificuldades para a incorporar num projeto de desenvolvimento, a dimensão cultural passou a ser compreendida e valorizada. Generalizou-se a consciência de que qualquer transformação das condições de vida de uma comunidade depende do reconhecimento, aceitação e valorização dos traços que lhe conferem identidade, sentido de pertença e autoestima (UNESCO, 1997). Assim, nesta dissertação e na narrativa do caso de estudo, valorizamos:

- o facto de o desenvolvimento ter por finalidade garantir aos habitantes de todas as regiões e países, sem distinção de sexo, origem étnica, de religião ou raça, conquistarem maiores direitos económicos, políticos e cívicos;
- o entendimento de que o crescimento económico e o verdadeiro desenvolvimento da sociedade só poderão ser alcançados, de forma integral e duradoura, quando acompanhados por um verdadeiro desenvolvimento cultural, ou seja, acompanhada pelo exercício de uma política pública na área da cultura, que promova o seu acesso, presença e pluralidade, enquanto bem social reconhecido como bem social básico.

Na verdade, o desenvolvimento, *lato sensu*, está intimamente relacionado com as características particulares dos países ou regiões, tais como situação geográfica, extensão territorial, história, cultura, recursos naturais, localização dos recursos energéticos, tecnologia, economia e demografia. Estas características assumem um carater estruturante e decisivo para as sociedades e para os decisores e influenciando de uma forma efetiva a política nacional e internacional das nações.

No contexto deste mundo constituído, organizado, compartilhado e significativo, o economista Celso Furtado definiu o desenvolvimento económico “como um processo de mudança social pelo qual um número crescente de necessidades humanas – preexistentes ou criadas pela própria mudança – são satisfeitas através de uma diferenciação no sistema produtivo decorrente da introdução de inovação tecnológica” (Furtado, 1964). A caracterização de um processo de desenvolvimento observa, ao longo do tempo, a existência de crescimento do bem-estar (no aspeto humano e económico) através de indicadores (ex: a diminuição dos níveis de pobreza, desemprego e desigualdade e melhoramento das condições de saúde, nutrição, habitação, etc.). Sendo os indicadores uma seleção de parâmetros organizados de forma matricial, considerados isoladamente ou combinados entre si (quantitativa ou qualitativamente) que caracterize e reflita ao longo do tempo, o estado ou condição do desenvolvimento, atendendo a componente territorial, social, ambiental e económica (Brito, 2010).

A existência de um nível alto de bem-estar material acessível a todos é um objetivo que pode valer por si só. Assim, durante bastante tempo os resultados económicos foram avaliados apenas tendo como base o produto interno bruto (PIB) ou seja, o valor de todos os bens e serviços finais produzidos dentro de uma nação em um dado ano/período. Nas últimas décadas, esta prática tem sofrido contestação, sendo uma questão em debate, face à expressão multidimensional do desenvolvimento e respetivos critérios de medida.

Por conseguinte, numa visão, as características universais de desenvolvimento económico derivam de uma forma natural do crescimento do PIB *per capita*, estando implícita a

convicção no poder das forças económicas agregadas para influir positivamente nos outros aspetos socioeconómicos que se quer relacionar com o desenvolvimento. Ora esta perspetiva difere da ideia de que a correlação entre o PIB e outros aspetos desejados do desenvolvimento não é automática e que, nalguns casos, pode não haver nenhuma relação. Nesta ótica, o Rendimento Nacional Bruto *per capita*, RNB *per capita* (a quantidade de bens e serviços produzidos pelos nacionais de um país num dado período de tempo) não é um indicador geral adequado e deve ser complementado com outros indicadores. Concluimos, então, que estas duas visões não se referem ao significado do desenvolvimento, sobre o qual pode existir unanimidade, mas sim à definição e escolha do conjunto de variáveis que estão correlacionadas com o processo de desenvolvimento multidimensional.

Amartya Sen, economista e filósofo vencedor do Prémio Nobel da Economia em 1998, sustenta que o nascimento da economia se deveu, em grande medida, “à necessidade de compreender a apreciação de, e as influências causais sobre, as oportunidades de uma vida boa de que as pessoas usufruem”, do mesmo modo que reconhece que “na conduta humana, o papel dos valores é vasto e negá-lo equivaleria não só ao afastamento da tradição do pensamento democrático mas também à limitação da nossa racionalidade”. Para Alfred Marshall, um dos economistas de referência na viragem do século XIX para o século XX, as ações económicas são moralmente orientadas pelo quadro de valores das pessoas que as executam e este vai sendo influenciado, entre outros fatores, por aquelas ações e pelas suas consequências (Bento, 2011). A economia do desenvolvimento tem percorrido um longo caminho através da tentativa e do erro, testando soluções diferenciadas. A mudança do paradigma económico no último quarto do século XX projetou questões essenciais da economia e motivou a adoção de soluções necessárias a nível da economia e da política. Consequentemente, na atualidade, o padrão de crescimento da economia tem uma relação estreita com o consumo e com a produtividade:

- “O consumo pelas famílias, enquanto agregado, de bens e serviços e como resultado da melhoria material das condições de vida mas também como resultado de escolhas quanto ao que é valorizado pela sociedade. Dessa observação de consumo podemos inferir oportunidades, e como elas evoluíram, mas também preferências e como se transformaram” (Bessa *et al.*, 2013);
- Da capacidade produtiva e de como se transformou, salientamos a produtividade e a capacidade de produzir bens e serviços, o conhecimento da evolução da população em idade ativa enquanto fator de excelência, o conhecimento do chamado capital humano, o conhecimento de como evoluiu a emigração e a imigração (Bessa *et al.*, 2013).

Neste contexto, consideramos que avaliar o progresso de uma economia apenas com recurso ao PIB *per capita* é considerado redutor. Neste sentido, o desenvolvimento humano adquire um relevo singular, transversal às épocas, às ideologias, às culturas e às classes, no seu

próprio contexto. Neste âmbito, identificamos três componentes do desenvolvimento humano: bem-estar (para que possam prosperar), capacitação e requisitos (habilitação das pessoas e dos grupos para que ajam) e justiça (expansão da equidade, sustentação dos resultados ao longo do tempo e respeito pelos direitos humanos e por outros objetivos da sociedade).

O desenvolvimento que depende do consumo crescente de energia e recursos naturais, tende a ser insustentável, pelo que não se deve confundir desenvolvimento com crescimento económico. O desenvolvimento sustentável sugere a qualidade em vez de quantidade, com a redução do uso de matérias-primas e produtos, e o aumento da reutilização e da reciclagem. Neste quadro, o desenvolvimento sustentável é considerado o desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração actual, sem comprometer as necessidades das gerações futuras. É o desenvolvimento que não esgota os recursos para o futuro. Esta definição pretende harmonizar o desenvolvimento económico e a conservação ambiental. Depende do facto de o planeamento e do reconhecimento de que os recursos naturais são finitos. Este modelo de desenvolvimento global incorpora a sustentabilidade ambiental, económica e sociopolítica.

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) lançou o Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) em 1990, documentos que têm sido pioneiros na transmissão de ideias. O RDH é reconhecido pelas Nações Unidas como um exercício intelectual independente e uma importante ferramenta para aumentar a consciencialização sobre o desenvolvimento humano em todo o mundo. A mensagem essencial que tem sido transmitida nestes relatórios é a de que o crescimento económico não se traduz, por si só e automaticamente, sem progressos no desenvolvimento humano (PNUD, 2013).

Assim, o Índice de Desenvolvimento Humano, IDH, proposto pelas Nações Unidas transmite-nos uma visão mais ampla e envolvente. Embora reconhecendo uma efetiva relação entre o IDH e o PIB *per capita*, este índice combina indicadores de saúde e de educação da população com um indicador de crescimento económico. Enumeramos a seguinte avaliação de aspetos do IDH:

- a componente de educação é medida no IDH pelo número de anos de escolaridade nos indivíduos com 25 anos e pelo valor esperado do número de anos de escolaridade, em que Portugal se encontra abaixo dos valores médios da UE27;
- o aspecto de saúde é avaliado pela esperança de vida à nascença, que em Portugal tem tido uma evolução positiva mesmo se ainda apresenta o menor valor da Europa Ocidental; como Portugal apresenta um dos menores valores europeus para a mortalidade infantil, significa que a menor esperança de vida resulta de mortalidade prematura depois da infância;

- na componente económica, o IDH considera o Rendimento Nacional Bruto (RNB) *per capita*, em lugar do PIB *per capita*, pois procura captar a riqueza adicional da população do país e não a sua mera capacidade produtiva, interessando por esse motivo incluir as transferências de rendimento do exterior e excluir as transferências de rendimento para o exterior. Excepto nos últimos anos, em que o Rendimento Nacional Bruto *per capita* está cerca de 4 a 5 por cento abaixo do PIB *per capita*, os dois indicadores são praticamente iguais (Bessa *et al.*, 2013).

O RDH de 2013 enumera-nos quatro domínios específicos, com vista à manutenção da dinâmica de desenvolvimento: melhorar a equidade, incluindo a dimensão do género; proporcionar uma maior representação e participação dos cidadãos, incluindo a dos jovens; enfrentar as pressões ambientais; e gerir as alterações demográficas. O relatório refere ainda que, à medida que os desafios que se colocam ao desenvolvimento a nível mundial assumem uma natureza mais complexa e transfronteiriça, torna-se imperiosa uma ação coordenada relativamente aos desafios que, na nossa era, são os mais prementes, sejam eles a erradicação da pobreza, as alterações climáticas, ou a paz e a segurança. Pelo facto dos países estarem cada vez mais interligados através do comércio, da migração e das tecnologias da informação e comunicação, não é de surpreender que as decisões políticas tomadas num deles tenham impactos substanciais nos demais. Assim, as crises dos últimos anos - alimentar, financeira, climática -, que devastaram a vida de tantas populações, são reveladoras dessas circunstâncias e espelham bem a importância dos esforços destinados a reduzir a vulnerabilidade dos indivíduos aos choques e catástrofes (PNUD, 2013).

6.1.2 Economia impura

Conscientes do peso da economia na abordagem dos processos de desenvolvimento atuais, fazemos uma aproximação nocional. Considerando a riqueza e a diversidade conceptualista da economia, referimos a economia pura e a economia impura, como introdução à economia institucionalista, que conceptualmente evidencia uma relação de proximidade quer com o caso de estudo desta dissertação, quer com os campos da cultura e da comunicação. Para Reis, “a economia pura postula a concorrência e entende que a escassez é a base da competição.” (Reis, 2011) De acordo com o mesmo autor a economia impura é um campo aberto, embora assente em vários territórios, dos quais evidencia as instituições, governação e mudança institucional.

A noção de instituições, leva-nos ao entendimento da economia como algo que é inerente aos indivíduos e aos atores coletivos – resultado da sua ação, e não algo que lhes é estranho e os submete. A economia institucionalista, ao alicerçar uma teoria económica das instituições, pretende mostrar que os comportamentos dos indivíduos e dos atores e as dinâmicas dos espaços económicos não são apenas o resultado de uma lógica de cálculo e de racionalidade

nem de uma forma exclusiva de governação (a do mercado). Estão também vinculados a culturas, sistemas de valores, hábitos, rotinas, regras, instituições.

Assim, para o economista, o desempenho competitivo de um país ou região, o modo como se estrutura e se posiciona num contexto mais vasto, ultrapassa a sua dimensão ou os resultados dos recursos ou da tecnologia de que dispõe. Relaciona-se igualmente com os valores, as lógicas sociais e políticas, as culturas cívicas e organizacionais, as instituições que lhe dão especificidade e sentido coletivo. Com efeito, o mundo, a economia e a sociedade são contextos de incerteza e diversidade onde os atores são capazes de controlar os processos que os envolvem – com consciência e intencionalidade, através das suas escolhas, deliberações, consensos e conflitos. Consolidam assim as soluções a que chegaram, dando forma a uma determinada configuração institucional que, de forma não estática, reproduzem ao longo de gerações, reproduzem através da sua cultura (Reis, 2011).

Consideramos que a centralidade das instituições tem sido crescentemente sublinhada. A nova economia institucional sublinha os direitos de propriedade e o Estado de Direito, bem como os efeitos mais instrumentais da participação e da responsabilização. Simultaneamente surgiu o reconhecimento de que o contexto afeta a determinação das formas e funções institucionais que são apropriadas – e de que é improvável que a imitação ou o transplante das melhores práticas rendam os resultados esperados (PNUD, 2013).

Apontamos que a forma como o Estado, na sua lata aceção de conjunto das administrações públicas central, regional e local, se posiciona no território, pode ser aferida, quantitativamente, pelo peso que detém na economia ou pelo grau de descentralização e, de forma qualitativa, por indicadores internacionais de boa governança. Tendo que uma governação sustentável gere os recursos num equilíbrio entre presente e futuro e balance os encargos da gestão corrente com o investimento em bens públicos de mérito que melhoram a equidade e o potencial dos cidadãos na criação de riqueza. Neste registo, a coesão territorial abrange leituras de carácter social e económico. Sendo que, um país coeso é um país cujas diferentes regiões têm acesso a condições e a recursos produtivos equiparados às suas necessidades, e cujos resultados, medidos em termos sociais e económicos, são também equiparados, observamos que os processos de transformação destas condições e recursos naqueles resultados são necessariamente diferentes e explicam trajetórias de crescimento diversas (Mateus *et al.*, 2013).

De acordo com Vítor Bento, a Economia, como ciência, tanto trata das atividades dos agentes individuais, como trata dos agregados dessas atividades e desses agentes. Quando se relaciona com o funcionamento dos níveis mais elementares, nomeadamente do comportamento dos consumidores e das empresas e como estes decidem da afetação dos seus limitados recursos, o

seu estudo cabe ao ramo da Economia designado por Microeconomia. Estuda assim, o comportamento destes agentes elementares, das suas escolhas, de como essas escolhas dão origem à procura e oferta de bens e serviços, de como o cruzamento destas se reflete na formação dos preços e de como estes, por sua vez influenciam aquelas escolhas. O funcionamento da economia num nível mais abrangente, nomeadamente o relativo aos grandes agregados com relevância político-administrativa (o de uma região, de um Estado, de uma comunidade de Estados, ou do mundo inteiro), o seu estudo cabe ao ramo designado por Macroeconomia. Neste nível encontram-se as variáveis agregadas, comumente mais referidas, como o emprego, o PIB (produto interno bruto), a inflação, a balança de pagamentos, ou mesmo o crescimento económico (Bento, 2011).

Constatamos que o pensamento sobre o desenvolvimento mudou substancialmente ao longo do tempo: começou pela ideia de que o investimento de capital equivale ao crescimento e ao desenvolvimento, avançou sucessivamente para o papel do capital humano, para o papel dos mercados e das políticas, para o papel das instituições e, mais recentemente, para o papel da capacitação individual e de grupos e do domínio das nações sobre si mesmas. Observamos que, na atualidade, não existe consenso acerca das políticas de desenvolvimento e que o impacto da crise no pensamento sobre o desenvolvimento, não sendo claro, tende para o regresso a um papel mais ativo para as políticas públicas e a um objetivo de desenvolvimento mais humanitário (PNUD, 2013).

6.2 Democracia e ideia de progresso

Na origem de qualquer ação existe uma intenção, um desejo de futuro – um desejo de construção colectiva de um futuro melhor. E associamos ao futuro e à transformação a ideia de progresso.

Para o filósofo e historiador Tzvetan Todorov, a democracia implica a ideia de um melhoramento possível da ordem social, de um aperfeiçoamento graças aos esforços da vontade colectiva. Embora hoje, o termo “progresso” suscite desconfiança, a ideia que ele veicula é inseparável do projeto democrático. Constatamos que os habitantes dos países democráticos, mesmo quando insatisfeitos, vivem numa sociedade mais justa de que os outros, nomeadamente, porque são protegidos por leis e gozam de diversos benefícios e direitos. Pois a democracia caracteriza-se pelo pluralismo, pelo facto de os poderes não serem confiados às mesmas pessoas, nem centrados nas mesmas instituições. O autor considera essencial o poder judicial não estar submetido ao poder político (que reúne o poder executivo e o poder legislativo), o poder mediático não dever ser posto ao serviço do governo e permanecer plural. Quanto à economia dependente de bens privados, entende dever preservar autonomia perante o poder político, que por sua vez, não deve ser instrumentalizado ao serviço dos interesses económicos de alguns indivíduos. A vontade popular deve resultar dos

princípios definidos após reflexão consciente e inscritos na Constituição do país, ou simplesmente herdados da relação e sabedoria intergeracional (Todorov, 2012).

Para Todorov, o espírito democrático tem que conciliar e satisfazer múltiplas exigências e interesses divergentes. Resumidamente podemos enunciar que a democracia é constituída pelos elementos povo, liberdade e progresso. A autonomização de um dos elementos, pode transformar-se em ameaças, tais como o populismo ou ultraliberalismo. Identifica ainda a existência, nos dias de hoje, de uma doutrina hipertrofiada de proteção das liberdades, que permite a alguns poderosos o privilégio de se apropriarem não só da riqueza, mas também do poder político e da palavra pública. Todorov considera que a democracia se tornou o principal o principal inimigo dela própria (Todorov, 2012).

O autor foca, igualmente, a evidência do homem se ter tornado uma ameaça à sua própria sobrevivência, dependendo do uso que faz da ciência e da tecnologia. A par dos grandes progressos alcançados pela ciência, surgem possíveis riscos para a nossa sobrevivência. A par das inovações tecnológicas que diminuem os nossos esforços físicos, muitas vezes verifica-se o empobrecimento da vida espiritual. Manifestamente a ciência e a tecnologia são ajudas poderosas que se podem virar contra nós, quando são postas ao serviço da busca desenfreada do lucro imediato. Ao citar o exemplo da catástrofe de Fukushima, Todorov sublinha que não foi a confiança na ciência ou na tecnologia que foram as principais responsáveis, mas sim o esquecimento do interesse comum (Todorov, 2012).

Hessel e Morin esclarecem que o liberalismo económico está em queda. A política do “deixa andar”, da indiferença, conseguiu alguns resultados parciais, mas provocou mais pobreza do que riqueza e sob o seu favorecimento, a globalização, o desenvolvimento e a ocidentalização (três faces do mesmo fenómeno) mostraram-se incapazes de resolver os problemas da humanidade (Hessel e Morin, 2011).

A esperança no progresso contínuo desintegrou-se no século passado, motivada pelas incertezas e pelo medo do futuro, que gera angústia no presente e é agravado pelas condições de vida atuais (Filosofiahoy, 2012). Basicamente cessou o crédito no progresso automático e na sucessão natural de todas as ordens do progresso (do científico e económico ao moral ou político). De acordo com o autor existem dinâmicas parciais de progresso, mas sem a unificação geral que nos era proporcionada por um quadro histórico de inteligibilidade e de governabilidade articulada (Innerarity, 2004). Já em 1932, Paul Valéry, no «Discurso sobre a História» anunciava: “nunca a humanidade juntou tanto poder a tanta desordem, tantas inquietações, tantos brinquedos, tanto conhecimento e tanta incerteza. A inquietação e a futilidade partilham os nossos dias entre si».

O tipo de economia que a política hoje dirige, parece não ter resposta para questões fundamentais. Existe uma ignorância emergente e, neste ponto, Morin cita o filósofo espanhol Ortega y Gasset: “Não sabemos o que se passa, e isso é precisamente o que se passa”. Enfatiza o facto de no sistema educativo termos especialistas competentes nas suas disciplinas, mas sem visão para fazer valorações globais sobre aspetos essenciais. Sublinha também o facto do desenvolvimento desmedido poder destruir a solidariedade, a coesão e a liberdade. Especifica-nos, a título de exemplo, o nascimento da especulação financeira no século XX que domina o mundo e se constituiu um poder acima de todos, e também o fanatismo religioso e político. Destaca a situação de ser vital para o homem e para a Terra encarar e resolver os problemas fundamentais como a fome, a miséria, as migrações, a degradação ecológica, a difusão de armas de destruição massiva, a explosão de conflitos étnico-político-religiosos, a economia. O sociólogo compara a Terra a uma nave sem piloto, propulsionada por quatro motores ambivalentes: a ciência, a técnica, a economia e o benefício (Filosofiahoy, 2012).

Tem que se combinar e conciliar crescimento e decrescimento. Por um lado importa mundializar: é necessário alimentar a solidariedade, salvar regiões do planeta que estão ameaçadas. Por outro lado importa desmundializar: proteger a agricultura e produtos locais, defender produtos vitais (como exemplo referimos a importância da diminuição do consumo de produtos contaminantes e inúteis). No fundo tudo aponta para uma nova economia que seja a simbiose entre o melhor da civilização europeia e as virtudes das culturas locais: não abandonar as reformas sociais e reformar as relações humanas. Pressupondo sempre que os esforços individuais e colectivos separados não são suficientes (Filosofiahoy, 2012).

Mas “um exame da utopia dá-nos a possibilidade de voltarmos a examinar a ideia que fazemos dos nossos limites, de analisar as possibilidades alternativas, de ponderar o alcance do racional e de recuperar uma noção de futuro em que deveremos projetar as nossas aspirações de maneira que não falsifiquem a estrutura aberta do porvir humano” (Innerarity, 2004).

6.3 Construção de sociedades que partilhem o conhecimento

Hans Jonas, filósofo alemão conhecido pela sua obra “O princípio da responsabilidade”, cujo trabalho se concentra nos problemas éticos sociais criados pela tecnologia, diz-nos que “a partir de agora, devido à evolução da técnica, somos responsáveis por um determinado número de gestos e de decisões que podem ter consequências nefastas para as gerações vindouras”. Também o ensaísta Olivier Mongin nos interpela afirmando que nunca falámos tanto de ética, e isso dá-se por estarmos inquietos em relação às responsabilidades que temos e que não somos capazes de resolver (Prigogine *et al.*, 1998).

As «Conferências do Século XXI», organizadas pela UNESCO, permitiram um fórum intelectual destinado a prevenir os equívocos e o desprezo que as guerras geram, e promover o encontro e a utilização de soluções em que se manifeste mais a solidariedade humana. Transmitem-nos a mensagem de que o futuro não é apenas uma questão de estatísticas, de previsões e de cálculo dos riscos, mas, primeiro que tudo, uma questão de ética. São abordadas várias questões, entre outras: Como vai evoluir a demografia? Que reasar das biotécnicas? Quais serão as próximas doenças? Em que se tornarão a água, alimentação, a energia? No domínio cultural como vão evoluir as línguas, a literatura? Que poderemos esperar da educação, da democracia, das novas oportunidades da África? Como selar um novo contrato social na era da mundialização? (Bindé, 2002). De igual modo, o primeiro relatório Mundial da UNESCO quer promover o aproveitamento partilhado dos conhecimentos. Mediante o percurso evolutivo da ciência no século XX que suscitou uma terceira revolução industrial - a das novas tecnologias, que foi acompanhada por uma crescente mundialização, a economia do conhecimento resultante colocou o saber e os recursos cognitivos no centro da atividade humana e da dinâmica social. Surgirá no século XXI o desenvolvimento de sociedades do conhecimento partilhado? No presente, é maior que nunca a fratura cognitiva que separa os países ricos - com grande potencial de investigação e inovação, sistemas educativos e eficazes e centros de conhecimento e de cultura acessíveis a uma grande maioria -, das demais nações onde os sistemas educativos são deficientes, as instituições de investigação carecem de recursos e o potencial de conhecimentos se encontra gravemente afetado pela fuga de cérebros. Entre as sociedades do conhecimento mais adiantadas e a dos países ricos que não investem suficientemente na investigação e no saber está a emergir uma segunda fratura, que também provoca um êxodo de competências de alguns países do Norte face a outros do mesmo hemisfério. No mundo que surge ante os nossos olhos, a chave para alcançar um novo tipo de desenvolvimento, «inteligente», humano e sustentável, será a construção de sociedades que partilhem o conhecimento (Bindé, 2002).

Um relatório da UNESCO de Novembro de 2005, incita as autoridades governamentais a investir numa educação de qualidade para todos, a multiplicar os locais de acesso comunitário às tecnologias da informação e da comunicação, e a encorajar a partilha do saber científico entre os países a fim de reduzir as diferenças numéricas e cognitivas que separam o Norte do Sul e também abrir o caminho para uma forma “inteligente” de desenvolvimento humano sustentável. O relatório Mundial da UNESCO apresenta um panorama prospetivo das mudanças que estamos a observar. Serão as novas tecnologias uma solução face às desigualdades e a exclusão? Como vamos organizar no espaço público democrático o debate sobre questões éticas sem precedentes suscitadas por novos conhecimentos e as novas técnicas como a genética, as biotecnologias? Como se adotarão as decisões nestes âmbitos? Encontramo-nos na presença de um desenvolvimento das «sociedades da aprendizagem»? Como construir verdadeiras sociedades do conhecimento baseadas na educação para todos ao

longo da vida? Que fisionomia terá, nesta perspectiva, o ensino superior do futuro? Conclui que o caminho que conduz para as sociedades do conhecimento partilhado não exige apenas competição, competência ou incentivo, mas também, cooperação. O conhecimento assume assim, um papel influente e prevacente, ao nível individual, na igualdade de oportunidades, mas também na competitividade das organizações e dos Estados (Bindé, 2007).

Portugal realizou progressos significativos nas últimas décadas, ao nível da formação, educação e investigação, mas não conseguiu ainda superar problemas estruturais que a impedem de consagração da coesão social e de crescer, não por falta de investimento mas pelo formato implementado da política pública, da organização e da gestão (PCS, 2012). O economista Ernâni Lopes enunciou a evidência de uma incapacidade ou talvez de uma vontade coletiva portuguesa de não transmitir exigência, disciplina, rigor e conhecimento. Concluiu “que o homem é o único ser vivo que tem a capacidade de trabalhar conscientemente, porque os outros ou não trabalham ou trabalham por instinto: as abelhas, as formigas ou, forçado, o burro na nora ou na carroça. (...) É inequívoco para mim que o homem com essa capacidade é o único ser vivo que pode colaborar na obra da criação. Sendo certo que esta obra não é um ponto de partida, é algo que se constrói ao longo do tempo.” (Lopes, 2010).

Paul Ricouer, relativamente à coerência entre a vontade e os atos, diz-nos que “no seu sentido rigoroso, a intencionalidade significa que o ato de ter qualquer coisa em vista não se realiza em si mesmo senão através da unidade identificável e reidentificável do sentido procurado” (Ricoeur, 1986). A questão da escolha é essencial. A evolução social, em função da própria especificidade do homem, resume-se em duas palavras: consciência e intencionalidade. E se considerarmos que a lógica do ser vivo obedece a “leis” específicas que podemos definir por duas palavras-chave, elas serão: dinâmica e inovação (Prigogine *et al.*, 1998).

6.4 Equipamentos coletivos

Ao pensar ou criar novos espaços sociais integramos a atividade de infraestruturização, que é um dos alicerces essenciais do desenvolvimento/crescimento do território nacional. A dinâmica demográfica e a localização das atividades económicas geram a necessidade de oferta de determinados equipamentos como resposta às necessidades básicas das populações. Não é a natureza do modelo a condição principal de sucesso ou de fracasso destas realizações, mas sim o modo como os utilizadores fazem suas essas raízes da cidade ou região, constituindo um fator decisivo no êxito final de qualquer operação de urbanismo ou construção (Parque Expo 98, 2002). Embora o nosso modo de estar no mundo pressuponha estar-se nalgum lugar, e embora toda a nossa experiência seja local, a relação que nós mantemos com o espaço modifica-se em função de muitas variáveis por efeito das mudanças

ocorridas na produção, no transporte, na burocracia ou nos meios de comunicação (Innerarity, 2004).

O investimento nacional na infraestruturação do território, e em particular dos centros urbanos, vem acentuar por vezes, assimetrias, dependências e desigualdades, motivadas em parte pelo peso da atividade económica na definição de prioridades (Parque Expo 98, 2002).

Nas políticas de coesão territorial e socioeconómicas, a finalidade, características e a distribuição dos equipamentos coletivos são decisivas. Existem equipamentos urbanos públicos e privados com características e funções próprias, sendo ambas fundamentais para organizar e quantificar o espaço urbano, constituindo uma referência para os cidadãos, pelas suas características e importância. A satisfação da população com a área de residência, trabalho ou lazer passa para além da localização, pela garantia da oferta de serviços, equipamentos coletivos e espaços de lazer, segurança e bom ambiente social.

Consoante o seu domínio, existem alguns exemplos de equipamentos de consumo coletivo-tipo. Referimos o exemplo da área da Cultura, Turismo, Lazer: museus, monumentos, centros de interpretação, teatros, salas de espetáculo, cinemas, bibliotecas, jardins públicos, entre outros.

Para o jurista e gestor Claude Mollard, o conjunto de serviços públicos, quer pela sua natureza, quer pela origem dos seus recursos, deve sempre constituir-se e funcionar balizado, entre outros pelos seguintes princípios: qualidade e efetividade da sua produção, garantia de acessibilidade e transparência, rigor e economia de meios – eficiência. A estrutura de organização deve assentar numa hierarquia política e técnica de competências, inter-relações e áreas de intervenção bem definidas, compatibilizando o seu planeamento com o aumento da liberdade de opção dos seus utilizadores (Mollard, 2012).

As redes de infraestruturas abrangem vários sectores, como o dos transportes e comunicações, da energia elétrica, do abastecimento de água, saúde, cultura. O conjunto desta infraestruturação envolve custos de construção e manutenção significativos, mas é fundamental à qualidade de vida das populações e indispensável ao normal funcionamento da sociedade moderna. A sua eficácia faz de cada lugar um espaço de excelência.

Por isso, ao planearmos a construção destes sistemas, equacionamos as prioridades, compatibilizadas com os fatores a considerar. Salientamos a análise da finalidade utilitária, do horizonte temporal, do enquadramento, da função estrutural e limitações económicas e dos prazos, bem como de outras variáveis: o material, opções estruturais e construtivas, questões de forma e dimensão (Parque Expo 98, 2002).

A face mais visível dos projetos é a estética; ela tem uma modalidade própria e relações específicas com o conjunto, independentemente da sua finalidade. Por isso, deve incluir-se sempre como uma das muitas questões relativas ao fim das intervenções.

Na conceção de um equipamento de consumo coletivo, deve estar subjacente um conceito forte: integração numa política de conjunto, resposta às necessidades de uma população e recurso a competências de profissionais especializados. Salientamos a importância de quem decide e, em simultâneo, a importância de quem coordena e conduz os processos, para que os estudos de viabilidade sejam detalhados e técnicos, sintonizados com os programas estabelecidos. Nestes projetos, é fundamental uma avaliação fiável dos orçamentos de investimento e de funcionamento do equipamento. Os projetos têm que ser avaliados qualitativamente – o quê? porquê? onde? e, quantitativamente - quanto? como? quando?

Enumeramos as seguintes vertentes a observar na conceção destes equipamentos:

- equipamento coletivo/enquadramento do projeto: aspetos político-estratégicos, programático, financeiro, organizacional e de marketing;
- equipamentos coletivos/públicos alvo: distinção pela função e pelo tamanho;
- definição do conceito: atividades principais do projeto, especificidades por especialidade e compatibilização com os públicos;
- avaliação do custo do projeto e respectivo financiamento: dimensão do investimento, localização, acessibilidades e tipo de construção, fontes de financiamento.

Os custos, ao serem analisados, englobam orçamentos de investimento, estudos, projetos, equipamentos e funcionamento anual. As previsões dos custos de funcionamento devem ser um critério importante de decisão. Muitas vezes, a entidade que vai utilizar/dinamizar/gerir o equipamento não é necessariamente a que constrói e mesmo, por vezes, a que programa. Assim, importa compatibilizar interesses face às competências e responsabilidades setoriais, e de uma forma integrada decidir.

6.5 Cooperação territorial europeia

Temos consciência de que como indivíduos e como país, partilhamos uma comunidade de destino planetário e que como nação, não vivemos isolados num mundo estático. Assim, em Portugal, “o período de 1986 a 2010 foi um quarto de século de grandes mudanças no enquadramento internacional da economia portuguesa: houve a entrada nas Comunidades Europeias (1986), o Mercado Interno europeu (1993), a criação do euro (1999, com entrada em circulação de notas e moedas em 2002), e sucessivos alargamentos da União Europeia. Do ponto de vista económico, estes vinte e cinco anos foram de abertura crescente de Portugal e da sua economia a um projeto europeu” (Bessa *et al.*, 2013).

Para Pedro Pita Barros os últimos “vinte e cinco anos foram de evolução na intervenção direta do Estado na economia, com a expansão da sua intervenção no campo da saúde por opção, no campo das pensões e segurança social por pressão da demografia, e no campo da educação, por ambos. Fazer a distinção entre o que foi ditado por necessidade efetiva da população e o que decorreu da expansão dos profissionais de cada área, recorrendo à capacidade do Estado se financiar sem ter de convencer os cidadãos do valor para a sociedade da despesa gerada, ajudará a compreender melhor a evolução da economia portuguesa neste período” (Bessa *et al.*, 2013). Em 2010, o economista e político Ernâni Lopes, apontou cinco domínios a que Portugal pode ir buscar a sua força: turismo, ambiente, serviços de valor acrescentado - seniores, educação e formação, relações internacionais e saúde -, economia do mar e cidades e ao desenvolvimento. Defendeu o carácter identitário do Mar: “A lusofonia, o mar, por exemplo, não são questões do passado, mas do futuro.”

Consideramos que o território protagoniza as dimensões estruturantes das políticas públicas de desenvolvimento e assume-se como ator e agente da respetiva conceção e execução. Assim, a estruturação e o ordenamento do território, o ambiente e a posição geoestratégica de Portugal têm, à partida, imposto uma estreita coordenação entre as intervenções destinadas a reforçar as infraestruturas básicas do país e o desenvolvimento equilibrado das regiões, promovendo abordagens territoriais integradas e a articulação e a complementaridade entre as intervenções públicas e privadas, sobretudo nos territórios menos desenvolvidos.

A programação da intervenção dos fundos estruturais, suportada em orçamentos comunitários plurianuais, viabiliza a segurança e a previsibilidade temporal dos apoios financeiros da Comunidade Europeia. Exige o estabelecimento de estratégias de desenvolvimento nacionais (sectoriais ou temáticas) e regionais (territoriais) de médio prazo, bem como a explicitação das formas e modalidades da respetiva concretização operacional, em especial nos Quadros Comunitários de Apoio e, de modo mais detalhado, nos programas operacionais. A redução da disparidade entre os níveis de desenvolvimento das regiões tem sido um dos propósitos da União Europeia. Assim, no respeitante à evolução da política de coesão da União Europeia e dos financiamentos disponibilizados, definem-se quatro ciclos que enquadraram os apoios estruturais a Portugal: o I Quadro Comunitário de Apoio (QCAI), para o período 1989-1993; o II Quadro Comunitário de Apoio (QCAII), para o período 1994-1999; o III Quadro Comunitário de Apoio (QCAIII), para o período 2000-2006; e o Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), para o período 2007-2013.

De acordo com o Tratado de Lisboa: “O Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional tem por objetivo contribuir para a correção dos principais desequilíbrios regionais na União através de uma participação no desenvolvimento e no ajustamento estrutural das regiões

menos desenvolvidas e na reconversão das regiões industriais em declínio”. O FEDER foi instituído em 1975 com o grande objectivo de financiar a ajuda estrutural através de programas de desenvolvimento regional orientados para as regiões menos desenvolvidas, actuando em função de uma estratégia global e integrada com os restantes fundos estruturais. O grande desígnio estratégico nacional adotado para o período 2007-2013 resume-se assim – “a qualificação dos portugueses e das portuguesas, valorizando o conhecimento, a ciência, a tecnologia e a inovação, bem como a promoção de níveis elevados e sustentados de desenvolvimento económico e sociocultural e de qualificação territorial, num quadro de valorização da igualdade de oportunidades e, bem assim, do aumento da eficiência e qualidade das instituições públicas” (QREN, 2007).

6.6 Aplicação ao caso de estudo

Os projetos empreendidos nos territórios geram impactos nas relações sociais, no meio ambiente, na economia e nas relações políticas e estéticas de uma comunidade. Com efeito, assume particular relevância refletir sobre a sustentabilidade das iniciativas, das suas correlações com a sociedade, o meio ambiente e as interações políticas e económicas do processo, a fim de valorizar as potencialidades do património cultural enquanto fator económico sustentável.

Os recursos financeiros, intelectuais, tecnológicos ou materiais mobilizados para a construção do EMC destinaram-se a promover e resguardar o desenvolvimento humano e socioeconómico da região. Os processos e os resultados da implantação deste empreendimento na região resultam da actividade de diferentes atores, empresas, governo e sociedade, como uma rede de inter-relações no território, e do ambiente onde a ação ocorre. Salvaguardamos o facto de, no contexto de uma ação cultural, o investimento público ser muitas vezes realizado independentemente da previsão da evolução da procura, pois muitos dos produtos e serviços culturais não incorporam de uma forma linear as leis características de mercado. Os seus efeitos avaliam-se, quer quantitativamente, quer qualitativamente, a nível do impacto na sociedade.

Encontrando na cultura uma orientação para os interesses ambientais e turísticos, uma alternativa de desenvolvimento, as políticas culturais locais e nacionais criam oportunidades de rentabilidade simbólica e de legitimação das suas opções políticas. O ambiente e o turismo associados ao património, fomentam um conjunto de atividades e atores apostados na revitalização da modernidade como uma questão decisiva em simultâneo com preservação de referentes culturais locais.

7 EMPREENDIMENTO DO CÔA

- CONTRIBUTO DO PATRIMÓNIO CULTURAL PARA A SOCIEDADE E PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO

7.1 Objeto de estudo

7.1.1 O Empreendimento do Museu do Côa

A tradição na realização de obras públicas em Portugal, a nível de grandes infra-estruturas do domínio público, representa uma área onde a gestão do risco e dos encargos para o Estado se revela como uma questão cultural, enquanto política pública (Ferrão, 2011). A gestão deste empreendimento público - construção do Museu do Côa constituiu um elemento de carácter didáctico e de referência no domínio da gestão deste tipo de empreendimentos, pela sua complexidade e duração processual. É um exemplo das relações entre contextos e atores, e das relações de poder e interesse que inevitavelmente pressupõem ou desencadeiam.

Neste capítulo, reunimos o historial do processo (que na realidade ainda não está concluído), e as principais observações e conclusões na dimensão dos conceitos abordados nos capítulos anteriores, considerando as diferentes fases de projeto, construção e exploração/manutenção deste empreendimento público. Referimos que aqui, não nos centramos nos aspectos de estrita legalidade e regularidade, na verificação do cumprimento dos critérios da economia, da eficiência e da eficácia, bem como nos princípios da transparência, da concorrência, da igualdade e da prossecução do interesse público, nem na adoção das boas práticas recomendadas para esta área de dispêndio público. Narramos a história do processo: o Empreendimento do Museu do Côa (EMC) é o nosso objeto de estudo, onde património, ambiente e melhoria da qualidade de vida convergem.

A criação do Arqueológico do Vale do Côa (PAVC) e do Museu do Côa (atualmente Fundação Côa Parque), deu a Vila Nova de Foz Côa uma nova centralidade. Contudo, o museu reflete um longo processo que ainda continua e do qual enumeramos algumas características:

- possuir antecedentes que remontam a 1949, quando a empresa “Hidroeléctrica da bacia do rio Côa” teve a ideia de construir uma barragem no Côa;

- a intenção de edificar um Museu no Vale do Côa aparece expressa pela primeira vez na Resolução do Conselho de Ministros n.º 42/96 de 16 de Abril, seguida em 1997 pela Candidatura da Arte Rupestre do Vale do Côa a Património da Humanidade, cuja inscrição na lista do Património Mundial foi concretizada em 1998, pela UNESCO;
- a sua construção assenta em opções infraestruturantes de carácter regional e nacional;
- a obra foi encomendada pelo ex-IPA (Instituto Português de Arqueologia) e concluída na vigência do ex-IGESPAR (Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico);
- a obra foi cofinanciada pelo FEDER, Fundo Europeu para o Desenvolvimento Regional, através do Programa Operacional Regional do Centro e Programa Operacional da Cultura - orçou na totalidade cerca de 18 M€ (Baptista, 2012);
- o tempo decorrido até à inauguração do museu, correspondeu ao exercício de seis Governos Constitucionais e aos mandatos de oito Ministros da Cultura - Manuel Maria Carrilho, José Sasportes, Augusto Santos Silva, Pedro Roseta, Maria João Bustorff, Isabel Pires de Lima, José António Pinto Ribeiro e Gabriela Canavilhas.

Este caso de estudo reflete toda a dinâmica de identificação, estudo, interpretação, proteção, conservação e apresentação de um património cultural, com consequências e responsabilidades a nível individual, social e político. Na evolução do processo salientamos o papel decisivo de três níveis de atores – comunidade profissional, decisores políticos e cidadãos em geral e identificamos duas fases essenciais: entre 1997 e 2003, associada a um projeto que não recolheu os consensos indispensáveis, e uma segunda fase, entre 2004 e 2009, adaptada aos consensos conseguidos e recursos disponíveis.

Consideramos que, no âmbito de uma comunidade cultural, o Estado assumiu a responsabilidade a nível da cultura e do ordenamento do território, nacional e internacional, de promover um exercício de qualidade: a construção de um edifício, numa paisagem com valor patrimonial de excepção, confluência de dois Patrimónios da Humanidade – o Alto Douro Vinhateiro e a Arte Rupestre do Vale do Côa.

No decurso do processo, as instituições e serviços envolvidos foram reorganizados no âmbito da reforma da Administração Pública. Manifestamente, esta circunstância interferiu na execução do Plano de Trabalhos inicialmente estabelecido (IGESPAR, 2009).

Os meios reunidos tanto para o estudo do Vale do Côa, como nos projetos que a autonomia da tutela permitiu criar, qualificaram e internacionalizaram o desenvolvimento de algumas áreas da actividade arqueológica em Portugal de forma nunca anteriormente alcançada (Ribeiro, 2009).

Neste trabalho, através de uma resenha da informação disponível, enumeramos acontecimentos quer anteriores à construção do museu, quer desde a sua construção até à sua inauguração. São dois contextos diferenciados, necessários à leitura das etapas de todo o processo e do seu enquadramento institucional, no âmbito da ação das autoridades públicas, de outros órgãos competentes, e da participação do público em geral.

Assim, resumimos o quadro processual de definição e gestão do património do Côa, na sucessão de três etapas inscritas num horizonte temporal, associadas a ações e designações precisas:

- (1949-1998) - Valor/Revelação/Salv guarda de um património;
- (1998-2010) - Localização/Projeto/Construção do empreendimento;
- (2011-2013) e seguintes - Gestão/Proteção do património.

7.1.2 Antecedentes do empreendimento de construção do museu (1949-1998)

O início de referências técnicas à existência de gravuras rupestres do Paleolítico no Côa, são assinaladas pelo arqueólogo Francisco Sande Lemos em 1989, no âmbito do Relatório do Estudo de Impacte Ambiental.

Cronologicamente recuemos até 1949. Após a ideia surgida neste ano no âmbito do controle estratégico de cheias e alimentação elétrica do Norte do país, só em 1991 a EDP apresentou publicamente o projeto base de aproveitamento hidroelétrico das águas do Côa. Também em 1991 a EDP celebrou um contrato com o Instituto Português do Património Cultural- Direção Regional do Norte (IPPC-DRN), para a realização de trabalhos arqueológicos para a construção de uma barragem no rio Côa.

Já em 1992 o Secretário de Estado da Energia do XII Governo Constitucional (1991-1995), cujo Primeiro-Ministro foi Aníbal Cavaco Silva, autorizou a inclusão do projeto da barragem no plano de Investimentos da EDP, condicionado, nomeadamente ao Estudo de Impacte Ambiental. Quer a nível da EDP, quer a nível do IPPC, deu-se continuidade ao aprofundamento do estudo da albufeira prevista. Importa referirmos que, entretanto, o IPPC foi extinto e substituído pelo Instituto Português do Património Arquitetónico (IPPAR).

Assim, as obras da barragem iniciam-se em 1994, com o estudo do IPPAR a decorrer. No relatório anual do arqueólogo Nelson Rebanda, responsável pela equipa permanente do IPPAR – Direção Regional do Porto, são incluídos achados de rochas submersas, cuja apreciação técnica então realizada, não permitiu reconhecer a sua real dimensão e valia patrimonial. Logo após um mês sobre o início da empreitada, foram descobertas novas gravuras paleolíticas, e agora dadas a conhecer aos arqueólogos nacionais ligados a esta

temática específica, tendo sido desde logo consensual a presença de uma descoberta excepcional.

Divulgada nacional e internacionalmente a relevância da descoberta e a ameaça da sua preservação pela construção da barragem, instalou-se um conflito de interesses que motivou de imediato um processo de luta, acompanhado e apoiado pelos meios de comunicação social (dentro e fora do país). Assim, em 1995, a questão “Barragem do Côa versus Gravuras Rupestres” foi tema de discussão eleitoral. O XIII Governo Constitucional (1995-1999), cujo Primeiro-Ministro foi António Guterres, foi eleito em Outubro e suspendeu as obras da referida barragem.

Em 1996 foi decidida a criação do PAVC e a Resolução do Conselho de Ministros N°42/96 anunciou a intenção da construção do Museu de Arte e Arqueologia do Vale do Côa. O PAVC foi inaugurado a 10 de Agosto. No ano seguinte, o Governo formalizou junto da UNESCO, a candidatura da Arte Rupestre do Vale do Côa a Património da Humanidade, e a classificação foi atribuída em 1998, em reunião realizada no Japão, em Quioto. O governo português, comprometeu-se então, em elaborar estudos sobre o património em questão e construir um museu, que mais tarde, por se entender suficiente, acabou por se chamar Museu do Côa.

7.2 Financiamento e custo global do empreendimento

7.2.1 Investimento global

O Museu e o PAVC incluem-se numa dinâmica de ordenamento do território e de concretização de uma política pública nacional e internacional, onde os valores do passado são essenciais à compreensão da pertinência política, social e cultural da definição e construção da infra-estrutura. Numa filosofia de desenvolvimento integrado, a conceção, construção e instalação do museu, respeitou os procedimentos da Administração Pública. Respeitou as competências entre todos os agentes públicos, institucionais e privados, cumpriu a legislação em vigor e os co-financiamentos que lhe foram atribuídos.

Este empreendimento, como Projeto do Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC) teve fontes de financiamento, comunitárias (FEDER) e nacionais (OE).

A construção das instalações e infraestruturas do museu foram co-financiadas pelo Programa Operacional da Região Centro (PORC), como ação integrada de base territorial – Turismo e Património no Vale do Côa. O custo elegível foi de 11.097.324,32€ e a comparticipação do FEDER foi de 7.768.127,02€.

A instalação do espaço expositivo/ museologia e auditório (dotando-os do respectivo equipamento, sinalética, aquisição de *hardware* e *software*), bem como materiais de divulgação e promoção (materiais gráficos, publicações, *spots* de TV e rádio, etc.), estudos e projetos, incluindo a aquisição de parcelas de terrenos, foram co-financiados pelo Plano Operacional da Cultura (POC)

O relatório final das Unidades de Gestão Financeira do PIDDAC e do FEDER, refletem o controlo de custos havido. “O investimento global foi de 17.400.000€ (com IVA a 21%; inclui honorários do Projeto, prémios dos 3 primeiros classificados no concurso para o Projeto, aquisição e expropriação de terrenos, construção do edifício e acesso rodoviário, mobiliário e equipamentos de museologia, catálogos e material para a loja). O Edifício e o acesso rodoviário ascenderam a 11.569.142,58€, suportado em 70% pelo FEDER. Cerca de 5.672.000€ destinados a honorários e à museologia, obtiveram uma comparticipação de 54% do FEDER. A taxa de execução do FEDER foi de 100%. Não houve encargos adicionais ao orçamento previsto” (Real, 2011).

7.2.2 Importância na economia local

Muitas vezes, quando confrontados com a dimensão da economia local, a importância deste tipo de investimentos assume particular relevância e expressão. A consulta às atas das reuniões da Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa mostra que, no ano de 2008, estando as obras em curso, o orçamento total do Município era de 17,67 milhões de euros, sendo que as despesas de capital rondavam os 8 milhões de euros. Desta última, a parcela relativa a investimento em infraestruturas na área da cultura era bastante diminuta se bem que o valor exato fosse difícil de apurar por se encontrar inscrito em diversas rubricas passíveis de diversas interpretações.

Nos últimos anos, a despesa do município tem diminuído. No orçamento para 2014, por exemplo, a despesa total prevista é de cerca de 12,36 milhões de euros dos quais apenas 4,24 milhões de euros se destinam a despesas de capital, sendo que o investimento é em grande parte realizado em vias rurais.

Sublinhe-se que apenas referimos o investimento no custo inicial das instalações do museu. A *posteriori*, outros investimentos ou parcelas da despesa entrarão diretamente na economia local, designadamente, os salários do pessoal diretamente afeto à infraestruturas, empresas que se formam nos vários domínios do desenvolvimento turístico (estruturas qualificadas de hotelaria, restauração, visitas aos locais das gravuras, etc.) e de outras dinâmicas de oferta e de procura de bens e serviços.

Constatamos a importância e significado do Empreendimento a nível local, independentemente da dificuldade de quantificação dos impactos positivos a curto, médio e longo prazo na economia.

7.2.3 Importância na economia nacional

Para além dos valores de investimento inscritos, quer no Ministério que tutela a cultura, quer nas Câmaras Municipais ou noutros organismos que participam na realização destas infraestruturas, este tipo de investimentos tem uma importância que, em primeira instância, transparece no elevado valor global da indústria da construção. A diminuição deste tipo de investimentos tem contribuído certamente para a diminuição do volume de prestações de serviços (conceção e projeto, fiscalização) e de obras realizadas, contribuindo para as consequências dramáticas que atualmente se verificam pela falência e desemprego nas empresas de arquitetura, engenharia e construção em geral.

Esta questão é premente no contexto da presente conjuntura. A economia assentou num conjunto de pressupostos e práticas baseadas na resposta à procura do momento, não diversificando a oferta noutros campos, nem os investimentos em áreas distintas de mercado, perspetivando a sustentabilidade a longo prazo.

Em 2008, o emprego na indústria da construção representava cerca de 513.000 trabalhadores no total dos cerca de 3,86 milhões pertencentes às empresas não financeiras (CAE, Rev. 3) ou seja, 13,3%.

Por outro lado, o valor dos trabalhos realizados por empresas com 20 e mais trabalhadores no setor dos edifícios não residenciais era de 5,4 mil milhões de euros no total de 19,78 mil milhões de euros (fonte: INE, I. P. 2008, Inquérito anual às empresas de construção). Para se aferir a dimensão do setor refira-se que o PIB Português dessa altura era de cerca de 170 mil milhões de euros.

O potencial do EMC, enquanto conceito, ainda não se refletiu na íntegra na realidade nacional.

7.3 Conceção e projeto do empreendimento (1998-2006)

7.3.1 Projeto localizado na Canada do Inferno

As fases da escolha da localização do empreendimento, elaboração do programa e desenvolvimento do projeto, decorreram entre 1998 e 2006.

Formalmente o museu teve duas implantações distintas, correspondendo a fases diferenciadas: uma entre 1998-2003 que correspondia ao local da barragem e outra após 2004, onde foi finalmente construído.

Assim, assinalamos que, durante 1998, o IPA promoveu a elaboração do Programa para a construção do museu, a implantar no local da construção da barragem, no sítio da Canada do Inferno. Nesta implantação inicial, a equipa projetista era constituída pela AFA, Consultores de Engenharia, coordenação de Rui Furtado e Maria Elisa Parente, e Fernando Maia Pinto, o arquiteto responsável; os conteúdos museológicos e cenográficos foram entregues à empresa canadiana, Experience International. Na sua versão final, a construção teria cerca de 14.400m² de área coberta, dos quais cerca de 1.900 seriam dedicados às salas de exposição permanente. O projeto previa a reemersão da Canada do Inferno e de um setor de rio para montante do sítio do museu, o que permitiria tornar acessíveis in loco todos os painéis gravados da Canada do Inferno e outros entretanto descobertos. Observamos que este setor está artificialmente alteado por influência da barragem do Pocinho, que permite a subida das águas frente à Canada do Inferno cerca de 12 metros. As alterações governamentais entretanto ocorridas, obrigaram a uma reavaliação de todo o projeto em fase de Estudo Prévio, em Novembro de 2003 (Baptista, 2012).

Em 1999, lançam-se de 2 Concursos Públicos Internacionais, respectivamente para as especialidades do Projeto do Complexo Museológico e Administrativo do PAVC, na Canada do Inferno, cuja autoria do projeto de arquitetura era de Fernando Maia Pinto (concurso IPA/1/99), e para o Projeto de Engenharia para a Reemersão de um troço do rio Côa entre a Canada do Inferno e o Rego da Vide (concurso n.º 2/IPA/2/99). Em Dezembro, foi assinado o Contrato para o Projeto do Complexo Museológico e Administrativo do PAVC, na Canada do Inferno, (N.º1/IPA/99-CPI de 29.12.1999, com a empresa AFA - Consultores de Engenharia Ld.^a, tendo-se ainda efetuado um adicional ao Contrato) e do Contrato para o Projeto de Engenharia para a Reemersão da Canada do Inferno e de Rego da Vide (Nº 2/IPA/99-CPI de 29.12.1999) com a empresa HIDROPROJECTO, Engenharia e Gestão, S.A) (Real, 2011).

Seguidamente, os projetos de arquitetura e especialidades foram desenvolvidos durante três mandatos Ministeriais - Manuel Maria Carrilho, José Sasportes e Augusto Santos Silva. Em Março de 2002 (confirmar) estavam na fase de “Estudo Prévio” o denominado Complexo Museológico e Administrativo do PAVC e o da Reemersão da Canada do Inferno e de Rego da Vide concluído.

Neste ano foi eleito o XV Governo Constitucional (2002-2004) cujo Primeiro-ministro foi Durão Barroso, sendo Ministro da Cultura Pedro Roseta e Ministro das Cidades, do Ambiente e do Ordenamento do Território Isaltino Morais. Foi então criada uma Comissão para

avaliação da situação do processo do Museu, cujo projeto e local de implantação tinha sido rejeitado pela Tutela. A Comissão integrou técnicos do Instituto Português de Arqueologia (IPA) e do Instituto Português de Museus (IPM). Com o Relatório da Comissão, o governo determinou a rescisão do anterior Contrato de Projeto para o Complexo Museológico e Administrativo do Côa e o recomeço do processo para a construção do Museu e sede do PAVC, noutra local e com um novo Programa. O Contrato para a Reemersão do rio Côa entre a Canada do Inferno e a ribeira do Rego da Vide foi concluído.

7.3.2 Projeto localizado na zona norte do PAVC

O novo local de implantação escolhido foi, então, a encosta da margem esquerda do Rio Douro, sobranceira à foz do Rio Côa e à estação com o mesmo nome, da linha ferroviária Pocinho – Barca d' Alva, na zona Norte do PAVC e perto de Vila Nova de Foz Côa.

O procedimento escolhido para a elaboração e fornecimento dos projetos respectivos foi um Concurso Público no âmbito da União Europeia. Durante a preparação do respetivo Concurso Público Internacional, foram desenvolvidos trabalhos diversos, nomeadamente respeitantes à aquisição e expropriação de terrenos necessários à nova localização do museu.

Com o objectivo de integração e conjugação de diferentes partes, adotou-se um modelo que englobou todas as fases e todas as especialidades de Projeto - arquitetura, especialidades técnicas e museologia, para de uma forma integrada se garantir a execução financeira das verbas atribuídas no âmbito do Quadro Comunitário de Apoio III – Fundo Europeu do Desenvolvimento Regional (III QCA – FEDER). O Anúncio do Concurso Público para elaboração de novo Projeto de Arquitetura do Museu ocorreu em Novembro de 2003. As fases concursais duraram 8 meses. O então IPA, com a colaboração da Ordem dos Arquitectos (OA) implementou o Concurso Público para os trabalhos de conceção e elaboração do projeto do Museu de Arte e Arqueologia do Vale do Côa. O Júri do concurso, presidido por Fernando Real, integrou representantes do ex-IPM, ex-IPPAR, Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, OA e da Associação Portuguesa de Arquitectos Paisagistas, tendo como membro convidado o Arq. Gonçalo Byrne. O Relatório Final foi concluído a 7 de Junho de 2004, tendo o primeiro prémio sido atribuído ao trabalho dos Arquitectos Pedro Tiago Lacerda Pimentel e Camilo Bastos Rebelo, do Porto, com o GOP – Gabinete de Organização e Projetos. O atual museu é resultado do desenvolvimento da proposta vencedora.

Das 42 propostas apresentadas, 37 foram apreciadas pelo Júri. 5 foram excluídas por irregularidades formais. O processo do concurso teve a assessoria da empresa – Consulbarra, Serviços de Engenharia, Lda., coordenada pelo Eng. José Pedro Tavares.

Já durante 2004, toma posse o XVI Governo Constitucional (2004-2005), cujo Primeiro-ministro foi Pedro Santana Lopes. Os trabalhos do concurso foram expostos em Foz Côa, sendo a exposição inaugurada pela Ministra da Cultura Maria João Espírito Santo Bustorff Silva.

Em Setembro o contrato de Projeto é outorgado com o Consórcio Externo em Regime de Responsabilidade Solidária constituído pelos Arqt.º Pedro Tiago Lacerda Pimentel (Arquitecto Coordenador), Arqt.º Camilo da Cunha Bastos Rodrigues Rebelo e GOP – Gabinete de Organização e Projetos, Ld.^a (Chefe de Consórcio) liderado pelo Eng. Nunes da Silva. A ficha técnica completa deste empreendimento consta do Anexo A desta dissertação. Realizou-se ainda uma segunda mostra dos trabalhos concursados em Lisboa, no Museu Nacional de Arqueologia. Foi grande a atenção dos cidadãos interessados e da comunicação social, que sempre acompanhou e deu ampla divulgação ao processo do Côa.

O Programa Base apresentado ao Dono da Obra, reuniu apreciações e pareceres do IPM (João Herdade), do PAVC (Alexandra C. Lima) e do CNART (António Martinho Baptista) e da equipa de consultoria técnica, coordenada pelo Eng. Pedro Tavares, da Consulbarra, Serviços de Engenharia, Lda.

Referimos nova remodelação governamental a 30 de Novembro de 2004. O Presidente da República, Jorge Sampaio, dissolve o Parlamento. Em Fevereiro de 2005 é apresentado o Estudo Prévio, que desenvolveu as soluções aprovadas no Programa Base, cuja aprovação condicionada, não inclui a Museologia.

Em Março de 2005 inicia o exercício o XVII Governo Constitucional (2005-2009), cujo Primeiro-ministro é José Sócrates, sendo Ministra da Cultura Isabel Pires de Lima.

É então criada por despacho do Director do IPA (Despacho n.º 9/IPA/Gabinete da Direcção) uma Comissão Técnico-científica no âmbito do IPA para apoio à Equipa Projetista, composta pelos arqueólogos A. Martinho Baptista, Alexandra C. Lima e T. Aubry, para “prestar esclarecimentos solicitados pela equipa projetista, transmitir dados científicos relevantes, emitir pareceres sobre propostas do projeto de museologia” (Real, 2011).

Em Julho é apresentada a fase de Projeto de Arquitetura Anteprojeto/Projeto Base, constituída por peças escritas e desenhadas que traduziam uma definição, dimensionamento e modo execução da obra, e para a Museologia o documento MAAVC – Anteprojeto – Programa Expositivo -1.º Draft. Verificou-se a não aprovação desta fase do projeto de arquitetura, com pareceres do IPM, do PAVC e do CNART. Quanto à Museologia, foram solicitados mais elementos para a sua aprovação.

A primeira proposta de *layout* expositivo foi apresentada por A. Nabais e A. Faustino de Carvalho, indicados para o efeito pelo ex-IPA. O projeto não teve a concordância da Comissão Técnico-científica.

Por proposta do IPA, o Governo inscreve a obra do Museu como uma das três Grandes Opções do Plano 2005-2009, inserido no Planeamento estratégico para a área da Cultura, (Lei n.º 52/2005, de 31 de Agosto) do Orçamento de Estado. Foi assegurada no Programa de Investimento e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC), a verba da contrapartida nacional de 30% para a candidatura ao financiamento do FEDER, e a obrigação do IPA dar início à obra de construção do Museu.

Dá-se a entrega do Anteprojecto /Projecto Base de Arquitectura que recolhe pareceres do IPM e da equipa de consultores da Consulbarra, que formulam questões na sua apreciação, para uma necessária retificação.

Assume particular importância, em Maio de 2006, a aprovação pela Unidade de Gestão do FEDER, da candidatura ao financiamento da obra do Museu. Seguidamente, efetua-se a entrega parcial do Projecto de Execução e Entrega do Projecto de Execução para a Empreitada de Construção Civil.

Assinalamos que no decorrer de todo o processo, o trabalho arqueológico de campo prosseguiu de forma sistemática e continuada e os respetivos resultados foram objeto de publicações de carácter científico e de divulgação.

7.4 Construção do empreendimento (2007-2010)

7.4.1 Consignação da obra

Na sequência da diretiva da Ministra da Cultura (Novembro de 2005), Isabel Pires de Lima, a responsabilidade do concurso, coordenação e fiscalização da obra do EMC foi da Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN). “O director geral da DGEMN, Vasco Costa remete a coordenação da obra para a Direcção Regional de Edifícios e Monumentos do Centro (DREMC). Sob a coordenação do director regional, Afonso Mira, procede em articulação com o IPA à organização e à condução das fases de Concurso Público das Empreitadas, bem como da respectiva contratação e execução em obra, tendo passado a desempenhar uma participação ativa na finalização do Projecto, atendendo a que teria que apreciar e considerar capaz para Concurso, o Projecto de Execução de Arquitectura, ainda incompleto” (Real, 2011).

“A DREMC pronuncia-se pela adequabilidade dos elementos de Projeto para o lançamento do Concurso. Não se refere à Museologia” (Real, 2011). Estando em conclusão a fase de projeto, com a obtenção do projeto de execução, foi lançado o concurso para a realização dos trabalhos de construção. Em Julho de 2006 foi publicado o Anúncio de abertura de Concurso Público para construção civil, todas as especialidades, arranjos exteriores e acessos. Concorrem 22 empresas.

De acordo com Fernando Real, em Outubro é autorizada a adjudicação e a minuta contratual, pelo Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, João Ferrão. O Contrato de empreitada de Obra Pública é N.º 0680602, celebrado entre a DGEMN, representando o Estado Português, e a Firma MONTEADRIANO – Engenharia e Construção, S. A. A 15 de Dezembro obteve o VISTO do Tribunal de Contas. A 8 de Janeiro de 2007 é lavrado o Auto de consignação dos Trabalhos, sendo o prazo contratual para a obra de 600 dias.

As Grandes Opções do Plano para 2008 (Lei nº31/2007 de 10 de Agosto – pág.5148) no respeitante à Salvaguarda e Valorização do Património Cultural, indicavam que em 2008 seria concluída a construção do Museu do Vale do Côa.

7.4.2 Reestruturação dos Serviços da Administração Pública

Mas iniciou-se uma nova etapa processual em Março de 2007, com a reestruturação dos serviços da Administração Central do Estado; foram extintos o IPA e a DGEMN e foi criado o Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, IGESPAR, (Decreto-lei n.º 96/2007). Foi uma época de transição institucional, cujo efeito daí decorrente a nível da desagregação das equipas técnicas e acertos de circuitos de decisão, produziu consequências visíveis no normal funcionamento da fiscalização, nos pagamentos contratuais, resultando num abrandamento na execução da obra. Perspetivou-se então a possibilidade de incumprimento dos prazos da execução financeira, impostos pelo encerramento do III QCA, cuja consequência seria a perda das verbas atribuídas.

Assim, concluímos que a instabilidade vivida a nível da definição e hierarquia das instituições públicas, foi um elemento potenciador de desresponsabilização e adiamento de decisões, com impactos negativos no cumprimento dos prazos.

Face à complexa situação existente e o facto de o museu ser uma das prioridades do Governo no âmbito da Cultura, em 1 de Agosto de 2007, o Despacho n.º 25/ Ministra da Cultura, cria o “ Grupo de Trabalho para o Museu do Vale do Côa”, para “dinamizar todas as ações necessárias para a concretização do Museu”. O Grupo era constituído por quatro elementos: Fernando Real (ex-Presidente do IPA), responsável da coordenação executiva do processo,

Filipe Serra (jurista), responsável na gestão e procedimentos legais e financeiros, Lúcia Gonçalves de Brito (engenheira civil), responsável pela estratégia cultural e exposição permanente e Paula Silva (arquitecta e Directora da DRCN), responsável pela coordenação executiva da obra do edifício. Cada técnico, com funções específicas, passa a depender hierarquicamente da Direcção do IGESPAR, na pessoa do arqueólogo João Pedro Cunha Ribeiro. A este grupo cabia também, articular com a equipa do IHRU/ex-DGEMN/DREMC, responsável pela obra em curso – edifício e respetivos acessos. O desempenho desta equipa e a Direcção do IGESPAR foram decisivos na conclusão da construção do empreendimento.

A situação estava crítica relativamente ao cumprimento dos prazos de execução referentes aos financiamentos obtidos; existia o risco de o Projeto do Museu perder o financiamento comunitário. Consequentemente, e resultante da dinâmica do processo, em Setembro de 2007, por determinação da Direcção do IGESPAR, foram adotadas cinco medidas: 1) reforço da fiscalização com um fiscal residente, 2) contratação de uma assessoria técnica para o controlo do planeamento da obra, 3) rescisão, por acordo, do contrato existente com a assessoria técnica para o Projeto 4) reorientação do programa expositivo, centrada numa abordagem multidisciplinar da Arte Rupestre do Vale do Côa, e 5) solicitação de reprogramação financeira ao POC (Plano Operacional da Cultura), sem aumento do encargo global aprovado, tendo sido aprovada em Fevereiro 2007. Foram celebrados protocolos de colaboração e contratos de prestação de serviço com três Universidades Públicas e respetivos Centros de Investigação, que permitiram uma melhor articulação e desenvolvimento das várias áreas científicas envolvidas na exposição. Estas equipas e as respectivas atribuições funcionais constam da Ficha Técnica em anexo – Anexo A.

7.4.3 Cumprimento dos prazos do financiamento

As fontes de financiamento comunitário (FEDER), tinham prazos de execução definidos, impostos pelo encerramento do III QCA.

O modelo de monitorização, controlo e fiscalização das obras foi realizado, em regra, pela ex-DREMC. Por sugestão da Arq. Paula Silva, foi reforçado o acompanhamento e a fiscalização da empreitada de construção em curso, com a contratação de uma empresa externa de assessoria técnica, a firma Cinclus, Planeamento e Gestão de Projetos, SA, sendo retomado o ritmo da construção.

Devido à necessidade de cumprimento de prazos a nível do financiamento da Museologia – Plano Operacional da Cultura (POC), em 12 de Março de 2008, foi efetuada uma entrega parcial das áreas destinadas à exposição permanente ao IGESPAR. Contudo a situação mantinha-se problemática; a Fiscalização assinala atraso da empreitada e o não cumprimento do prazo contratual de 600 dias. Nesse sentido, é elaborado um Plano de Trabalhos de

Recuperação (PTR). O empreiteiro apresenta um requerimento para prorrogar o prazo por mais 123 dias e a empreitada prolongou-se até 2010 (Real,2011).

Durante 2008, realizaram-se três concursos públicos para o fornecimento, montagem e colocação dos equipamentos multimédia, equipamentos e materiais de iluminação e fornecimento e montagem de mobiliário e dos equipamentos de museologia. Até ao final do ano seguinte, foram realizados cerca de 40 procedimentos por consulta ou negociação relacionados com a montagem do sector expositivo. Importa aqui referir, que “ao concurso para o fornecimento dos equipamentos Multimédia, é interposto no tribunal administrativo uma providência cautelar por um dos concorrentes, para impedir a adjudicação. Após disputa judicial, o concurso prosseguiu com a adjudicação à firma que o júri do concurso seleccionara” (Real, 2011). Salientamos que a decisão do tribunal, que permitiu prosseguir com o concurso, só foi conhecida no início de Março de 2009. Este facto determinou um atraso em cerca de 90 dias na instalação do sector expositivo.

No início de 2009, toma posse um novo Ministro da Cultura, José António Pinto Ribeiro. De acordo com solicitação do Ministério, o empreiteiro apresentou um plano de recuperação dos atrasos verificados.

Em 20 de Fevereiro de 2009, a Comissão de Receção Parcial da Empreitada, na qualidade de representante do Dono de Obra e na presença do representante do adjudicatário procedeu ao exame dos trabalhos executado. Foi lavrado e assinado o Auto de Receção Provisória Parcial da Empreitada da construção das instalações e das infraestruturas onde ficaram assinaladas correções a efetuar correspondentes a um valor estimado de 289.255,93€. Essas correções correspondiam a trabalhos na cobertura, no interior e no exterior do edifício, bem como a ensaios de equipamentos hidráulicos, elétricos e mecânicos. Continuaram em curso as obras de construção do Edifício, dos acessos, arranjos exteriores, e produção e montagem da exposição permanente nas salas destinadas à exposição, estas já disponibilizadas em Março de 2008.

Devido a intensa pluviosidade ocorrida na região, verificaram-se infiltrações na cobertura, na área da exposição permanente. Com carácter de emergência, o empreiteiro teve que proceder à respetiva reparação, atrasando a receção do edifício.

Em final de Fevereiro de 2010, conclui-se a montagem da área expositiva do Museu e até Julho, decorrem os trabalhos no edifício tendo em vista a inauguração. O auto de Receção Provisória do edifício está datado de 31.05.2010 e assinado pelo Dono de Obra e Fiscalização (IHRU - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana) e pelo Adjudicatário (empresa Monteadriano – Engenharia e Construções, S.A.).

Decorridos mais de uma década desde o início do processo, o Museu do Côa é inaugurado a 29 de Julho de 2010 pelo Primeiro Ministro do XVIII Governo Constitucional (2009-2011), José Sócrates com a presença da Ministra da Cultura Gabriela Canavilhas e da Ministra do Ambiente e do Ordenamento do Território Dulce Pássaro. Assim, em Agosto de 2010, o Grupo de Trabalho para o Museu do Vale do Côa, criado em Agosto de 2007 e decorridos três anos, cessa funções.

“A abertura do Museu do Côa, (...) vem finalmente completar o conjunto de equipamentos e infraestruturas originalmente concebidos para assegurar a protecção, divulgação e fruição deste importante património, encerrando um ciclo de investimentos a que o Estado Português originalmente se obrigou” (Decreto-Lei n.º 35/2011 de 8 de Março). A maquete, as plantas, os cortes e fotografias do edifício encontram-se no Anexo B desta dissertação.

De acordo com informação da Fundação, desde 2010 que aguardam a reparação de não conformidades, cuja listagem foi elaborada na presença dos representantes do Dono de Obra/Fiscalização (IHRU), do empreiteiro, projetistas e de técnicos e direção do museu. Desconhecemos se o IHRU procedeu à libertação das garantias bancárias referentes à obra das instalações e infra-estruturas deste empreendimento, bem como se foi efetuado o auto de receção definitiva da empreitada. Existe uma proposta de cessão de posição contratual do IHRU à Direção Geral do Património Cultural (DGPC).

7.5 Exploração e manutenção

7.5.1 O edifício

A concretização deste empreendimento resultou na construção de um edifício icónico, numa paisagem marcante. Através do desenho, o corpo do museu garante uma identidade própria, afirmando uma relação plástica e contemporânea, assumida com a integração no sítio e no contexto.

O edifício tem uma área bruta de 8.121,31m² e uma área útil é de 6.243,28m² (Rebelo *et al.*, 2010). A linguagem, composição, materiais e relação com a envolvente configuram, de uma forma unificadora, o espaço interior e exterior. A organização funcional reflete uma unidade de conceção e uma relação intensa com o meio circundante, interceptando topografia, acessibilidades e programa. Incorpora referências e soluções resultantes do exercício da interdisciplinaridade e de opções infra-estruturantes” (Brito, 2011).

O edifício conjuga quatro pisos, organizados por um sistema particular de circulações verticais e horizontais - cobertura/Piso 2, Piso 1, Piso 0 e Piso-1. A cobertura articula

circulações pedonais de acesso ao Museu, com faixas destinadas a estacionamento de veículos, incorporando ainda áreas panorâmicas. Possui um núcleo de acessos verticais composto por dois elevadores e escada de ligação directa à entrada do átrio do Museu e instalações de apoio.

As *facilities* (infraestruturas) constituem-se, entre outras, em salas de exposição (permanente e temporárias), parte administrativa, centro de pesquisa, auditório e componente de restauração.

O Piso 1 serve, exclusivamente, áreas administrativas e áreas técnicas. A nível de áreas assinalamos: salas de administração e de investigação – catorze salas com cerca de 20m² cada; arquivo e arrumos arqueológicos, 200m².

O Piso 0, onde se situam a exposição permanente do Museu e as salas de exposições temporárias, é estruturado pela rampa/corredor que percorre todo o corpo. No fim do primeiro tramo da rampa forma-se um ponto de ligações. Dá acesso à recepção do sector administrativo, aos espaços exteriores do Museu, ao serviço educativo, ao Piso -1 pela escada, ao auditório, à porta principal do Museu e à escada de ligação á cobertura. O público tem acesso às áreas de bilheteiras/bengaleiros, às instalações sanitárias e à loja. Assinalamos as seguintes áreas: salas e laboratórios, 400m²; serviços educativos (três salas), 100m²; loja e respectivo armazém, 40m² e 60m²; arrumos/armazém 150m²; arquivo, 100m².

A exposição permanente do museu agrupa sete espaços individualizados, estruturados pelo corredor central, onde Ângelo de Sousa intervém com um conjunto de espelhos. No sector Sul, bem como nas três salas das exposições temporárias, existem “frestas” que relacionam o interior com a paisagem; o sector Norte liga com uma área de apoio. O espaço do serviço educativo é um espaço autónomo, vocacionado para actividades variadas, que manifesta uma relação intencional com o exterior.

O auditório é uma ponte entre pisos, permitindo, a ligação ao *lobby* do museu e ao átrio de acesso do restaurante. No restaurante, uma extensa janela panorâmica enquadra o Vale do Douro. Assinalamos as seguintes áreas do Piso -1: restaurante, 412m² (três salas de refeições e um balcão para snacks); área de cozinha, 111m²; área de armazém seco e frio, 20m²; auditório, 137m² com 122 lugares; instalações sanitárias, 28m².

No exterior, o revestimento do edifício, a cor e a textura foram conseguidas através do uso de betão com inertes e pigmentos de xisto e com recurso a moldes realizados sobre as rochas locais. A escolha dos materiais aplicados “seguiu critérios de coerência plástica e formal, procurando conciliar com sistemas de fácil manutenção futura, com investimento inicial reduzido e de rápida e simples execução em obra.” (Rebelo e Pimentel, 2006)

A nível de acessibilidades, foi utilizado o antigo caminho entre Vila Nova de Foz Côa e o lugar do museu, um antigo miradouro. Manteve-se a sinuosidade do caminho rural e o enquadramento da malha dos antigos muros de pedra seca, recuperados. Na envolvente do edificado, foi mantida a flora espontânea, e as culturas de amendoeiras e oliveiras. Foi limpa a ligação pedonal entre o núcleo urbano de Foz Côa e o Museu. O museu dispõe de um heliporto (Baptista, 2012).

De acordo com informação da Fundação, desde a inauguração do museu, que não se tem conhecimento da receção definitiva da empreitada. Tal facto deve-se a divergências entre as diferentes entidades intervenientes, nomeadamente, projetistas, dono de obra e empreiteiro. Neste caso, o dono de obra que na última fase era o IHRU. Diversas anomalias construtivas permanecem por solucionar. A manutenção do edifício tem-se revelado complexa pelo facto das não conformidades da empreitada não terem sido solucionadas.

7.5.2 O espaço expositivo

A musealização, neste longo processo, garantiu sobretudo a preservação de valores estéticos, técnicos, intelectuais, emocionais e simbólicos de um património classificado como Património da Humanidade. Através de uma contextualização e reconstituição reinterpretadas, do lugar e dos sítios, a Arte Rupestre do Vale do Côa ganhou uma nova dimensão, quer como documento, quer como testemunho.

Neste empreendimento, embora a arquitetura tenha assumido um papel central na sua identidade, para a maior parte dos visitantes, a exposição é o Museu. O programa expositivo confinou-se à geometria do edificado, num ambiente onde coexistem informação e entretenimento, onde a interação com o visitante permite uma experiência cognitiva global.

A exposição permanente possibilita um contato mais direto com elementos que testemunham o quotidiano de quem viveu no Vale do Côa no Paleolítico, que testemunham o nascimento do gesto simbólico, o nascimento do gesto técnico, a emergência da cultura e de uma nova relação com a natureza.

O ambiente temático definido fundamentalmente pela arqueologia, coloca-nos a inevitável abordagem de questões como: a imagem, a arte, a cultura, o território e a paisagem. Num exercício conseguido de interdisciplinaridade, deu-se expressão às gravuras do Vale do Côa, acentuando a vertente de um espaço confluência de múltiplas disciplinas, concebido para públicos diversos.

De acordo com o arqueólogo António Martinho Baptista, o Museu do Côa é uma espécie de caixa do tempo que leva o visitante a interrogar-se, uma opção que facilita os sistemas de visualização dos elementos expositivos, nomeadamente, as réplicas (luzes indiretas e rasantes), as imagens acondicionadas em caixas de luz e as produções multimédia. Fez-se um uso alargado dos *media* e tecnologias da comunicação (textuais, gráficos, fotográficos, videográficos e multimédia).

O guião científico é da autoria dos arqueólogos António Martinho Baptista, Thierry Aubry, Alexandra Lima e André Santos.

De acordo com o carácter multidisciplinar do projeto, foram estabelecidos os protocolos com as seguintes universidades portuguesas:

- Universidade do Minho (UM), responsável pela produção de conteúdos de arqueologia, assessoria técnica e fiscalização, sistema de informação e aplicações multimédia;
- Universidade Nova de Lisboa UNL) – Centro de Estudos Comunicação e Linguagem (CECL), responsável pela elaboração implementação de uma Estratégia Comunicacional para o Museu, produção de conteúdos científicos no âmbito de «Arte, Imagem, Linguagem e Cultura»;
- Universidade de Lisboa (UL) - Centro de Estudos Geográficos (CEG), responsável pelo enquadramento geográfico dos vários sítios de Arte Rupestre e das marcas do Passado na paisagem.

O desenho do percurso expositivo é linear. Atravessa sequencialmente os diversos módulos expositivos, composto por sete salas distintas. A sua modulação temática organiza-se em 2 núcleos temáticos: 1 - contextualização e introdução à temática expositiva (3 salas); 2 - tratamento monográfico da temática específica relacionada com a arte rupestre (4 salas). Os elementos expostos são constituídos por peças arqueológicas e elementos textuais, gráficos, fotográficos, videográficos e multimédia. Assim, a estratégia expositiva foi concretizada através de um sistema flexível, baseado numa unidade modular expositiva única com elementos verticais (utilizada soltos ou associados em painéis de grandes com dimensões tipo mosaico) e com elementos horizontais (vitrina/mesa de luz ou na vertical tipo caixa de luz/painel infográfico).

Embora a Arte Paleolítica do Côa seja uma arte da luz - a arte ao ar livre, dentro do museu, a iluminação consistiu na criação de um ambiente de luz ténue propício à atenção. A luz emana das próprias gravuras, ou seja, da representação das próprias gravuras

Salientamos o facto da distribuição elétrica da zona ser irregular; mesmo com os sistemas elétricos instalados, provocam regularmente avarias nos equipamentos audiovisuais.

7.6 Modelo de gestão adotado

O modelo estratégico e operacional adotado para a gestão do Museu do Côa e do PAVC, foi uma Fundação Pública de Direito Privado, com responsabilidades claras na obtenção de mais-valias económicas, sociais e ambientais para a região.

Esta infraestrutura cultural inaugurou acompanhada da curiosidade associada à definição do exercício da sua gestão e uso. Como equipamento, a natureza social e cultural do seu projeto, na ideia e no desenho, na escala local e global, representaram para a tutela e entidades intervenientes do processo, um desafio ao modelo de gestão a seguir. No discurso político regional foi sempre considerado “projeto-âncora”, um produto que reflete a sua importância e centralidade no desenvolvimento da região.

Em Julho de 2010, por Resolução de Conselho de Ministros, foi decidida a criação de uma Fundação para a Salvaguarda e Valorização do Vale do Côa, com o objectivo de gerir de forma integrada o património arqueológico, paisagístico e cultural afeto ao PAVC, convergindo três fatores de desenvolvimento sustentado – a cultura, o turismo e o ambiente. Assim, foram definidos os moldes e a liderança do Côa enquanto destino.

O modelo fundacional visou integrar na gestão do equipamento parceiros locais e comprometê-los com o projeto, dado seu êxito ser indissociável de uma estratégia integrada de desenvolvimento regional, que deveria estar muito além do Município local, tanto mais que o próprio PAVC abrange um território que se divide por Pinhel, Meda e Figueira de Castelo Rodrigo.

A Côa Parque – Fundação para a Salvaguarda e Valorização do Vale do Côa foi instituída a 8 de Março de 2011 e são publicados os respectivos Estatutos - Decreto-Lei n.º 35/2011.

Em Março de 2011, o XVIII Governo Constitucional apresenta a sua demissão ao Presidente da República, suspendendo as nomeações para cargos públicos, onde se insere a nomeação do Conselho de Administração da Fundação. Assim, o Museu do Côa, desde a sua inauguração, foi gerido como serviço dependente pelo IGESPAR até 16 de Setembro de 2011, quando o Secretário de Estado da Cultura do XIX Governo Constitucional, cujo Primeiro-Ministro é Pedro Passos Coelho, “deu posse a um Conselho de Administração (com um presidente executivo e dois vogais não executivos), nascendo então a Fundação Côa/Parque, já criada pelo anterior governo através do Decreto-Lei n.º 35/2011, de 8 de Março. É esta Fundação que

hoje gere esta estrutura, em paralelo com a gestão do PAVC, também entretanto extinto por força do mesmo Decreto, enquanto serviço dependente do IGESPAR” (Baptista, 2012).

São fundadores iniciais da Fundação o IGESPAR, a Entidade Regional de Turismo do Douro, a Administração da Região Hidrográfica do Norte, I. P. (ARH do Norte, I. P.), o município de Vila Nova de Foz Côa e a Associação de Municípios do Vale do Côa. O decreto -lei prevê a possibilidade de existirem novos fundadores que também contribuirão com uma verba para as despesas de funcionamento da Fundação (Decreto-Lei n.º 35/2011 de 8 de Março).

O montante da verba a transferir para a Fundação pelos fundadores iniciais é distribuído de acordo com as seguintes percentagens: IGESPAR, com 55 %; Entidade Regional de Turismo do Douro, com 20 %; ARH do Norte, I. P., com 20 %; município de Vila Nova de Foz Côa, com 4 %; Associação de Municípios do Vale do Côa, com 1 %.” (Decreto-Lei n.º 35/2011 de 8 de Março). A Fundação também obtém receitas através da venda de bilheteira, loja - *merchandising*, concessões, restauração, cedências de espaços, visitas aos Centros de Arte Rupestre, oficinas, serviços educativos, filmagens e fotografias, mecenato e patrocínios, Associações de Amigos e outras fontes.

“A Fundação dispõe, excepcionalmente, e enquanto se justificar, de um mapa de pessoal abrangido pelo regime jurídico da Administração Pública a ser preenchido exclusivamente pelos trabalhadores afectos ao ora extinto PAVC, enquanto serviço dependente do IGESPAR, que venham a transitar para este mapa.” (Decreto-Lei n.º 35/2011 de 8 de Março)

Nesse sentido, é criada a Côa Parque - Fundação para a Salvaguarda e Valorização do Vale do Côa, com o objectivo de gerir de forma integrada o património arqueológico, paisagístico e cultural que lhe está afecto. Trata -se de uma fundação pública, com regime de direito privado, dado que o acto da sua criação é um decreto -lei e que prossegue de modo necessário e imediato tarefas de interesse público, atribuindo a Administração a esta entidade a competência para proceder à gestão do património em questão, existindo uma inteira subordinação dos fins e das actividades da Fundação à definição do interesse público que é efectuada pelos fundadores. Reforça-se a natureza pública desta Fundação pelo facto de a mesma prosseguir os fins e atribuições do extinto PAVC.

Cabe à Côa Parque uma prestação articulada de serviços e a integração do museu em redes nacionais e internacionais que facilitem a difusão alargada da sua pluralidade de significados e o posicionamento inequívoco no circuito cultural regional e global.

Relativamente a aspetos de ordem prática, relativos à gestão corrente e à execução orçamental da Côa Parque, distinguimos duas componentes essenciais: as despesas com pessoal e as

despesas de manutenção ou funcionamento propriamente ditas. As despesas com pessoal, em regra, destinam-se a pessoal com vínculo de trabalho, com remunerações certas e permanentes, bem como aos subsídios de refeição, de férias e de Natal. Nas despesas de funcionamento salientamos as aquisições de bens e serviços relacionados com encargos de instalações, segurança, limpeza e higiene, material de escritório, conservação de bens, comunicações, transportes, seguros, assistência técnica e equipamentos (Serra, 2007). A realidade orçamental da Fundação tem-se revelado de grande fragilidade, em grande medida, pelo facto da sua dependência dos fundadores iniciais, que não têm dado cumprimento à transferência das verbas estipuladas por decreto. Esta circunstância inviabiliza o planeamento anual e plurianual da actividade da fundação. Atualmente estão em risco a remuneração dos funcionários, os serviços mínimos de manutenção e os pagamentos aos fornecedores e à Autoridade Tributária e à Segurança Social. Com efeito, esta instituição cultural, traduz uma situação, sob o ponto de vista financeiro, desajustada da sua intenção inicial e das competências atribuídas.

Concluimos então, que a exploração do equipamento não assegura um nível de auto-sustentabilidade e que o modelo organizacional da Côa Parque, na conjuntura atual, não permite uma gestão dotada de autonomia e de capacidade de decisão concertada com a defesa do interesse público. Não estando a funcionar de acordo com o previsto, tal situação, apesar do esforço e boa vontade da sua direção e funcionários, reflete-se no exercício dos seguintes aspetos funcionais:

- na ação executiva e de gestão financeira – planificação, estratégias e procedimentos, financiamento, recursos humanos, relações com o exterior e comunicação;
- na tutela dos bens – conservação, políticas de salvaguarda dos bens, gestão da informação e do inventário;
- na política de atividades – exposições, serviços educativos, publicações;
- nas instalações – funcionamento e manutenção.

Importa que o museu funcione, mas que funcione bem, cumprindo os objetivos para que foi criado, tendo sempre presente a necessidade de defender o interesse público e a melhoria progressiva do serviço cultural e social que prestam (Serra, 2007).

7.7 Estratégia de comunicação

A constituição das gravuras do Côa em produto cultural e o seu consumo pelos públicos da cultura requereu, desde a constituição do PAVC, a restituição “àquelas meras coisas ou pedras, cobertas de simples riscos, que há muito para ali estavam, a complexidade e o mistério que realmente lhes subjaz. Foi isso que foi preciso comunicar, desde o início, à sociedade e às instituições, para que viesse a existir: em território nacional – o PAVC; no imaginário colectivo (nacional e internacional) – as “gravuras do Côa”; e nos mapas do mundo, o sítio

arqueológico do Vale do Côa” (Cruz, 2011). No fundo, esta comunicação começou, na realidade, com o empenho científico e público inicial, no reconhecimento e classificação deste património.

Os objectivos principais da estratégia de comunicação do Museu do Côa foram os seguintes, de acordo com diferentes âmbitos de comunicação: comunicação museológica - relacionar o arcaico e o contemporâneo; comunicação institucional - reforçar os elementos da relação arcaico/contemporâneo e da linguagem contemporânea, da arquitetura do Museu; constituir o Côa como destino para o público da arte; reforçar a internacionalização do projeto numa lógica global; aproximação do modelo de um museu virtual; *website* da arte do Côa, abrangendo o Parque e o Museu (www.arte-coa.pt); favorecer uma recepção diversificada - exploratória, formativa e lúdica; valorizar e incluir o discurso científico, e relacionar com outros campos do saber; composição de um discurso para públicos concretos e diferenciados, em diferentes formas e níveis de comunicação (Cruz, 2011).

No posicionamento estratégico foram desenvolvidos, conceito, linhas de actuação cultural e comunicação local/nacional/global. A nível da comunicação institucional revelou-se de particular importância a imagem institucional e projeto de *design*. Foi criada uma imagem institucional clara e coerente, em relação com o projeto arquitetónico, o seu conceito e o seu posicionamento cultural.

A imagem institucional e o projeto de *design* basearam-se em diversos elementos e peças comunicacionais. Os Elementos Institucionais consistiram na criação de imagem e de projeto gráfico, criação do logótipo, criação de assinatura, manual de normas e aplicações da imagem institucional, nomeadamente o estacionário (cartões, envelopes, cartas, fax, etc.), criação de um coleção institucional do Museu intitulada “Cadernos do Côa” (uma edição conjunta do IGESPAR e CECL). Foram publicados quatro volumes intitulados “O Museu do Côa” (coordenação João Pedro Cunha Ribeiro), “Alberto Carneiro, Árvore Mandala Para os Gravadores do Côa” (coordenação José A. Bragança de Miranda), “A Arte antes e depois da Arte” (coordenação de Maria Teresa Cruz), “As Origens da Arte” de Michel Lorblanchet, e “Côa-Bartoon” (coordenação de Lúcia Gonçalves de Brito). Foram igualmente produzidos os seguintes Elementos Promocionais: um folheto/brochura desdobrável do Museu, cartazes e de painéis de fachada, anúncios de jornal, dois vídeos promocionais (Spot TV).

Relativamente a Elementos de *Design* de interfaces digitais e de *webdesign*, foram desenvolvidos quer conceito gráfico do *Website* oficial e respectivas aplicações, o *design* de Interfaces para os Pontos de Informação expositivos e a definição visual do *back office* da base de dados. O *website* foi assumido como um instrumento de informação, ligação a redes museológicas similares e internacionalização. Privilegiou na sua elaboração, a boa

estruturação da informação, usabilidade e acessibilidade da informação, coerência dos interfaces e articulação com os outros meios audiovisuais, interactividade com os utilizadores e uma permanente actualização de conteúdos.

Quanto à comunicação de conteúdos, assinalamos que foi decisivo no resultado final a compatibilização dos conteúdos informativos e arquitetura da informação, a nível da exposição, das interfaces, da interactividade e usabilidade, incluindo o *website*.

A produção dos conteúdos do Dicionário Crítico «Arte, Imagem, Linguagem e Cultura», actualmente *on line* no *website* do museu, assume particular relevância, pois extrapola um conjunto de conceitos relevantes para uma contextualização cultural lata e uma recepção contemporânea do espólio do Côa. A redação e edição destes conteúdos obedeceu a diferentes níveis de comunicação, segundo objectivos previamente fixados de comunicação com o público.

No respeitante à divulgação pública, as ações de divulgação realizadas previram a articulação local-nacional-global, associada à circunstância do espólio, enquanto «Património Mundial da Humanidade. Na promoção da abertura do museu, realizaram-se três iniciativas de carácter cultural, relacionadas com a temática da arte do Côa e simultaneamente orientadas para um olhar contemporâneo. Coorganizado pelo MC/IGESPAR e CECL, realizou-se em Lisboa o Ciclo de conferências «A arte Antes e Depois da Arte» compreendendo quatro conferências, com oradores de renome internacional, onde foi abordado o paralelismo entre a noção de «arte pré-histórica» e a noção de «arte pós-histórica» (qualificação dada por vários Historiadores e Teóricos da arte à arte contemporânea).

À escala global, estava previsto o lançamento do «Côa Art's Prize», um concurso de criação digital «Imagens do Côa». Colocado *on line*, o *Website* do museu, divulgaria um *call for works* e um Prémio a atribuir à melhor proposta criativa sobre as «Imagens do Côa». O objectivo era divulgar a existência da arte paleolítica do Côa e incentivar o seu conhecimento e promover a sua entrada no imaginário contemporâneo. Acabou por ainda não ter sido implementado.

À escala regional constitui-se uma estreita ligação entre o museu e a Autarquia, instituições culturais locais. Deu-se início a algumas estratégias de fidelização de públicos locais (por exemplo, no desenvolvimento de serviços educativos para além do contexto escolar).

7.8 Impacto sociocultural

As gravuras rupestres do Côa projectaram a nível mundial o nome da região do Vale do Côa. O PAVC e o Museu do Côa inserem -se nesta área ambiental de características únicas, onde

convergem a cultura, o turismo e o ambiente, factores de desenvolvimento sustentado, indissociáveis, no quadro das políticas europeias do século XXI (veja-se o Decreto-Lei n.º 35/2011 de 8 de Março). Aqui, a salvaguarda do património classificado e a necessidade do cumprimento de serviço público associa-se à dinâmica da Côa Parque, num relacionamento próximo com agentes locais, regionais, nacionais, e até internacionais, articulados com os setores económico, cultural e institucional.

Os impactos socioculturais, como um efeito combinado de fatores sociais e culturais, referem-se a uma multiplicidade de transformações provocadas pelo desenvolvimento da região de implantação do empreendimento estudado. Destacam-se os aspectos positivos e negativos, porém considerando o relativismo do que é benéfico ou prejudicial.

Desde a intenção da sua construção até ao seu funcionamento atual, o museu marca, decisivamente, a vida cultural da região de Foz Côa e do Douro Superior. Decorridos três anos da sua inauguração, a qualidade das instalações, os conteúdos e oferta cultural criou uma relação entre o visitante e o espaço, e entre o visitante e o tempo, o que inevitavelmente privilegia a formação individual e o interesse pelas questões de vivência colectiva. A sua corporeidade e significação, reforçam o reconhecimento da identidade, sociabilidade e participação crítica, desenvolvendo interações com o público e conseguindo gerar a existência de uma ligação continuada no tempo com a população vizinhas e visitantes em geral.

O museu assumiu-se, desde a sua abertura ao público, como um elemento de manifesta complementaridade ao PAVC e como uma inscrição contemporânea na paisagem. Tendo-se disponibilizado ao serviço do território, mesmo com as dificuldades a nível financeiro e de recursos humanos, o museu adotou uma postura catalisadora de potencialidades e dinâmicas, públicas e privadas, de efeitos combinados.

Face ao número de visitantes verificados durante os anos de 2009 (17.606), 2010 (36.127), 2011 (46.397), 2012 (32.629) e 2013 (26.433), o Museu e o PAVC atraíram, e concentraram a atenção do público, apesar da sua descentralidade no território nacional.

O posicionamento da marca Côa - Museu e PAVC, tem-se consolidado através de:

- a identificação do público em geral e da população da região, com o Museu;
- pelo reconhecimento com a produção cultural realizada.

Até 2013 foi o público quem julgou, aprovou e divulgou através da sua participação, reconhecendo o trabalho e o esforço desenvolvido pelas equipas: um trabalho planeado e contínuo, no sentido de reforçar e potencializar este reconhecimento. Trata-se de uma aposta permanente no desenvolvimento humano, social e regional. Podemos concluir que fiel aos

seus propósitos, esta infra-estrutura cultural, através do edifício, da exposição e exposições temporárias, do plano de actividades, enfim, de toda a sua programação, tem conseguido estimular o reconhecimento coletivo, a consciência crítica e os princípios de cidadania na comunidade, através da vivência e leitura do seu património e da sua expressão no território.

Relativamente à estruturação de acções-chave associadas ao desenvolvimento da região, destacamos as seguintes:

- Como símbolo da arte rupestre património da humanidade, o arcaico, a arte, o contemporâneo, a comunicação, a paisagem envolvente, o Douro, o vinho e a vinha, a gastronomia, o ar, a água e a fauna têm sido divulgados baseados numa estratégia de marca Côa, tendo obtido algum reconhecimento significativo a nível nacional e internacional;
- A marca Côa associada a Património Mundial tem-se revelado em atractividade a nível da procura e de gestão do destino;
- Desenvolvimento e operacionalização de produtos integrados dirigidos a diferentes públicos – generalista, famílias, aventureiros, amantes da natureza, amantes do vinho, amantes da gastronomia, etc.. Foram conseguidas algumas parcerias, na ligação ao Douro, às Aldeias Históricas e às quintas e adegas;
- Foi articulado um esforço no sentido da realização da ligação do museu ao rio, de se efectivar um cais de embarque, para os cruzeiros do Douro integrarem o Côa no programa, embora os efeitos ainda não se tenham concretizado;
- A procura turística caracterizou-se, entre outros por famílias, arqueólogos (turismo científico), interessados em arte, arquitetura e comunicação, grupos de excursionistas de carácter cultural e paisagístico, interessados no e vinho e na gastronomia, turistas da natureza (caminhadas, escaladas, *birdwatching*, desportos radicais), desportistas náuticos (vela, canoagem, remo);
- Criou-se uma pequena rede de parcerias a nível de *players* locais - animação, de transportes, alojamento, restauração, património, associações culturais, etc., designadamente, a Universidade da Beira Interior, a Côa Bus, Ravinas do Côa, Sabor, Douro e Aventura, a Quinta do Chão D'Ordem, a Quinta de Pêro Martins, Dourototal, a Cisterna, Miles Lda, Douro Azul, Agrupamento Vertical Escolas Vila Nova de Foz Côa, Associação Luzlinear, Junta de Freguesia de Muxagata, Fundação Rei Afonso Henriques, ACÔA, Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, Cenários D'Ouro e Longomai, Ensiuarda, Centro de Gestão da Empresa Agrícola Entre Douro e Côa.

Esta infra-estrutura mudou a perceção do potencial da região, e a autoestima das populações locais.

Podemos concluir que a expressão concetual unitária, de forma e conteúdos, do Empreendimento do Museu do Côa resultou num valor acrescido ao cenário físico e sociocultural da região (uma região deprimida e cada vez mais despovoada), um contributo inequívoco do património cultural para a sociedade e para o desenvolvimento humano. Contudo, as dificuldades encontradas quer na conclusão da empreitada de construção, quer na operacionalização do modelo de gestão tem revelado dimensões difíceis de compatibilizar com o normal funcionamento desta infra-estrutura colectiva e com os propósitos da sua construção associados a uma excelência científica, uma liderança cultural e a desafios sociais básicos a nível do desenvolvimento local.

Vivemos numa época com recursos limitados para investimentos públicos. Não obstante, o retorno dos investimentos na área da cultura não serem passíveis de uma avaliação com base no cumprimento da evolução da procura expetável aquando da análise prévia à conceção do empreendimento, embora as decisões associadas ao investimento público sejam diferentes das associadas ao investimento privado, reconhecemos que as realidades observadas na exploração deste equipamento público carece de medidas de reajustamento às suas capacidades e necessidades, bem como à sua potenciação quer a nível de manutenção, quer como infra-estrutura destinada à participação ativa no crescimento humano das populações.

7.9 O Empreendimento e os referenciais analíticos

A temática da cultura, da sociedade, dos valores, das instituições, da comunicação e do desenvolvimento sustentado, associadas a práticas de intervenção (que agregaram e deram sentido a um conjunto de acções, despesas e práticas administrativas) contextualizou todo o processo de construção do EMC. Nesta conjuntura, estruturamos os quadros 7.9.1, 7.9.2, 7.9.3, 7.9.4 e 7.9.5, que apresentam a relação nocional de cada um dos conceitos, aprofundados nos capítulos anteriores, e as diferentes fases do empreendimento do caso de estudo.

Quadro 7.9.1 – Resumo da relação nocional de *cultura*/Empreendimento do Côa

<i>Fases do empreendimento</i>	<i>Cultura</i>
Antecedentes	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Identificação dos Sítios Arqueológicos e suas associações: recolha e registo de informação e compreensão do seu significado por técnicos do património e população residente ➤ Transformação a nível institucional e organizativo, associada a novos níveis de reflexão, exercício crítico e de mobilização da opinião pública ➤ Protecção: elemento central de objectivos conjugados do desenvolvimento sustentável
Financiamento e custo global	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Identificação e reconhecimento das obrigações decorrentes duma descoberta patrimonial
Conceção e projeto	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Testemunho da modernidade como tempo de programas e projetos ➤ Exemplo de um percurso e projeto particulares

<i>Fases do empreendimento</i>	<i>Cultura (cont.)</i>
Construção	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Patrimonialização de referentes culturais: discurso arquitetónico de continuidade e mudança ➤ Construção de visões espaciais partilhadas decorrentes da europeização em curso
Edifício	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Criação contemporânea na região: edifício icónico integrado na paisagem ➤ Integração no contexto paisagístico e cultural territorial
Exposição	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Conteúdos ilustram a emergência da cultura e de uma nova relação com a natureza ➤ Conceito alargado de interdisciplinar de património cultural ➤ Promoção do conhecimento, da interpretação interdisciplinar e de síntese científica
Modelo de Gestão	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Integração no contexto socio económico territorial, em continuidade de um processo cultural ➤ Desafio da problemática da sobrevivência do património e conservação adequada ➤ Desenvolvimento de uma pesquisa e protecção arqueológicas sistemáticas ➤ Acentuar o papel estruturante da cultura na região
Estratégia de comunicação	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Desenvolvimento da cultural geral a nível do conhecimento, das mentalidades e da técnica ➤ Promoção da Côa Parque ligada ao uso social da infra-estrutura cultural que é o museu

Quadro 7.9.2 – Resumo da relação nocional de *sociedade*/Empreendimento do Côa

<i>Fases do Empreendimento</i>	<i>Sociedade</i>
Antecedentes	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Processo sociocultural, expressão dos vínculos de uma sociedade ao passado ➤ Resposta aos desafios sociais do presente, na decisão do que permanece no território ➤ Reflexão sobre o equilíbrio conquistado de bens tangíveis e intangíveis ➤ Exercício da democracia: informação, organização e regras
Financiamento e custo global	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Financiamento de um polo cultural reconhecido nacional e internacionalmente ➤ Sentido de responsabilidade partilhada nacional e europeia, com recurso a fundos estruturais
Conceção e projeto	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Expressão material e simbólica dos vínculos de uma sociedade às gerações futuras ➤ Projeto museológico único em proximidade com o contexto natural
Construção	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Recurso à indústria da construção para patrimonialização sustentável de um bem público ➤ Construção assumidamente contemporânea, inserido no ambiente do vale, respeitando os seus valores intrínsecos e o enquadramento legal
Edifício	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Forma de intervenção interdisciplinar que responde às tendências sociológicas atuais ➤ Ciência e técnica, associadas à construção e aos equipamentos instalados no edifício
Exposição	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Conteúdos ilustram a emergência do gesto simbólico, da técnica e da própria cultura ➤ Projeção do passado através de ideias e tendências atuais, relacionando memória e identidade ➤ Inclusão na rede de turismo nacional
Modelo de Gestão	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Valorizar o potencial de uso social, os seus recursos naturais e humanos em termos estratégicos ➤ Conciliação património, paisagem e qualidade de vida ➤ Necessidade de pensar soluções possíveis e caminhos realistas de existência da Côa Parque
Estratégia de comunicação	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Consciência, respeito e discurso inclusivo das relações entre identidade, memória social, meio ambiente e património cultural material e imaterial da sociedade

Quadro 7.9.3 – Resumo da relação nocional de *valores, instituições*/Empreendimento do Côa

<i>Fases do Empreendimento</i>	<i>Valores, Instituições</i>
Antecedentes	<ul style="list-style-type: none"> ➤ O poder público e a participação e opinião pública mediante um património fundador da existência da sociedade ➤ Arbitragem de valores: património (gravuras) <i>versus</i> transformação (construção da barragem) ➤ Legislação pública e cumprimento de procedimentos administrativos
Financiamento e custo global	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Valorização e proteção dos sítios arqueológicos inscritos na paisagem como um bem público ➤ Interesse público como valor, distribuição descentralizada de oferta cultural ➤ Investimento a nível da qualificação de políticas públicas e infraestruturização do território
Conceção e projeto	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Planeamento como atividade ➤ Organização das responsabilidades públicas e institucionais através de um projeto
Construção	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Construção do museu, associada à classificação da Arte Rupestre do Vale do Côa ➤ Território como referencial da intervenção
Edifício	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Valor institucional, constituído como foco catalisador para uma ação comunitária
Exposição	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Reconhecimento dos valores patrimoniais relacionados ➤ Valor instrumental, meio de realizar objectivos sociais: instrução, educação e desenvolvimento de competências particulares
Modelo de Gestão	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Envolvimento e contributo de pessoas e instituições ➤ Valor económico, como possibilidade de uma forma sustentada de obtenção de benefícios, quer pelo Estado, quer por empresários, quer pela população
Estratégia de comunicação	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Valor intrínseco do património e da informação que contém

Quadro 7.9.4 – Resumo da relação nocional de *comunicação*/Empreendimento do Côa

<i>Fases do Empreendimento</i>	<i>Comunicação</i>
Antecedentes	<ul style="list-style-type: none"> ➤ A realização do Empreendimento traduz reconhecimento e comunicação de um bem comum ➤ Papel decisivo da opinião pública e dos <i>mass media</i> no processo
Financiamento e custo global	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Posicionamento e responsabilidade social ➤ Comunicação entre organizações e as entidades financiadoras: Estado Português e FEDER
Conceção e projeto	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Comunicação interna e externa das instituições, consultores e projetista ➤ Adoção de metodologias de convivência e resolução de conflitos no contexto do projeto
Construção	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Comunicação interna e externa entre instituições, projetistas, dono de obra, empresas de fiscalização e controlo, empresas de construção e fornecimento (mão-de-obra, equipamentos e materiais), empresas de manutenção e reparação, e outros ➤ Adoção de metodologias de convivência e resolução de conflitos no contexto da obra

<i>Fases do Empreendimento</i>	<i>Comunicação (cont.)</i>
Exposição	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Unidade de discurso e uniformização da narrativa expositiva ➤ Resultado de um diálogo interinstitucional e interdisciplinar ➤ O “objeto” musealizado (apresentado e interpretado) são os sítios arqueológicos do Côa ➤ Recurso alargado aos <i>media</i> e às tecnologias da comunicação ➤ Exposição dirigida a públicos diversificados, favorecendo possibilidades exploratórias, formativas e lúdicas
Modelo de Gestão	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Fortalecimento de laços e funções sociais ➤ Adoção de metodologias de convivência e resolução de conflitos no contexto das relações internas e externa da Côa Parque, nomeadamente com os fundadores iniciais
Estratégia de comunicação	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Sinergia com desafios sociais e políticos, a nível do governo, das instituições a própria UNESCO ➤ Trabalho em rede com outros empreendimentos relacionados, a nível local e global

Quadro 7.9.5 – Resumo da relação nocional de *desenvolvimento*/Empreendimento do Côa

<i>Fases do Empreendimento</i>	<i>Desenvolvimento</i>
Antecedentes	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Valor/revelação/salvaguarda das gravuras (1949-1998) ➤ Decisão da não construção da barragem e construção do museu: resultado da percepção científica, percepção popular e vontade política ➤ Arbitragem entre dois planos de responsabilidade: qualidade de vida/economia, património/mudança no quadro de vida ➤ Dialética de desenvolvimento, conservação e exigências científicas ➤ Encerramento do CNART (Centro Nacional de Arte Rupestre) ➤ Respeito de competências de todos os agentes públicos, institucionais e privados
Financiamento e custo global	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Concretização de uma política pública nacional e internacional ➤ Promoção do desenvolvimento humano e socioeconómico da região ➤ Recurso a financiamento destinado à cooperação territorial europeia e ao orçamento de Estado ➤ Verbas do FEDER: Programa Operacional Regional do Centro e Plano Operacional da Cultura ➤ Cumprimento dos co-financiamentos do empreendimento
Conceção e projeto	<ul style="list-style-type: none"> ➤ .Conceção de um projeto interdisciplinar numa paisagem de confluência de dois Patrimónios da Humanidade: o Douro Vinhateiro e a Arte Rupestre do Côa ➤ Administração global da imagem e <i>design</i>, e implantação do edifício no espaço
Construção	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Construção do empreendimento entre 2007 e 2010; os prazos da empreitada não se cumpriram ➤ Impactos nas relações sociais, no meio ambiente, na economia e nas relações políticas da comunidade gerados pela construção do empreendimento
Edifício	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Localização/projeto/construção do edifício (1998–2010) ➤ Unidade de conceção e relação intensa com o meio circundante ➤ Soluções resultantes do exercício da interdisciplinaridade e de opções infra-estruturantes ➤ Obra arquitectónica contemporânea – arquitetura próxima do critério de monumentalidade

<i>Fases do Empreendimento</i>	<i>Desenvolvimento (cont.)</i>
Modelo de Gestão	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Gestão/protecção do património classificado (2011-2013) ➤ Avaliação da sustentabilidade das iniciativas culturais, das suas correlações com a sociedade, com o meio ambiente e das interacções políticas e económicas ➤ Valorização das potencialidades do património cultural enquanto fator económico sustentável ➤ Avaliação dos efeitos de empreendimento quantitativa e qualitativamente a nível social
Estratégia de comunicação	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Inscrição das gravuras na lista do Património da Humanidade ➤ Inclusão nos circuitos de turismo em geral e também turismo cultural ➤ Estratégia de marketing cultural adoptada para a promoção turístico-cultural da área arqueológica junto de população local e turistas

No processo do EMC, destacam-se pela positiva:

- A Resolução do Conselho de Ministros n.º 42/96 de 16 de Abril, na qual aparece expressa a intenção de edificar um Museu no Vale do Côa;
- As opções infraestruturantes de carácter regional e nacional que presidem a construção do Empreendimento;
- O co-financiamento da obra pelo FEDER, Fundo Europeu para o Desenvolvimento Regional, através do Programa Operacional Regional do Centro e Programa Operacional da Cultura, cujos requisitos foram cumpridos;
- O Empreendimento como exemplo de uma dinâmica de identificação, estudo, interpretação, protecção, conservação e apresentação de um património cultural, com consequências e responsabilidades a nível individual, social e político;
- O papel decisivo no processo de três níveis de atores – comunidade profissional, decisores políticos e cidadãos em geral;
- A assunção pelo Estado da responsabilidade, a nível da cultura e do ordenamento do território, nacional e internacional, de promover um exercício de qualidade: a construção de um edifício, numa paisagem com valor patrimonial de excepção, confluência de dois Patrimónios da Humanidade – o Douro Vinhateiro e a Arte Rupestre do Vale do Côa.

Destacam-se pela negativa:

- O tempo decorrido entre o início do processo até à inauguração do museu, corresponder ao exercício de seis Governos Constitucionais e aos mandatos de oito Ministros da Cultura;
- Os efeitos da reestruturação dos serviços da Administração Pública na qualidade e na conclusão do empreendimento;
- Os efeitos da reestruturação dos serviços da Administração Pública no modelo de financiamento e de gestão adotados e consequente falta de meios para a exploração e manutenção do empreendimento;

- Falta de centralidade a nível nacional;
- A verificação de uma diminuição de visitas nos últimos dois anos, devido à conjuntura internacional e à insuficiente divulgação do Côa como destino turístico;
- Recursos humanos insuficientes para o horário atual de funcionamento da Côa Parque.

Identificamos igualmente as seguintes necessidades:

- Integração do EMC numa estrutura integrada de gestão e exploração, em rede, dos recursos turístico-culturais do Alto Douro Vinhateiro / Douro Superior;
- Implementação de marketing cultural e de regular dinamização cultural da área de influência do EMC;
- Criação de produtos turísticos colaterais que criem ligações diretas entre o museu e a produção artesanal local, as tradições populares, as raízes culturais e as atividades económicas tradicionais;
- Monitorização e otimização dos benefícios culturais e socioeconómicos diretamente ou indiretamente ligados à presença do museu e dos sítios arqueológica (e atividades turísticas nela desenvolvidas) para a população residente;
- Uma maior integração e articulação das atividades desenvolvidas pela Fundação no processo de desenvolvimento cultural e socioeconómico local;
- Constituição de uma estrutura de investigação, com o indispensável enquadramento institucional, associada ao museu.

8 CONCLUSÕES

8.1 Principais conclusões do trabalho

O património integra o nosso presente contínuo, na medida em que vivemos diariamente a nossa herança genética, educativa, ambiental e cultural. Constatamos que o movimento contínuo da História se materializa em adições e subtracções constantes, introduzidas pelo homem, com uma expressão última acumulativa no território. Com efeito, a constituição de um património manifesta uma consciência e uma intencionalidade num contexto específico, numa coerência entre vontade e atos, numa escolha e opção que dá lugar ao passado, num contexto futuro.

No historial do EMC, correspondente a uma resenha de acontecimentos e práticas específicas que corporizam a estrutura e o contexto do objeto estudado, verificámos o seguinte:

- Como exemplo, engloba tudo o que testemunha cultura, mentalidades, modos de vida e vínculos profundos do homem à natureza e ao desejo de um desenvolvimento sustentado, sendo uma mais-valia local e nacional;
- Teve origem numa perceção arqueológica/científica, numa perceção popular e numa vontade política e da salvaguarda de um património, assumindo um papel central na identidade local e na oportunidade de desenvolvimento ligado às tradições e a produções regionais de qualidade;
- O Estado considerou o museu e os sítios arqueológicos como um recurso do território, potenciador de possibilidades em termos de políticas estruturais;
- O facto de o projeto e a empreitada de construção desta obra pública se realizarem num período de reforma da Administração Pública, de incerteza e adversidades conjunturais nacionais e globais e, em simultâneo, terem que cumprir os prazos exigidos pelo co-financiamento Comunitário, motivaram um grau de desorganização e ineficácia nalguns dispositivos de coordenação e de acção, nas fases de conceção, projeto, construção e exploração, com possíveis;
- A importância da “engenharia cultural” na concretização e conclusão deste projeto sociocultural; através de uma abordagem transdisciplinar, de uma articulação institucional e no interior das equipas, conseguir ultrapassar os conflitos e as divergências surgidas ao longo do processo e, simultaneamente, se contribuir para a identificação dos problemas e para a construção das suas soluções.

Consideramos indispensável e oportuno:

- Um reajustamento do modelo de gestão estratégica traçado para a Fundação Côa Parque - criar condições de funcionamento e garantir a sustentabilidade técnica, com reforço dos recursos nas áreas de manutenção de equipamentos e das instalações e também no acolhimento do público;
- Que qualquer modelo de estratégia para a Fundação considere uma análise das dinâmicas regionais, o processo evolutivo dos hábitos de vida, da produção, do consumo e das estruturas culturais, compatibilizando os interesses geracionais e a conjuntura sócio financeira nacional e internacional;
- Que os compromissos assumidos se traduzam em ações concretas no terreno, de forma a, num futuro próximo, serem visíveis os progressos alcançados a nível local, regional, nacional e internacional.

Com efeito, vivemos na era da globalização, onde as pessoas se encontram atomizadas nas suas identidades individuais e coletivas. Neste contexto, consideramos fundamental o traçado de vetores de estimulação que direcionem a ação para atividades e parcerias estratégicas que permitam a superação do indivíduo e a sua abertura aos outros e à sociedade. Atribuímos uma mais-valia à intenção de cooperação em rede, no plano institucional regional, nacional e internacional, em atividades patrimoniais e ambientais, com o propósito de se ultrapassar os desafios da mundialização e das mudanças tecnológicas.

Assim, neste Empreendimento, terminada a fase de construção, novos atores têm que dar continuidade ao processo, na fase de exploração e manutenção. No sentido de se aumentar a eficácia da atuação desta infraestrutura cultural, a promoção e difusão de conhecimento, o estímulo ao desenvolvimento e a adoção de práticas positivas (mobilizadoras, integradoras e modernas), concluímos serem indispensáveis quatro vetores estruturais para a Côa Parque – museu e sítios arqueológicos. Estes quatro vetores (de acordo com o Quadro 8.1 - Definição de vetores estruturais para o Empreendimento do Côa) são caracterizados através de objetivos estratégicos e operacionais que se traduzem em sete ações (todas com importância e papéis precisos como fatores de grupo):

- Participação em processos chave de interesse coletivo e identitário;
- Conetividade e articulação regional;
- Mecanismos de referência e acesso ao conhecimento;
- Análise e avaliação de resultados da construção do Empreendimento.

Quadro 8.1 – Definição de vetores estruturais para o Empreendimento do Côa

VETORES	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	OBJETIVOS OPERACIONAIS	AÇÕES
I. Participação em processos de interesse coletivo e identitário	Iniciativa, participação e cooperação de âmbito local, regional e global	Gerir de forma integrada o património arqueológico, paisagístico e cultural afeto à Fundação Difusão de saberes e posicionamento no circuito cultural regional e global	<i>Captação de públicos através de ações de marketing nacional e internacional e da criação de uma rede de contactos nacional e internacional</i> <i>Presença na web</i>
II. Conetividade e articulação regional	Contribuir para a equidade territorial, sustentabilidade produtiva e a coesão social Potenciar parcerias estratégicas	Desenvolver programas de incentivo de parcerias com instituições pares e com o tecido social e empresarial da região (articulação com os <i>stakeholders</i>) Emitir pareceres sobre intervenções em sítios ou áreas com bens arqueológicos	<i>Oferta de serviços associados à criatividade e à defesa da cultura local e regional</i> <i>Estabelecer parcerias fortes locais que criem valor acrescentado ao serviço público</i>
III. Mecanismos de referência e acesso ao conhecimento	Afirmar-se como espaço de conhecimento, consenso e inovação Funcionar em rede com outros equipamentos culturais	Oferta de serviços na área do conhecimento, da inovação, da educação e de uma sociedade digital Inclusão em redes de especialidade a nível nacional e a nível global	<i>Exposições, eventos internacionais, serviços educativos e publicações</i> <i>Presença na web</i> <i>Gestão da informação e inventário associado à criação do um Centro de Arte Rupestre</i>
IV. Análise e avaliação de resultados da construção do Empreendimento	Gestão da infraestrutura Identificação dos valores sociais e económicos da infraestrutura	Monitorização da construção/edifício a nível da manutenção/reparação e da reabilitação/substituição Medição do impacto social do empreendimento	<i>Sistema de inspeção periódica do edifício/instalações</i> <i>Elaboração e análise de um sistema de indicadores</i>

8.2 Propostas para desenvolvimentos futuros

Como sugestões para a continuação do presente trabalho, propomos a criação de um sistema de indicadores que possibilitem uma avaliação do impacto do EMC na sociedade e na região. Os indicadores deverão contemplar a gestão, a qualidade e a vida útil da construção, bem como os valores sociais e económicos da infraestrutura na região. Esses indicadores deverão integrar os três vectores de crescimento identificados a nível da União Europeia e a nível nacional para o período 2014-2020:

- Crescimento inteligente - conhecimento, inovação, educação e sociedade digital;
- Crescimento sustentável – aparelho produtivo *versus* recursos, competitividade;
- Crescimento inclusivo – mercado de trabalho, qualificações, luta contra a pobreza.

BIBLIOGRAFIA

- Abecassis, F., Cabral, N. (2000). “Análise Económica e Financeira de Projectos”. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- Abril, G. (2010). “Cultura”. Dicionário Crítico de Arte, Imagem. Linguagem e Cultura, CECL, Lisboa.
- Albuquerque, L. A. (2011a). “A cultura como categoria de intervenção pública no tempo e no território”. Tese de Doutoramento em Sociologia/ Cultura, Diferença e Território, Faculdade de Letras, Universidade do Porto.
- Albuquerque, L. A. (2011b). “Política cultural: conceitos e tipologia”. Cadernos PAR 4, março.
- Álvares, C. (2010a). “Globalização”. Dicionário Crítico de Arte, Imagem. Linguagem e Cultura, CECL, Lisboa.
- Álvares, C. (2010b). “Transculturalismo”. Dicionário Crítico de Arte, Imagem. Linguagem e Cultura, CECL, Lisboa.
- Arendt, H. (2006). “Entre o Passado e o Futuro, Oito exercícios sobre o Pensamento Político”. Relógio D’Água, Lisboa.
- Baptista, A.M. (2009). “O Paradigma Perdido. O Vale do Côa e a Arte Paleolítica de Ar Livre em Portugal”. Edições Afrontamento/PAVC, Porto.
- Baptista, A.M. (2012). “Museu do Côa”. Informação ICOM.PT, Série II, nº 16, pp. 11-17.
- Bento, V. (2011). “Economia, Moral e Política”. Relógio d’Água Editores, Lisboa
- Bessa, D., Estanque, E., Cabral, M. V., Barros P. P. B. (2013). ”25 Anos de Portugal Europeu, Comentários ao Estudo”. FFMS, Lisboa.
- Bindé, J. (2002). “As chaves do Século XXI”. Editora Piaget, Brasil.
- Bindé, J. (2007). “Rumo às Sociedades do Conhecimento”. Editora Piaget, Brasil.
- Bourdieu, P. (1988). “Cosas dichas”. Gedisa, Buenos Aires.
- Brant, L. G. (2004). “Mercado Cultural”. Escrituras, São Paulo.
- Brito, L. G. (1994). “Património e *Mass Media*”, 2ºENCORE – Encontro sobre Conservação e Reabilitação de Edifícios, LNEC, Lisboa.
- Brito, L. G. (2010). “DRCLVT - Área dos Museus e da Conservação e Restauo, Programa Estratégico”. DRCLVT, Lisboa.
- Brito, L. G. (2011). “Um Museu na paisagem”. Revista Património Estudos, Nº 11, pp. 21-25.
- Brüseke, F. J. (2011). “Uma vida de exercícios: a antropotécnica de Peter Sloterdijk”. Revista Brasileira de Ciências Sociais, Vol. 26, nº 75, São Paulo.

- Busino, G. (1999). "Enciclopédia Einaudi: Sociedade - Civilização". Vol. 38, INCM – Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa.
- Cádima, F. (2010). "A Televisão, o Digital e a Cultura Participativa". Media XXI, Lisboa.
- Cardoso, G. (2013). "A Sociedade dos Ecrãs". Tinta da China, Lisboa.
- Cardoso, G.; Espanha, R.; Lapa, T. (2008). "Dinâmica familiar e interação em torno dos *media*: autonomia dos jovens, autoridade e controlo paternal sobre os *media* em Portugal". VI Congresso Português de Sociologia, UNL, Lisboa.
- Carrilho, M. (2013). "Cultura viva, cultura-mundo". Jornal DN, Opinião, 19 setembro.
- Castells, M. (2013). "O poder da comunicação". Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- Castells, M., Caraça, J., Cardoso, G. (2013). "Rescaldo e Mudança - as Culturas da Crise Económica". Esfera do Caos, Lisboa.
- Clements, J. P., Gido, J. (2009). "Effective Project Management". South-Western Cengage Learning, USA.
- Costa, A. F. (1997). "Políticas culturais: conceitos e perspectivas". Revista OAC/OBS, n.º 2.
- Cruz, T. (2011). "Comunicação, Cultura e Arte: A Comunicação do Património Mundial no Museu do Côa". Revista Património Estudos, Nº 11, pp. 21-25.
- Dequech, D. (2009). "Institutions, social norms, and decision-theoretic norms". Journal of Economic Behavior and Organization, 72, pp. 70-78.
- Dequech, David (2006), "The New Institutional Economics and theory of behaviour under uncertainty", Journal of Economic Behaviour and Organization, 59, pp. 109-131.
- Dubois, V. (1999). "La politique culturelle – genèse d’une catégorie d’intervention publique". Editions Belin, Paris.
- Espanha, R., Cardoso, G., Soares, L. (2006). "Do multimédia à comunicação Wireless: as dietas de *media* portuguesas". A Sociedade em Rede, Do Conhecimento à Acção Política, Debates, Presidência da República.
- Esteves, J. (2011). "Sociologia da Comunicação". Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- FCG, (2007). "Que Valores para este tempo?". Gradiva, Lisboa.
- Featherstone, M., Lash, S., Robertson R. (1995), Global Modernities. London: Sage.
- Ferrão, J. (2000). "A Geografia do país. JANUS 99-2000 – Anuário de Relações Exteriores". Público e Universidade Autónoma de Lisboa, Lisboa.
- Ferrão, J. (2011). "O Ordenamento do Território como Política Pública". Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- Ferreira, G. B. (2009). Comunicação, *Media* e Identidade: Intersubjectividade e Dinâmicas de Reconhecimento nas Sociedades Modernas". Colibri, Lisboa.
- Filosofiahoy @ (2012). <http://www.filosofiahoy.es/>. "Morin: La esperanza es necesaria". Entrevista com Pepa Castro.
- Flyvbjerg, B. (2006). "Five Misunderstandings About Case-Study". Quality Inquiry, Vol. 12, Nº 2 pp. 219-245.

- Fortuna, c. (2002). “Culturas urbanas e espaços públicos: Sobre as cidades e a emergência de um novo paradigma sociológico”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 63, pp. 123-148.
- Furtado, C. (1964). “Dialética do Desenvolvimento”. Fundo de Cultura, Rio de Janeiro.
- Geertz, C. (1973). “A interpretação das Culturas”. Zahar, Rio de Janeiro.
- Guareschi, P. (2003). “Os construtores da informação: meios de comunicação, ideologia e ética”. Vozes, Petrópolis.
- Habermas, J. (1990). “O Discurso Filosófico da Modernidade”. Publicações D. Quixote, Lisboa.
- Hall, E. T. (1966). “A dimensão oculta”. Relógio de Água, Lisboa.
- Halpin, D. W., Senior, B. A. (2012). “Construction Management”. John Wiley & Sons, NJ.
- HDR @ (2010). <http://hdr.undp.org/>. United Nations Development Programme / Human Development Reports.
- Hendrickson, C., Au, T. (1989). “Project Management for Construction: Fundamental Concepts for Owners, Engineers, Architects and Builders; Prentice-Hall International Series in Civil Engineering and Engineering Mechanics”. Prentice Hall College Div, NJ.
- Hessel, S., Morin, E. (2011). “Le Chemin de l'espérance”. Editions Fayard, Paris.
- IGESPAR. (2009). “Nota Introdutória”. *Cadernos Côa*, Vol.01, pp.9-10.
- Innerarity, D. (2009). “A Sociedade Invisível, Como observar e interpretar as transformações do mundo actual”. Teorema, Lisboa.
- IPA (2004). “Museu de Arte e Arqueologia do Vale do Côa - Concurso para o Projecto”. LIBRUS /IPA, Lisboa.
- Judt, T. (2010). “O Século XX Esquecido – Lugares e Memórias”. Edições 70, Lisboa.
- Keesing, R. M. (1974). “Theories of culture”. *Annual Review of Anthropology*, pp. 73-97.
- Kerstenetzky, C. L., Neves, V. (2012). “Economia e Interdisciplinaridade(s)”. Edições Almedina SA, Coimbra.
- Kraidy, M. M. (2005). “Hybridity: The Cultural Logic Of Globalization”. Temple University Press, Philadelphia.
- Kroeber, A. L. (1952). “Culture: A Critical Review of Concepts and Definitions”. Vintage Books, New York.
- Kuper, A. (2000). “Culture: the anthropologist's account”. Harvard University Press, Cambridge.
- Lamas, A. (2013). “O Modelo da Parques de Sintra-Monte da Lua é aplicável em Belém”. *Jornal Público*, 30 de Outubro, p.47.
- Landowski, E. (1980). “L'opinion publique et ses porte-parole”. Centre National de la Recherche Scientifique, Paris.
- Le Goff, J. (1997). “Enciclopédia Einaudi: Memória - História., Vol. 1, INCM – Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa, p. 46
- Leroi-Gourhan, A. (1964). “Le geste et la parole. Technique et langage”. Albin Michel, Paris.
- Lévy, P. (1995). “As Tecnologias da Inteligência”. Piaget, Lisboa.

- Lipovetsky, G. (1989). "A Era do Vazio". Relógio d' Água, Lisboa.
- Lipovetsky, G., Serroy, J. (2010). "A Cultura-Mundo, Resposta a uma Sociedade Desorientada". Edições 70, Lisboa.
- Loomes, G. (1999). "Some Lessons from Past Experiments and Some Challenges for the Future". *The Economic Journal*, 109, pp. 35-45.
- Lopes, H. (2010). "O Guru da Nação". *Revista Cx*, 2ª edição, Outubro-Dezembro de 2010, pp. 54-59.
- Lotman, I. M., Escuela de Tartu (1979). "Semiótica de la cultura". Cátedra, Madrid.
- Mateus, A. (2010). "Ao contrário das outras, que eram crises de insuficiência de despesa, esta é uma crise de despesa a mais". *Revista Ingenium* N.º 120, pp. 60-64.
- Mateus, A., & Associados (2013). "25 Anos de Portugal Europeu, a Economia, a Sociedade e os Fundos Estruturais". FFMS, Lisboa.
- McLuhan, M. (2005). "Understanding *Media*: The Extensions of Man".
- Menezes, M. (2010). "Velocidade". *Dicionário Crítico de Arte, Imagem. Linguagem e Cultura*, CECL, Lisboa.
- Miranda, J. B., Cascais, A.F. (2010). "Cultura". *Dicionário Crítico de Arte, Imagem. Linguagem e Cultura*, CECL, Lisboa.
- Mollard, C. (2012). "L'ingénierie culturel". PUF, Paris
- Morin, E. (1973). "Le paradigme perdu: la nature humaine". Editions du Seuil, Paris.
- North, D. (2005). "Understanding the Process of Economic Change". Princeton University Press, Princeton e Oxford.
- Parque Expo 98 (2002). "Gestão Urbana". Parque Expo 98, SA, Lisboa.
- Peixoto, P. (2000). "O Património Mundial como Fundamento de uma Comunidade Humana e como Recurso das Indústrias Culturais Urbanas". Oficina do CES 155, Coimbra.
- Pinto Ribeiro, A. (2013). "Não há mercados, há interesses". *Jornal Público*, 11 de outubro.
- Pmbok (2008). "A Guide to the Project Management Body of Knowledge". Project Management Institute, Inc., Pennsylvania.
- PNUD @ (2013). <http://www.pnud.org.br/>. Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas.
- Pool, I. S. (1983). "Technologies of Freedom". Belknap Press, Cambridge.
- Poster, M. (2000). "A segunda Era dos *Media*". Celta, Oeiras.
- Prieto, L. (2001). "Economia del Patrimonio Histórico". *Revista ICE*, nº 792, pp. 151-167.
- Prigogine, I., Morin, E. (1998). "A Sociedade em Busca de Valores". Instituto Piaget, Lisboa.
- QREN @ (2007). <http://www.qren.pt/>. Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN).
- Ramonedá, J. (2013a). "Llámalo comunicación" *Jornal El País/Cultura*, 10.08.2013.
- Ramonedá, J. (2013b). "La izquierda debe mirar a los ojos de la gente". *Revista lecturassumergidas.com*, Entrevista com Emma Rodriguez.
- Real, F. (2011). "Dados essenciais do Parque Arqueológico do Vale do Côa (1989 - 2011)". *O Arqueólogo Português, Série V*, 1, pp. 205-228.

- Rebelo, C., Pimentel, T. (2004). “Memória Descritiva, equipa Concorrente ao Museu de Arte e Arqueologia do Vale do Côa”.
- Rebelo, C., Pimentel, T. (2005). “Memória Descritiva do Anteprojecto do Museu de Arte e Arqueologia do Vale do Côa”.
- Rebelo, C., Pimentel, T. (2006). “Memória Descritiva do Projecto Geral de Arquitectura da Fase de Projecto de Execução do Museu de Arte e Arqueologia do Vale do Côa”.
- Reis, J. (2009). “Ensaio de Economia Impura”. Edições Almedina SA, Coimbra.
- Rheingold, H. (1997). “A Comunidade Virtual”. Gradiva, Lisboa.
- Ribeiro, J.C. (2009). “Vale do Côa. Velhos e novos desafios para um património que nos transcende”. Cadernos Côa, Vol. 01, pp.15-18.
- Ricoeur, P. (1986). “Du texte à l’action, essais d’herméneutique II”. Editions du Seuil, Paris
- Rodrigues, A., Dionísio, E., Neves, H. (1981). “Comunicação Social e Jornalismo”. A Regra do Jogo, Lisboa.
- Rosa, J. M. (2010). “Cibercultura”. Dicionário Crítico de Arte, Imagem. Linguagem e Cultura, CECL, Lisboa.
- Rosa, M.J., Chitas, P. (2010). “Portugal: os Números”. FFMS, Lisboa.
- Santos, B. S. (1994). “Pela mão de Alice, O Social e o Político na Pós-Modernidade”. Edições Afrontamento, Porto.
- Santos, M. L. L. (1998). “As políticas culturais em Portugal”. Observatório das Actividades Culturais, OBS-Pesquisas nº 3.
- Santos, M. L. L. (2007). “Políticas Culturais em Portugal”. V Campus Euroamericano de Cooperação Cultural, Almada.
- Saraiva, A. J. (1993). “A Cultura”. Difusão Cultural, Lisboa.
- Serra, F. (2007). “Práticas de Gestão nos Museus Portugueses”. Universidade Católica, Lisboa.
- Silva, A. S. (2003). “Como classificar as políticas culturais? Uma nota de pesquisa”. Observatório das Actividades Culturais, OBS, nº 12.
- Sloterdijk, P. (1999). “No Mesmo Barco – Ensaio Sobre a Hiperpolítica”. Estação Liberdade, São Paulo.
- Sloterdijk, P. (2009) “Du musst Dein Leben ändern. Über Antropotechnik Você precisa de mudar a sua vida. Sobre antropotécnica).”. Suhrkamp, Frankfurt.
- Stoetzel, J. e Girard, A. (1979). “Les sondages d’opinion publique”. PUF, Paris.
- Teles, A. (2009). “A Dimensão Cultural da Política Externa Portuguesa: Da década de noventa à actualidade” Dissertação de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- Thompson, J. B. (1995). “The *Media* and Modernity: A Social Theory of the Media”. Stanford University Press, USA.
- Todorov, T. (2012). “Os inimigos íntimos da Democracia”. Companhia das Letras, São Paulo.
- UNESCO (1945). “Constitution of the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization”. UNESCO, Londres.

- UNESCO (1982). “Mexico City Declaration on Cultural Policies”. UNESCO, Paris.
- UNESCO (1997), “Nossa Diversidade Criativa: Relatório da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento”. Papyrus, Brasília
- Valéry, P. (1960). “Variété IV”. Gallimard, Paris.
- Williams, R. (1976). “Culture”. Fontana, Londres.
- Wisocki, R. K. (2009). “Effective Project Management – Traditional, Agile, Extreme”. Wiley Publishing, Inc., Indianapolis.
- Xerardo, P. (2009). “Turismo Cultural - Uma visão antropológica”. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural, nº2.

ANEXO A

FICHA TÉCNICA

EMPREENDIMENTO DO MUSEU DO VALE DO CÃO

Decreto-Lei nº96/2007 de 29 de Março e Portaria nº376/2007 de 30 de Março

JÚRI DO CONCURSO PARA O PROJECTO

IPA - Fernando Real, *Presidente*, IPPAR – João Belo Rodeia, IPM – João Herdade, CMVNFC – Sotero Ribeiro, OA – Amâncio Alpoim Guedes, APAP – João Gomes da Silva, Convidado – Gonçalo Byrne

FINANCIAMENTOS COMUNITÁRIOS

FEDER – Fundo Europeu para o Desenvolvimento Regional:
CCDR/Programa Operacional da Região Centro
MC/ Programa Operacional da Cultura

GRUPO DE TRABALHO PARA A INSTALAÇÃO DO MUSEU

Despacho n.º 25/MC/2007, de 1 de Agosto de Sua Excelência a Ministra da Cultura
Ministério da Cultura/IGESPAR - Fernando Real
Ministério da Cultura/IGESPAR - Filipe Serra
Ministério da Cultura/DRCLVT - Lúcia Gonçalves de Brito
Ministério da Cultura/DRCN - Paula Silva

CONSULTORIA DE MUSEOGRAFIA /CONSERVAÇÃO

Ministério da Cultura/IMC - Maria Isabel Silva

EDIFÍCIO

CONSÓRCIO DE PROJECTO

Pedro Tiago Pimentel
Camilo Rebelo
G.O.P - Gabinete de Organização e Projetos, Lda.

ARQUITECTURA

Pedro Tiago Pimentel

Camilo Rebelo

Sandra Filipe Barbosa

COORDENAÇÃO: Pedro Tiago Pimentel

COLABORADORES: Bruno Guimarães, Cláudio Reis, Marcelo Correia, Cristina Chicau

ESPECIALIDADES

G.O.P - Gabinete de Organização e Projetos, Lda.

COORDENAÇÃO: Jorge Nunes da Silva

Fundações e Estruturas; Acessos Rodoviários, Pedonais e Aéreos; Segurança e Saúde

Jorge Nunes da Silva, Ana Silva, Magno Costa, Marcos Árias Otero

Instalações e Equipamentos:

Elétricos e Gestão Técnica Centralizada; Telecomunicações e Audiovisuais; Ascensores e Monta-Cargas; Segurança contra Risco de Incêndio e de Intrusão; Instalações Elétricas e Telecomunicações – Via de Acesso

Alexandre Martins, Fernando Aires, Cândida Azevedo, Noémia Leite Pereira, Carlos Miranda, Pedro Barreira, Hélder Morgado

Instalações Mecânicas; AVAC; I. de Controlo de Fumos e Monóxido de Carbono; I. de Infraestruturas da Rede Interna de Gás; Estudo de comportamento térmico

Raul Bessa, Pedro Sequeira, Pedro Saraiva

Redes Hidráulicas

Raquel Fernandes, Galina Gavrish, Cidália Palhares, Maria José Batista

Condicionamento Acústico

Maria Rosa Sá Ribeiro

Arranjos Exteriores e Arquitetura Paisagística

Manuel Melo, Maria João Trigo

ARTISTA CONVIDADO

Ângelo de Sousa

COORDENAÇÃO EXECUTIVA

MC/ DRCN - Paula Silva

MC/IGESPAR - Fernando Real

CONSTRUÇÃO

MonteAdriano – Engenharia e Construção, S. A.

DIRECÇÃO DE OBRA: Marco Cajeira

COLABORADORES: Isabel João Pereira, Mário Patrão

FISCALIZAÇÃO FASE DE PROJECTO

Consulbarra, Serviços de Engenharia, Lda

FISCALIZAÇÃO DO EDIFÍCIO

Fase de concurso

DGMEN/IHRU, Afonso Mira, Jorge Rebocho

Fiscalização da obra

DGMEN/IHRU

Afonso Mira, Luís Ribeiro, António Roseiro, António Monteiro, Gabriel Silva

Acompanhamento/Fiscalização

Cinclus, Planeamento e Gestão de Projetos, SA

SECTOR EXPOSITIVO

COORDENAÇÃO CIENTÍFICA - João Pedro Cunha Ribeiro

COORDENAÇÃO EXECUTIVA - Fernando Real

GESTÃO /PROCEDIMENTOS LEGAIS E FINANCEIROS - Filipe Mascarenhas Serra

ESTRATÉGIA CULTURAL- Lúcia Gonçalves de Brito

CONSULTORIA DE MUSEOGRAFIA/CONSERVAÇÃO - Maria Isabel Silva

GUIÃO

PAVC - António Martinho Baptista, André Tomás Santos, Thierry Aubry, Alexandra Cerveira Lima

ARQUITECTURA

Pedro Tiago Pimentel, Camilo Rebelo, Sandra Filipe Barbosa

COORDENAÇÃO: Pedro Tiago Pimentel

COLABORADORES: Bruno Guimarães, Cláudio Reis, Marcelo Correia, Cristina Chicau

ESPECIALIDADES

Instalações e Equipamentos de Iluminação, Audiovisuais e Multimédia

Alexandre Martins, Cândida Azevedo

Consultadoria de âmbito museológico

António Nabais, António Faustino Carvalho

CONTEÚDOS

PAVC - Parque Arqueológico do Vale do Côa

COORDENAÇÃO: Alexandra Cerveira Lima

EQUIPA: António Martinho Baptista, André Tomás Santos, Thierry Aubry, Luís Luís, Jorge Sampaio

COLABORADORES: António Batarda, Carla Magalhães, Dalila Correia, Fernando Barbosa, Mário Reis, Marta Mendes, Rosa Jardim

CEG - Centro de Estudos Geográficos, Departamento de Geografia, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

COORDENAÇÃO CIENTÍFICA: Ana Ramos Pereira

UAUM – Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho

COORDENAÇÃO CIENTÍFICA: José Meireles

CECL/UNL - Centro de Estudos Comunicação e Linguagem, Universidade Nova de Lisboa

COORDENAÇÃO: José Bragança de Miranda

ARTISTA CONVIDADO

Alberto Carneiro

FOTOGRAFIA E DESENHO

FOTOGRAFIA: Arquivo do ex-Centro Nacional de Arte Rupestre e do Parque Arqueológico do Vale do Côa

DESENHO: Arquivo do ex-Centro Nacional de Arte Rupestre Parque Arqueológico do Vale do Côa

PRODUÇÃO

COORDENAÇÃO: Paulo Bernardes

PRODUÇÃO DAS APLICAÇÕES MULTIMEDIA

COORDENAÇÃO: UAUM – Paulo Bernardes

PROGRAMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO MULTIMEDIA

COORDENAÇÃO: UM/CCG – Luís Almeida

COLABORAÇÃO: CICANTE - Centro de Investigação de Comunicação, Artes e Novas Tecnologias da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Manuel Damásio, Válder de Matos

ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA MONTAGEM: UM/DI – Albano Serrano

COMUNICAÇÃO

ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO: CECL/UNL - Maria Teresa Cruz

ASSESSORA EXECUTIVA: Rita Conde

IMAGEM E DESIGN GRÁFICO

COORDENAÇÃO: CECL/UNL - Susana Oliveira (FAUTL)

DIRECÇÃO ARTÍSTICA: CECL/UNL - Patrícia Gouveia, Luísa Barreto

DESIGN GRÁFICO: Luís Ricardo, Patrícia Sobral, Luísa Barreto

UNIFORMIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO MUSEOLÓGICA: CECL/UNL - Susana Oliveira, (FAUTL) Luís Ricardo (Edição de Vídeo e Imagem)

WEBSITE

COORDENAÇÃO: IGESPAR/CECL-UNL

PRODUÇÃO

COORDENAÇÃO: UAUM – Natália Botica

WEBDESIGN: Patrícia Gouveia, Luís Ricardo

PROGRAMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

COORDENAÇÃO: UM/CCG – Ana Lima, UM/CCG - Paulo Brito

COLABORAÇÃO: CECL/UNL - Jorge Martins Rosa

PUBLICIDADE (TV e Rádio)

COORDENAÇÃO: CICANTE - Manuel Damásio

COMPOSIÇÃO E EDIÇÃO: CICANTE - Filipe do Vale e Filipe Luz

FORNECEDORES

INTERESCRITÓRIO - Mobiliário internacional para escritório, S.A.

OMNINSTAL, Instalações Especiais

ALFASOM, Sonorização e Audiovisuais, S.A.

PALIMPSESTO – Estudo e Preservação do Património Cultural

CINCLUS – Planeamento e Gestão de Projetos, S. A.

FERGRÁFICA – Artes Gráficas S. A.

ATM Informática Ld.^a.

CYBERGAL – Gestão, Informática e Serviços, Ld.^a.

TRAGACANTO SL

PSSIdata – Projetos Serviços e Sistemas de Informação Lda.

ALBERTO SÁ, Serralharia Civil e Mecânica, Lda.

ORONA Portugal, Sociedade Unipessoal, Lda.

SIENCSA – Sistemas de Engenharia Cénica, S.A.

FACÍMILE – Offset e Publicidade, Lda.

COVIPOR – Companhia Vidreira do Porto, Unipessoal, Lda.

LETRATEC, Sistemas de Informação Gráfica, Lda.

TECNIAUDIO Audiovisuais, S. A.

WORKSTATION – Soluções Gráficas, Lda.

VIPRE, Consultores de Engenharia, Lda.

FEIREXPO – Logística de Transportes para Feiras e Exposições, S. A.

LX Filmes – Companhia de Produção, Lda.

ESTUDOS ESTRATÉGICOS

PROJECTO PARA O SERVIÇO EDUCATIVO: CECL/UNL - João Pedro Fróis

PROJECTO PARA O ESTUDO DE PÚBLICOS: CECL/UNL - Pedro Andrade

ACTIVIDADES DE EXTENSÃO CIENTÍFICA E CULTURAL

Ciclo Internacional de Conferências

“A Arte *antes e depois* da Arte” (Maio de 2009, Lisboa, Culturgest)

CONCEPÇÃO: Maria Teresa Cruz

CO-ORGANIZAÇÃO: IGESPAR / CECL-UNL

APOIO: Culturgest / CGD

CÔA's Art Prize

CO-ORGANIZAÇÃO: IGESPAR / CECL -UNL

COORDENAÇÃO: Cristina Sá e Hélder Dias

PUBLICAÇÕES

Cadernos do Cão

EDITOR: IGESPAR / CECL -UNL

CONCEPÇÃO: Lúcia Gonçalves de Brito, Maria Teresa Cruz

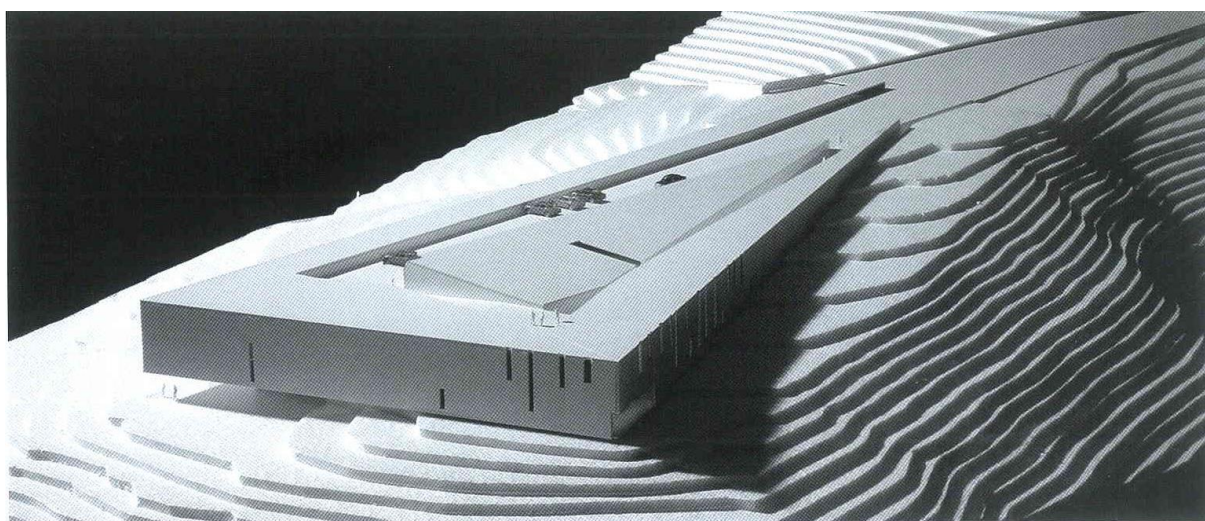
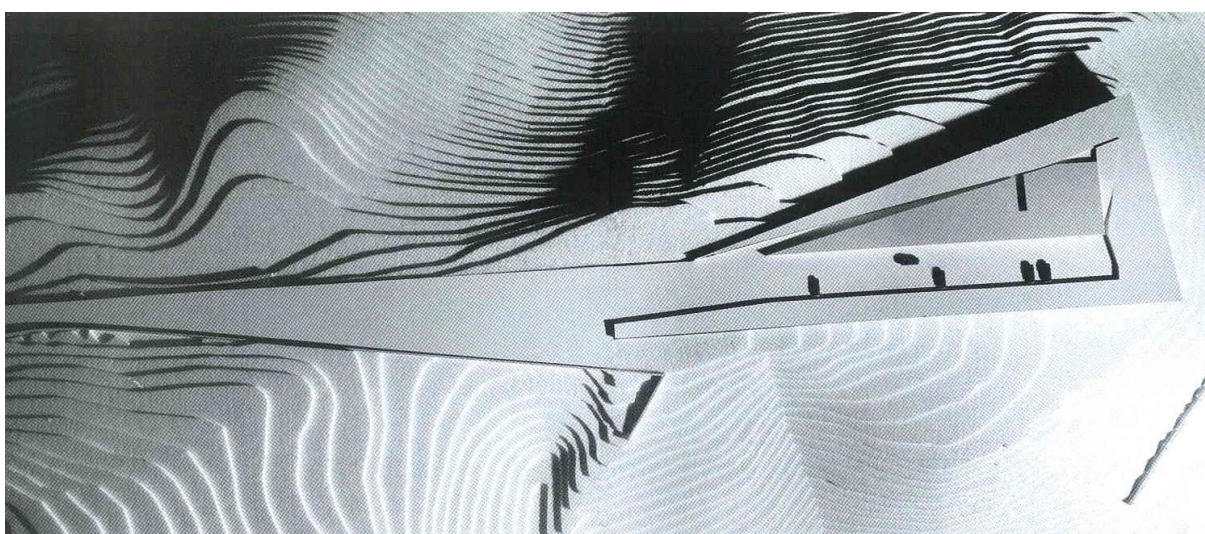
DIRECÇÃO CIENTÍFICA: João Pedro Cunha Ribeiro

COORDENAÇÃO EXECUTIVA: Susana Oliveira

DESIGN GRÁFICO: Luísa Barreto

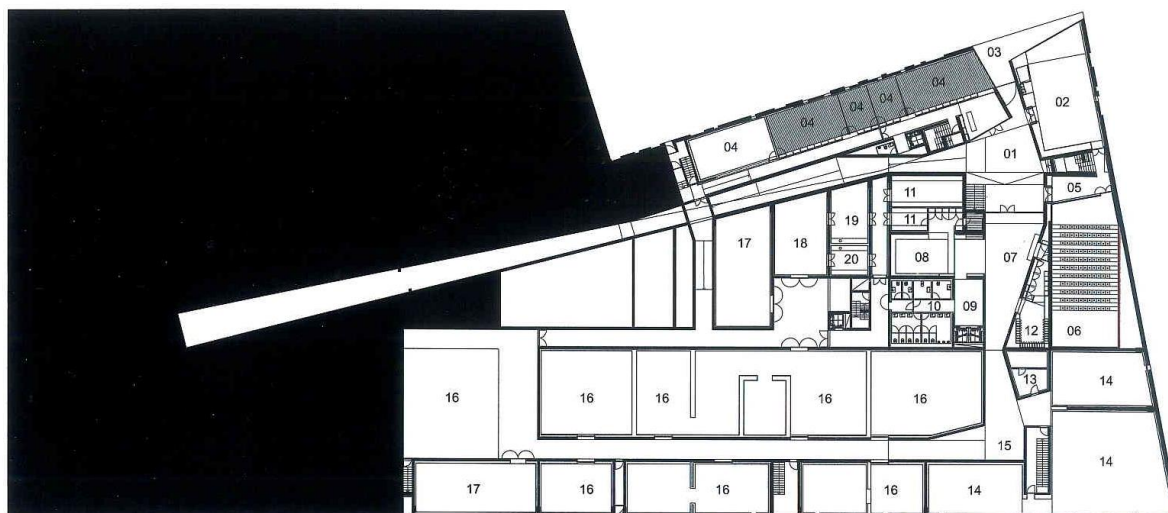
ANEXO B

MAQUETAS, PEÇAS DESENHADAS E FOTOGRAFIAS DO EMPREENDIMENTO



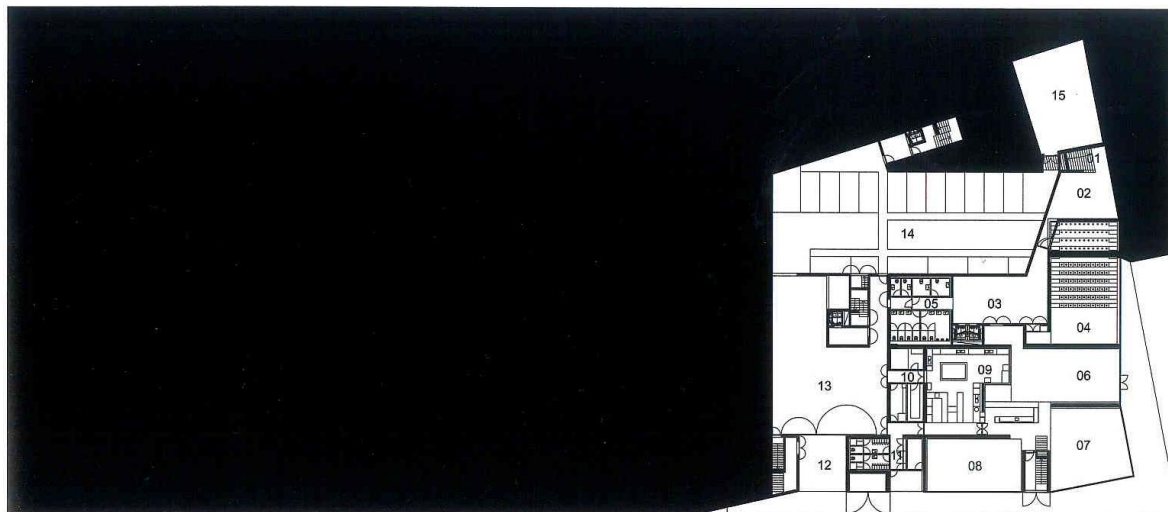
Fotografia 1 – Maquete do Museu do Côa.

Fonte: Revista *arqa* nº82/83, 2010



Planta piso 1

01 – Acesso público – Átrio exterior; 02 – Serviço educativo; 03 – Acesso público – Entrada Norte; 04 – Investigação – Sala de arquivos; 05 – Entrada do auditório; 06 – Auditório; 07 – Museu – Átrio interior; 08 – Loja; 09 – Átrio público – acesso aos elevadores; 10 – Sanitários; 11 – Armazém; 12 – Cacifos; 13 – Armazém; 14 – Sala de exposição temporária; 15 – Corredor das salas de exposição; 16 – Salas de exposição permanente; 17 – Depósito; 18 – Sala de museografia; 19 – Oficinas; 20 – Laboratório de fotografia



Planta piso 0

01 – Escada – Entrada, átrio do restaurante; 02 – Acesso público – restaurante; 03 – Átrio público – restaurante; 04 – Auditório; 05 – Sanitários; 06 – Cafeteria; 07 – Bar/Restaurante; 08 – Restaurante; 09 – Cozinha; 10 – Dispensa – armazém; 11 – Sanitários; 12 – Acesso de serviço; 13 – Área de serviço; 14 – Estacionamento; 15 – Área técnica

Figura 1 – Planta do Piso 0 e do Piso 1, sem escala.

Fonte: Revista *arqa* nº82/83, 2010

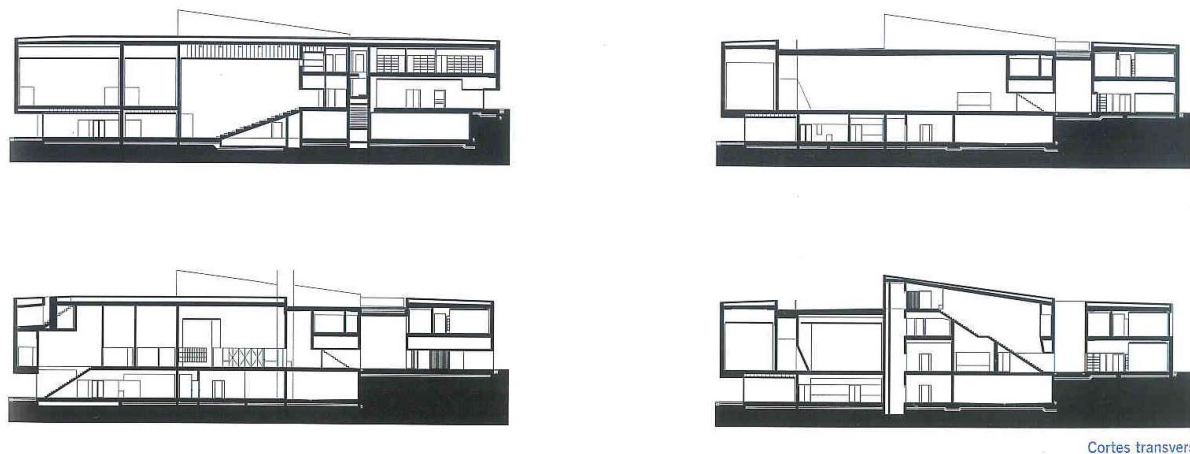


Figura 2 – Cortes transversais, sem escala.
Fonte: Revista *arqa* nº82/83, 2010

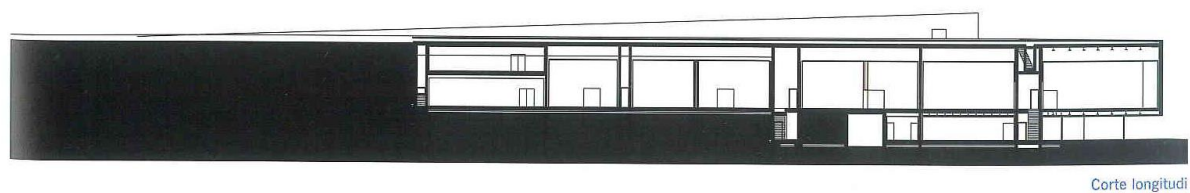


Figura 3 – Corte longitudinal, sem escala.
Fonte: Revista *arqa* nº82/83, 2010

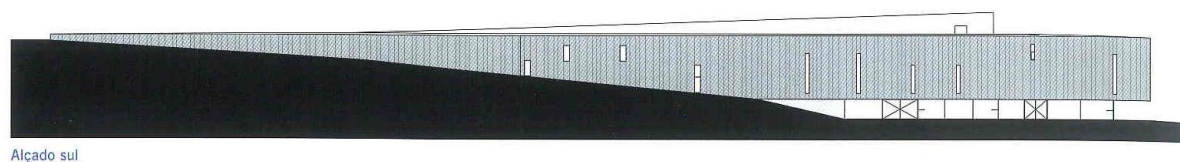


Figura 4 – Alçado Sul, sem escala.
Fonte: Revista *arqa* nº82/83, 2010



Fotografia 2 – Paisagem do Vale do Côa.
Fonte: F.T. Dias Pereira



Fotografia 3 – Edifício em fase de construção.
Fonte: Revista *Património Estudos* nº11



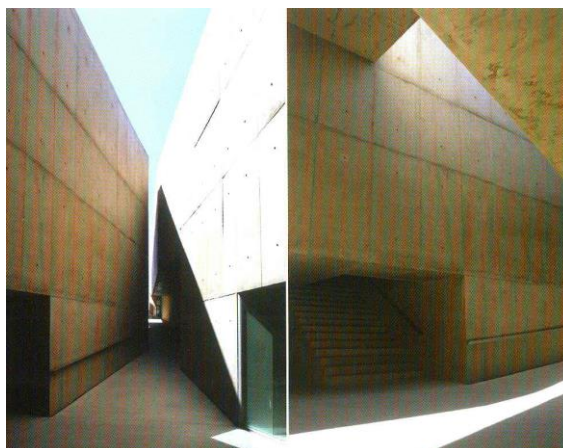
Fotografia 4 – Implantação do edifício no cimo do vale.
Fonte: <http://www.archdaily.com>



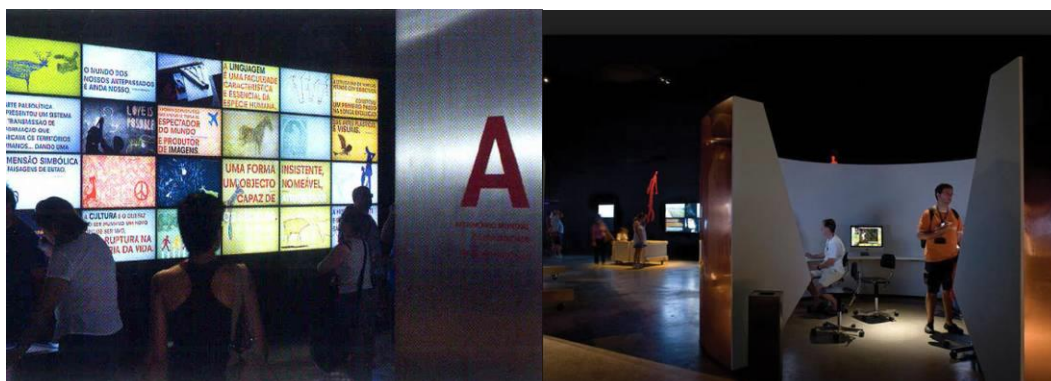
Fotografia 5 – Parte superior do edifício e paisagem.
Fonte: <http://www.archdaily.com>



Fotografia 6 – Exterior do edifício.
Fonte: Revista *arqa* nº82/83, 2010



Fotografia 7 – Entrada do museu.
Fonte: Revista *arqa* nº82/83, 2010



Fotografia 8 – Exposição permanente, sala A e quiosque *multimédia*, sala F.
Fonte: Revista *Património Estudos* nº 11e <http://guiastecnicos.turismodeportugal.pt>



Fotografia 9 – Corredor sala E/sala F. Superfície espelhada,
obra do artista Ângelo de Sousa
Fonte: <http://pedrices.blogs.sapo.pt> e F. T. Dias Pereira



Fotografia 10 – Visita guiada de uma escola, 2011. Observação de uma réplica.

Fonte: Escola Secundária de Pinhel e www.publico.pt



Fotografia 11 – Exposição permanente, sala D.

Fonte: ww.arte-coa.pt

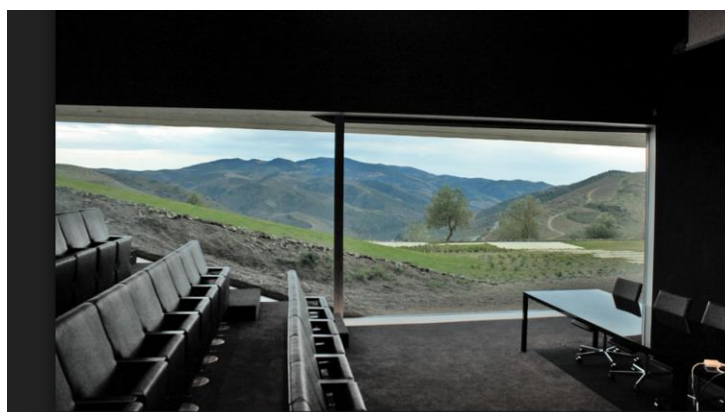


Fotografia 12 – Reunião, *Amigos do Côa*. Cartaz Douro '2011.

Fonte: <http://amigosdocoa.blogspot.pt> e www.diariodetrasmontes.com



Fotografia 13 – Área de restauração do museu.
Fonte: <http://www.restaurantecoamuseu.com>



Fotografia 14 – Poster do CineCôa 2013. Anfiteatro do museu.
Fonte: <http://www.cinecoa.com>



Fotografia 15 - Rally Fotográfico. Seção de painel expositivo (caixa de luz), sala A.
Fonte: <http://www.sabordouro.pt>